

**Greve metalúrgica no fim.
É hora de defender os demitidos.**

(Pág. 10)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Nº 37 — Cr\$ 15,00 — 13 A 19 DE NOVEMBRO DE 1978

CANDIDATOS POPULARES PROPÕEM:

VOTO CONTRA O GOVERNO

Em vários Estados, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, os candidatos comprometidos com os interesses populares são hoje em maior número que nas eleições de 1974 e 1976. Expressão, de um modo ou de outro, das recentes lutas contra a exploração e a opressão em vários setores, estas candidaturas resumem suas propostas para o 15 de novembro no voto contra o governo e contra o regime, por melhores condições de vida e trabalho, por liberdades democráticas. Enquanto isso, apesar da “Lei Falcão” e de toda máquina de controle e corrupção governamentais, e apesar das vacilações do MDB, a legenda oposicionista ameaça obter maioria na Câmara dos Deputados e garantir uma participação significativa também no Senado. Eleições: Págs. 3, 4 e 11.

Anistia: afinal a lista dos 253 brasileiros mortos e desaparecidos .

Em primeira mão: saiu a mais completa relação de oposicionistas mortos ou desaparecidos, vítimas do regime militar, de 1964 até hoje. O Congresso Nacional da Anistia elaborou o dossiê de 253 casos e publicamos a lista de nomes nesta edição. A cobertura do encontro revelou a preocupação que os movimentos de anistia têm hoje em popularizar sua bandeira, através da incorporação da defesa dos movimentos populares, como a campanha contra a carestia, as greves, as comissões de fábrica, que - na medida em que crescem - recebem os ataques do governo e dos patrões. Uma entrevista com o metalúrgico Bira (foto) aponta os rumos da anistia para a penetração na classe operária. E uma carta inédita do ex-governador Miguel Arraes fala sobre anistia e democracia. (Págs. 5 a 7)

ENNIO BRAUNS



O CINEMA NO EXÍLIO



Klumare do Xingu no ato contra a “Emancipação” (fotos Jesus Carlos)

**ELEIÇÕES
CHAGAS FREITAS**
No Rio de Janeiro,
a campanha de objetivo duplo:
derrotar a ditadura
e derrotar também
o adesista Chagas Freitas.
Pág.11

PEDRO SIMON
No Rio Grande do Sul,
o senador já vitorioso,
suas idéias sobre as eleições
e sobre novos partidos e algumas de suas propostas.
Pág.3

TANCREDO NEVES
Em Minas Gerais,
o dilema de votar para o Senado,
quando a única opção viável
parece ser o famoso Tancredo Neves. Pág.3

O VOTO NEGRO



Na Bahia, outra reunião do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. E uma entrevista com o professor Clóvis Moura, do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, sobre o negro e as eleições. Págs. 4 e 8.

EMANCIPAÇÃO PARA QUEM, CARA PÁLIDA?

“Repúdio ao sigiloso projeto de emancipação de comunidades indígenas no Brasil” - em torno desta chamada, realizou-se no último dia 8, em São Paulo, um ato público promovido pela Associação Nacional de Cientistas Sociais. Reunindo cerca de 2.500 pessoas e presidido pela professora Carmem Junqueira, o ato foi ocasião de fortes denúncias daquilo que o governo tem feito e ainda pretende fazer com os índios brasileiros, particularmente através do dito “Projeto de Emancipação”. Daniel Pareci, da comunidade indígena do Norte de Mato Grosso, falou e disse: “Esta emancipação é mortífera e simplesmente nos tirará toda e qualquer arma para rearmarmos nossos direitos”. Pág. 12.

Recado ao leitor

Há um ano atrás nascia EM TEMPO, visando subsidiar a oposição do ponto de vista dos trabalhadores. Apesar de nossa frente jornalística se organizar enquanto sociedade anônima, sua sobrevivência depende dos leitores e dos colaboradores. O sufoco econômico e a repressão que vivemos sofrendo neste meses, nos colocam, mesmo materialmente, no campo dos explorados e não dos patrões. As benesses do capitalismo brasileiro não chegam à nossa S/A.

Neste um ano a inflação nos estrangulou, chegando a níveis de 50%. Os trabalhadores responderam com reivindicações e greves. E nós? Não sendo patrão nem empregado, não temos outra saída: apelar aos leitores para que nos concedam um aumento também de 50%.

Assim, a partir desta semana estaremos pedindo uma contribuição de Cr\$ 15,00 por exemplar de EM TEMPO. As assinaturas semestrais e anuais continuarão com os mesmos preços até 31 de dezembro.

Negociação salarial dos bancários gaúchos

A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul aceitou nova contraproposta patronal, representando os sindicatos do interior do Estado. O Sindicato de Porto Alegre, porém, numa Assembleia Geral com cerca de mil bancários, rejeitou a oferta e resolveu prosseguir sozinho nas negociações com os banqueiros.

A primeira contraproposta patronal foi rejeitada pela Federação dos bancários, juntamente com todos os 22 sindicatos que a compõem. Uma semana depois os banqueiros apresentaram praticamente a mesma proposta, apenas com o acréscimo de Cr\$ 20,00 no anuênio juntamente com a liberação para mais dois dirigentes para o Sindicato de Caxias do Sul.

Desta vez, todos os sindicatos do interior aceitaram o oferecido, pois estavam com as bases desmobilizadas e entenderam que não tinham forças para resistir.

Por sua vez, o Sindicato da capital levou a oferta patronal para a Assembleia Geral da categoria, onde compareceram cerca de mil bancários.

O presidente do Sindicato, Olívio Dutra, ao levar a

oferta ao conhecimento da Assembleia, disse que ela não atendia as reais necessidades da categoria mas que, se comparada com a campanha salarial do ano anterior, poderia ser considerada vitoriosa. "Isto porque o seu resultado, por pequeno que foi, já deu alguns frutos." Mas segundo o presidente a luta apenas iniciou: "O trabalho ainda não foi suficiente para mobilizar a base de maneira que pudéssemos rechaçar a proposta dos bancos."

Tão logo colocou-se a palavra à disposição do plenário, porém, notou-se que não era exatamente este o pensamento da Comissão Mobilizadora, pois sua coordenadora foi taxativa ao dizer que "para nós, a opção mais clara é a de resistência".

Durante duas horas, quatorze oradores ocuparam o microfone, sendo que nenhum deles se manifestou pela aceitação da proposta patronal, que pretendia dar um aumento escalonado de 3,5 até 10%, além de outras pequenas vantagens, como um anuênio de Cr\$ 220,00 uma quebra de caixa de Cr\$ 250,00, estabilidade para a gestante até 60 dias após a

licença-maternidade, um seguro de vida e a liberação de mais dois dirigentes para o Sindicato de Caxias do Sul.

No final, colocada em votação, a rejeição da oferta foi unânime. Dediciu-se que o Sindicato de Porto Alegre retiraria a procuração que havia fornecido à Federação, para representá-lo nas negociações, e passaria a negociar sozinho. Desta forma, o Sindicato irá ajuizar o dissídio apenas para assegurar a data-base, enquanto os bancários pressionam os patrões para que aumentem suas ofertas.

A Federação já acertou com os banqueiros, em nome dos sindicatos do interior do Estado, enquanto Porto Alegre iniciou sua mobilização, convocando uma concentração em frente ao sindicato patronal. As aspirações da base de Porto Alegre foram comunicadas aos patrões que, diante das pressões nos locais de trabalho, as estão estudando. Espera-se para breve uma resposta, pois os banqueiros já disseram que não estão em condições de resistir a uma greve.

(Airtton Ortiz)

Greve metalúrgica na cidade de Pelé

Em Três Corações, no Sul de Minas, 1.500 metalúrgicos da Mangels entraram em greve na segunda-feira, dia 6, a partir das 10 horas da manhã, reivindicando um aumento salarial de 20% e melhores nas condições de trabalho.

Situada no distrito industrial de Três Corações, a Mangels, fábrica de botijões de gás, se negou a conceder aumento agora, dizendo que só pretende fazê-lo em abril de 79.

Dos mil e quinhentos operários que trabalham na empresa — e que aderiram à greve, mil e duzentos são sindicalizados. Eles informam que, desde 1976, foi estabelecido o que os mesmos aumentos que fossem concedidos aos funcionários da Mangels em São Paulo, seriam, automaticamente, concedidos aos mineiros.

Ocorreu, contaram os me-

talúrgicos, "que com os movimentos grevistas de São Paulo, nossos companheiros de lá receberam um aumento de 8% em junho e outro, de 5% em agosto. Pleiteamos o mesmo aqui em Minas, mas a empresa só concordou em nos dar 5%. Fizemos uma assembleia, e decidimos não aceitar essa quantia, mas a empresa colocou-o em nossas folhas de pagamento desse mês. Reunimos então os 1.500 metalúrgicos que tinham recebido o aumento e devolvemos o dinheiro à empresa".

Depois disso foram realizadas três reuniões entre patrões e operários na Delegacia Regional do Trabalho. Segundo os empregados, os patrões deram a entender que dariam os aumentos, mas protelaram o assunto, para ver se havia um natural esfriamento da questão. Na quarta-feira última, por fim,

a empresa avisou que não abriria mão de sua posição e, na assembleia de sábado quando o Sindicato comunicou aos operários a recusa da empresa em atendê-los, eles decidiram paralisar o trabalho, deflagrando a greve às dez horas da segunda-feira.

Além das reivindicações de salário, os operários pedem melhores instalações nos refeitórios, horário maior para as refeições, maior higiene nos recipientes onde é feita a comida e onde fica a bebida e enfim melhores condições de trabalho, de forma a inclusive diminuir o número de acidentes.

Para o prefeito da cidade a greve vai prejudicar um contrato firmado recentemente, entre a empresa e o governo do Irã — que é o envio de 700 mil botijões de gás a este país.

Prestes agita Arena e MDB. Por que?

Repercutiu mais do que seria de se esperar a conclusão do líder do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, a que seus seguidores apoiem nas eleições do dia 15 os candidatos do MDB. O fato propiciou uma investida de dirigentes da Arena, iniciada pelo próprio Geisel, que visa a apresentar o partido da oposição como comprometido em alianças com os comunistas.

Seguramente, a declaração de Prestes em nada poderá alterar, nem para mais nem para menos, os resultados das próximas eleições. Por isso, salta aos olhos que a intenção do governo e dos dirigentes arenistas é uma só: pretendem ingenuamen-

te que as classes médias esqueçam por um momento a realidade da alta do custo de vida e, sobressaltadas pelo fantasma da ameaça comunista, sufragam nas urnas os nomes dos candidatos arenistas. A manobra revela o quanto o partido do governo carece de mensagens positivas capazes de sensibilizar o eleitorado.

Contudo, se a intenção do governo foi essa, ele atirou num alvo e acertou em outro. A cúpula do MDB, tão fortemente anticomunista como os reacionários do governo, ficou acuada sem saber como se defender. Ao invés de sair a público em defesa do direito de todas as correntes políticas nacionais de manifestarem suas opiniões face as eleições e pelo

direito da livre organização partidária, incluindo aí o direito à legalidade do partido que Prestes diz representar, os líderes emedebistas parecem assustados não com os efeitos externos da ação do governo, mas a possibilidade de efetivamente haver perigosos comunistas convivendo com eles dentro do MDB.

Como sempre acontece, Tancredo Neves levou ao exagero o oportunismo da cúpula emedebista: recordando o famigerado lançado a público pelo facista Sylvio Frota, ex-ministro de Geisel, lembrou a este a acusação de que estaria infiltrado de comunistas.

Ora: dejemonos de farsas inúteis (Fábio Munhos)

As 10 mais do "Quem é Quem"

A relação das maiores empresas do país, publicada no tradicional "QUEM É QUEM" da revista VISÃO, não traz grandes surpresas.

O capital estatal é absolutamente predominante nos setores de infra-estrutura básica (petróleo, eletricidade, transportes, comunicações, siderurgia), precisamente o segmento da economia que requer investimentos mais vultosos. Por isso, entre as 10 maiores empresas no Brasil, segundo o patrimônio líquido (capital integralizado mais reservas), 9 são estatais (a única empresa privada a aparecer na lista é a Light SP, multinacional). E entre as 100 maiores segundo esse critério, o Estado detém o controle acionário de 55, enquanto 20 são multinacionais e 25 controladas pelo capital nacional privado.

Nada de espantoso. Acontece apenas que, dada a forma como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, ao Estado coube prover a economia da infra-estrutura básica que a expansão industrial requeria. Isto porque os investimentos em infra-estrutura são geralmente de grande porte e de pequena rentabilidade e lento retorno, não estando o capital privado capacitado ou interessado em realizá-los.

A lista das 10 maiores em-

presas do país segundo o faturamento (total de vendas) já é bem diferente. Dela fazem parte apenas 2 empresas estatais (a Petrobrás e a Petrobrás Distribuidora) enquanto as multinacionais predominam: entre as 10 maiores segundo o faturamento, 7 são multinacionais. (A COPERSUCAR é a única empresa controlada pelo capital nacional privado a aparecer nesta lista). E, entre as 100 maiores segundo o faturamento, apenas 26 são estatais, enquanto por outro lado o capital estrangeiro detém o controle de 36 empresas e o capital nacional privado controla as 38 restantes.

Isso demonstra que a discussão sobre a participação do Estado no setor produtivo da economia, se se pretende fazê-la a sério, não deve levar em conta apenas o tamanho das empresas, medido pelo patrimônio líquido, caso em que as estatais apareceria como predominantes. Deve-se perguntar antes porque o setor produtivo estatal teve que ter o peso que tem na economia brasileira. A resposta é aquela que já se adiantou: nas condições em que o capitalismo se desenvolveu no Brasil, ao Estado coube por a mesa em que o grande capital privado, nacional ou estrangeiro, se banquetearia.

As 10 maiores segundo o patrimônio líquido (bilhões de cruzeiros)

PETROBRÁS	72.260,1
ELETRONBRÁS	52.576,7
CESP	44.258,7
RFFSA	38.925,9
LIGHT SP	23.444,1
TELEBRÁS	20.404,2
VALE RIO DOCE	19.825,0
TELESP	19.361,6
FEPASA	16.011,6
METRÔ SP	14.339,3

As 10 maiores segundo o faturamento (bilhões de cruzeiros)

PETROBRÁS	95.071,3
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA	37.978,1
SHELL	31.204,6
ESSO	22.354,3
VOLKS	21.717,0
LIGHT SP	18.514,9
COPERSUCAR	15.125,6
ATLANTIC	14.574,9
MERCEDES BENS	14.331,9
TEXACO	14.323,0

Fonte: Quem é Quem na Economia Brasileira - agosto/1978

Tensão entre a Igreja e a Polícia na Bahia

O fim de outubro e princípio de novembro em Salvador foi de tensão e choque entre a Polícia Federal e a Igreja, na pessoa de dois padres: o jesuíta Cláudio Perani e o padre Renzo Rossi, ambos italianos que se apresentaram do Brasil para visitar seus familiares na Europa, e que desenvolvem intenso trabalho social-pastoral junto à comunidade baiana.

"Foi um engano" explicou a Polícia Federal sobre a prisão de Cláudio Perani no dia 28 de outubro e a maioria da imprensa baiana publicou, até em manchete. O "engano" somente foi resolvido com a intervenção do superintendente da Polícia Federal, Hélio Romão, do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela e do comandante do 6º Regio Militar, general Octávio Costa.

Todos eles foram unânimes em afirmar que a liberação do padre não dependia deles, e somente de uma ordem de Brasília, e isto foi conseguido por intermédio do assessor presidencial coronel Ludwig. O "engano" é que o nome de Cláudio Perani está entre os 1.500 nomes listados em todos os aeroportos internacionais, impedidos de entrar no país.

Padre Cláudio já tinha descido do avião da TAP, estava providenciando a li-

beração de sua bagagem quando foi abordado por dois federais. Com seus documentos em mãos eles afirmaram: "é este o homem" e exigiram que Cláudio os acompanhasse rumo a uma pequena sala existente no Aeroporto Internacional 2 de Julho, em Salvador.

A ordem partiu seca: "o senhor terá que reembicar neste mesmo avião, porque seu nome está na lista do computador". Imediatamente Cláudio pediu para telefonar para o cardeal, ou mesmo avisar aos padres que o esperavam no aeroporto, mas este pedido foi negado. — Estou preso então? — Não. — Então quero telefonar. — Não pode. — Deixe-me então avisar ao padre Dionísio ali na sala de espera. — Não pode.

Diante da situação Cláudio Perani não se sujeitou à arbitrariedade e esboçou um movimento em direção à sala de espera, no que foi obstruído, mas mesmo assim este seu gesto chamou a atenção dos demais padres presentes, que entendendo a situação, telefonaram para o cardeal Vilela, para o Centro de Estudos e Ação Social, CEAS e alguns órgãos representativos de profissionais liberais.

Apesar do aeroporto ficar a mais de 60 minutos do

Eleições diretas no DCE de Pelotas

O decreto-lei 228 sofreu nova derrota. Desta feita foi em Pelotas, RS. Pela primeira vez desde que foi federalizada, na década de 1960, a Universidade de Pelotas vive um processo eleitoral através do voto direto.

No dia 26 de outubro, os estudantes realizaram eleições diretas para o Diretório Central de Estudantes. A participação dos alunos foi significativa pois dos 4.500 matriculados, votaram 2.683 estudantes.

Três chapas concorreram a entidade: "Caminhando", que recebeu apenas 226 votos, caracterizou-se por um programa extremamente

moderado, ainda que se colocasse como de oposição a conjuntura que o país vive; a chapa "Eclôso", nitidamente conservadora, recebeu 1.183 votos e "Construção", a vencedora, alcançou 1.225 votos.

"A Universidade não é um órgão autônomo dentro da sociedade mas está intimamente ligada a ela, refletindo todas as contradições e conflitos do sistema político, moral e social...", diz a plataforma de "Construção". Orientados nessa perspectiva, defendem não só a participação estudantil nas lutas e reivindicações no interior da Universidade, mas defendem igualmente a participa-

ção estudantil nas questões gerais da sociedade, "lutando por melhores condições de vida, trabalho e justiça, e, pelas liberdades democráticas".

A vitória da chapa "Construção" trará consequências não só para o movimento estudantil de Pelotas, segunda cidade gaúcha e importante centro industrial, mas influirá também a nível estadual, fortalecendo a oposição ao D.E.E., entidade assistencial e pelega que, contando com verbas do governo e de empresas, arvora-se constantemente como entidade representativa dos universitários gaúchos.

GERAIS

FINAIS

METALÚRGICOS/ A campanha salarial dos metalúrgicos, no Rio, não deixou de refletir um tremendo salto na mobilização da categoria. Três assembleias, com participação inédita, nos últimos 14 anos, de mais de mil e 500 trabalhadores, acabaram por dar à Diretoria do Sindicato um mandato para negociar com os patrões um aumento de 56%, além de um reajuste semestral de, pelo menos, 40% do custo de vida, estabilidade por 90 dias para a gestante e salários iguais para funções iguais. A questão das comissões de empresas ainda não se colocou. E os patrões ainda tiveram força para impor a cláusula do chamado "desconto", do adiantamento que deram em julho (15%).

CAJÁ/ Tomados grande alegria libertação, comungamos plenamente sua esperança ver felizes quando não existirem mais presos políticos, desaparecidos forem encontrados e banidos retornarem seu país. Reunidos missa de ação de graças, dia 11 de novembro, renovamos compromissos causa justiça". Este o telegrama que a Pastoral da Juventude da Arquidiocese de São Paulo enviou a Cajá, Edval Nunes, estudante que permaneceu preso por quase 7 meses em Pernambuco, comunicando da missa que realizará em São Paulo, dia 11, na Igreja Nossa Senhora do Carmo, rua Martiniano de Carvalho, nº 114, às 16 h, em Ação de Graças pela sua libertação.

SINDICATO/ Em assembleia realizada dia 05 o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem aprovou a compra de um terreno, no valor de 1.500.000,00 cruzeiros, para construir uma colônia de férias para seus associados.

Interessante destacar, nesta assembleia, é que o número de participantes não ultrapassou a casa dos 40, dos quais vários foram recrutados entre rapazes que jogavam bola na sede do sindicato. Apesar do número insignificante de presentes — menos de 40 pessoas para uma entidade que congrega por volta de 14.000 metalúrgicos — foi aprovada a compra do terreno.

A situação fica ainda mais estranha se comparada à corrida na última assembleia da campanha salarial, quando a diretoria do sindicato resolveu que o número de presentes que lotavam a sede da entidade — por volta de 2.000 participantes — não era representativo para decidir uma greve. Como é possível, então, que pouco mais de 30 pessoas possam decidir sobre a destinação dos fundos da entidade, recolhidos a partir da contribuição sindical e das mensalidades dos 14.000 associados? Parece que a representatividade das assembleias varia de acordo com o empenho e o interesse da diretoria em aprovar ou não os pontos em discussão.

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Recife (R. Aníbal Falcão, 127 — Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenador), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrat, Alzira Medeiros, Eliane Voloski, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 — sala 408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Barabá, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio Diás, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: Aracaju: (SE): David Dantas. Campinas (SP): Rinaldo Barros.



Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, rogerio Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição. João Pessoa (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis. **ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelfo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. **EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP: 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6660. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

IV Festival de Música dos Trabalhadores (em São Paulo)

Dias 2, 3 e 9 de dezembro. Inscrições até o dia 11 deste mês, somente sábados, das 14 às 17 horas.

Locais - Vila Brasilina, rua 1ª de Maio, nº 105; Vila Marília, Praça Santa Ângela, na Igreja; Água Funda, Av. Miguel Stefano, nº 2.357; e no Parque Bristol, Av. Pe. Arlindo Vieira, nº 3343

Assine EM TEMPO:

Nome.....Profissão.....

Endereço.....Bairro.....

Fone.....Cidade.....Estado.....CEP.....

End. Comercial.....Horário.....Fone.....

Estou enviando o cheque nº.....do Banco.....em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua

Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. Fone 853-6660.

Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Allii, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

ro, Altair Moreira, Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira, Olígia Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdezer Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andraes (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Alvim, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

CONTRA O GOVERNO, CONTRA O REGIME.

Finalmente as eleições estão aí. As prévias arenistas bem como aquelas a serviço da Arena despencaram do alto de suas mentiras para a verdade da derrota que se anuncia: no plebiscito de 15 de novembro, a oposição deve fazer maioria na Câmara e chegar perto deste resultado no Senado. Isto apesar da repressão e corrupção desenfreadas do autoritarismo. E apesar também da vacilação e timidez do MDB tomado no seu conjunto, e do adesismo de algumas tantas de suas partes.

Mas a derrota do governo não se esgota aí. Em vários pontos do país o fracasso oficial será contundente, atingindo também o regime autoritário e, ainda que de raspão, o próprio sistema. São as candidaturas populares que emergem pelo país afora, maior nível e número do que nos pleitos anteriores.

Mesmo que parte delas não se eleja, sua votação expressiva é importante como reflexo do avanço das oposições comprometidas com os trabalhadores.

As eleições atuais se dão nos marcos de um regime inegavelmente ditatorial. Mesmo que se relativize a afirmação dizendo que o regime passa pela mais profunda crise desde sua criação, ainda assim é inequívoco o caráter autoritário, e neste sentido limitadíssimo do atual pleito.

Limitadíssimo, porque mesmo nos marcos de uma democracia burguesa plena, o papel do parlamento já é limitado. Por mais democrática que seja uma república burguesa, onde os meios de produção são monopólio dos capitalistas, nela, o parlamento é fundamentalmente uma máquina montada com vistas à repressão e enganação das massas trabalhadoras, por uma minoria de exploradores. Pois o parlamento, mesmo eleito pelo sufrágio universal livre, continua sendo, como protótipo de instituição democrática representativa indireta, a expressão de uma profunda desconfiança com relação à capacidade das massas trabalhadoras e populares de gerir seus próprios destinos.

Por tal compromisso é que as candidaturas populares devem merecer apoio especial, destacado, tão mais se aproximem de modo claro desta perspectiva. "Vote contra o regime", "Chega de sufoco", "Pela organização dos trabalhadores", "Basta de injustiça", etc. Por estas e outras popostas é que as candidaturas populares vêm agitando seus programas e organizando suas bases.

Tomemos apenas alguns Estados, a título de exemplo da expressão numérica destas candidaturas. Para deputado estadual: no Rio Grande do Sul elas chegam a 12, em São Paulo aproximam-se de 20, no Rio são 8, em Minas são 6, na Bahia 9, e em Pernambuco 10 candidatos. Para deputado federal: no Rio Grande do Sul 4, em São Paulo cerca de 20, no Rio 7, em Minas 3, na Bahia 3, e em Pernambuco 7. E para o senado, quebrando a sua tradição elitista, surgem pelo menos Jarbas Vasconcelos em pernambuco eleito, e Fernando Henrique em São Paulo.

Daí que a luta dos trabalhadores por se livrarem da opressão e da exploração utilize o parlamento burguês fundamentalmente como uma tribuna, como uma base para a propaganda e a agitação. E não como base principal para as transformações políticas e sociais que se tem em vista. Daí também que os trabalhadores organizarão a nova sociedade em bases políticas inteiramente diferentes, calçadas na democracia direta das massas.

Parlamento "relativo"

Se a democracia burguesa plena está eivada de tais limitações, o que dizer então de uma democracia burguesa relativa, ou melhor de uma ditadura burguesa, mesmo que em crise? Não podemos dizer outra coisa senão que ela é limitadíssima, e que portanto, neste sentido limitadíssimos são também seu parlamento e suas eleições.

E a realidade que enfrentamos nas eleições atuais não é outra. A



democracia de 46/64, tão saudosa para alguns, já era castrada em vários aspectos, por exemplo, na restrição à organização de partidos representativos dos trabalhadores.

Após 64, a avalanche repressiva do novo arcabouço institucional varreu o pouco que se tinha de liberdades democráticas e montou o simulacro de democracia com o bipartidarismo cercado pelos atos institucionais e demais leis repressivas e concentradoras de poder econômico. E a partir de 74, com a violenta derrota da Arena, o regime enveredou por uma série de medidas casuísticas com vistas a evitar que agora em 78 a derrota fosse irreversível.

Nesta linha estão as várias cassações do período Geisel, a lei Falcão, singularmente ridícula em todo o mundo democrático burguês, e finalmente as providências preventivas contidas no famigerado Pacote de Abril. Isto para ficarmos apenas no plano institucional, deixando de lado portanto a repressão direta e cruenta sobre a oposição popular, das entidades representativas, nas ruas, nas prisões.

E se afinal o regime fez aprovar as reformas da "abertura" que, de fato, configuram algumas conquistas da oposição, no entanto elas só entrarão em vigor no ano que vem. Ou seja, estão ainda a depender da conjuntura daqui até lá, em especial dos resultados eleitorais de agora. E o espectro de golpe está aí a ameaçar as oposições, aparecendo ora de uma forma ora de outra, através de vários porta vozes autorizados do regime.

O caráter plebiscitário

Mas mesmo assim, castrado e mutilado ao limite máximo, ainda assim, o parlamento e as eleições atuais assumem, na presente conjuntura, a máxima importância. Pois a aparente onipotência do regi-

me, revelada em todo este processo de sucessivas restrições, é na verdade sintoma de sua fraqueza crescente para manter o controle político com um mínimo de aparência democrática, sem ter que descambar pelas vias que enveredou por exemplo Pinochet.

A lógica do autoritarismo impõe que quanto mais ele restrinja, minimize e reprima o que restou de democracia, mais vital se torna para o regime obter a vitória na disputa desta diminuta fatia de poder, por mais irrisória que ela seja. Tanto assim que o investimento que agora o governo faz nas eleições é espantoso. A começar pela corrupção eleitoral, atingindo níveis e formas escabrosas por todo o país a fora, direta e indiretamente sustentada na máquina estatal de verbas, cargos, e favores de todo tipo. Passando pelo empenho direto e integral do general Geisel na campanha da Arena, transformado em cabo eleitoral-mor. E chegando às várias formas de repressão direta ou velada sobre a campanha da oposição. A situação tende a um climax agora nestes dias, quando o regime começa a dizer que se o MDB for maioria isto se deverá ao apoio dos comunistas infiltrados na oposição.

Assim, do lado do regime as eleições assumem um claro caráter plebiscitário, na medida em que a vitória da Arena é colocada como um endosso do povo à "Revolução" e nela, o autoritarismo e empata todas as forças com que conta.

Do lado das oposições por estas mesmas razões, quer ela queira ou não, igualmente as eleições assumem um caráter plebiscitário. O regime é ainda quem está com as maiores iniciativas políticas, e portanto é ele quem dita as regras bem como seu significado. As oposições, pelo momento, é dado atacar um regime no seu próprio terreno institucional de poder, sem uma alternativa própria de imediato, e sem

poder escolher à vontade o terreno de luta. Daí que as propostas de voto nulo, onde quer que seja, não passem de um desvio infantil de uns poucos.

Apegando-se a princípios abstratos, a verdade eterna no estilo de que "o parlamento é burguês", esquecem-se estes de que a questão politicamente relevante não é que as vanguardas saibam e afirmem que o parlamento é burguês, é editorial, etc, mas sim, se as massas trabalhadoras hoje estão aptas (política, ideológica e organizativamente) a conquistar um regime diferente, boicotando o parlamento que aí está. Pois somente quando as massas estão capacitadas a impor sua própria alternativa, a escolherem e determinarem o terreno de luta, é que ganha consequência política a proposta de boicote, ou voto nulo.

O avanço popular

Se o caráter plebiscitário das eleições atuais é um fato, e isto do comportamento do próprio MDB tomado no seu conjunto e não por causa dele, no entanto o caráter do pleito não se esgota aí. Desde 74 que as oposições vêm vivendo um período de ascensão ainda que desigual, e no interior deste movimento, nos seus pólos mais avançados, já é nítido o surgimento de parcelas comprometidas com a perspectiva dos trabalhadores. Parcelas com expressão já suficientemente significativa a ponto de conseguirem furar todo o bloqueio repressivo do regime e expressarem-se enquanto candidaturas.

Tanto nas suas propostas políticas quanto nas organizativas, tais candidaturas apresentam-se claramente diferenciadas da política convencional, representando portanto o avanço das oposições populares refletido no plano institucional. Não que tais candidaturas não existissem em 70 ou mesmo em 66. Mas o seu avanço qualitativo e numérico, bem como sua presença em vários pontos do país e agora notadamente superior, chegando em alguns casos a expressar-se com força capaz de configurar não somente candidatos a deputado estadual e federal, mas até mesmo a senador. E o caso de São Paulo, que é também onde as oposições populares estão mais avançadas nestes últimos anos.

Derrotar o governo

Assim, as eleições atuais carregam, além do caráter principalmente plebiscitário, um caráter também de reflexo no plano institucional do avanço das oposições populares, entendidas como aquelas em alguma medida comprometidas com a perspectiva dos trabalhadores. Onde isto se verifica, não basta votar no MDB, não basta protestar contra o governo e o regime. É importante que o protesto se dê pela forma que mais expresse, e que mais pode servir, ao avanço atual e posterior da luta contra o regime autoritário e suas bases de sustentação social.

É claro que tal postura não dispensa a denúncia das limitações da democracia burguesa a que aludimos acima. E muito menos a denúncia intransigente, permanentemente e irreconciliável do regime autoritário, de seu governo e de seu parlamento. Pelo contrário, é justamente em cima destas denúncias que os candidatos populares se afirmam enquanto tais, politicamente. E quanto mais o fazem de modo radical, mais se aproximam verdadeiramente da perspectiva dos trabalhadores, e mais devem merecer o nosso apoio e adesão.

É claro igualmente que não será por obra destas candidaturas, eleitas ou não, que os trabalhadores verão as transformações políticas e sociais que lhes interessam serem satisfeitas. Não é pela via parlamentar que tais lutas serão vitoriosas.

Ajudadas por esta via, porém suportadas principalmente pela mobilização popular no plano extraparlamentar, é que as bandeiras dos trabalhadores vencerão. E é por aí também, pelo trabalho organizativo das bases ao longo da campanha e posteriormente, que se identifica igualmente um candidato popular inscrito na perspectiva dos trabalhadores.

Portanto o que o momento atual coloca para a oposição é derrotar o governo, votado plebiscitariamente na legenda da oposição. E derrotá-lo de modo mais contundente, pegando de raspão o regime autoritário e o próprio sistema capitalista, votando onde for possível, naqueles candidatos oposicionistas que mais se aproximem da perspectiva dos trabalhadores.

Senado em MG: como votar contra o governo?

Rio Grande do Sul

Simon durante o comício organizado pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB, em Porto Alegre, no último dia 24. Presentes cerca de 5 mil pessoas.



Pedro Simon: "Esta é uma campanha épica".

Ele já está praticamente eleito como senador pelo Rio Grande do Sul. Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE - (em 1956), ex-vereador, deputado estadual desde 1962, presidente do Diretório Regional do MDB e líder da oposição na Assembleia gaúcha há 12 anos, Pedro Simon deverá derrotar tranquilamente seus três adversários da Arena no próximo dia 15: Mário Ramos, Mariano da Rocha e Gay Fonseca. Simon obteve apoio eleitoral inclusive de correntes políticas de esquerda, como a Tendência Socialista - TS - do MDB e grupo Unidade (além do apoio reticente da Convergência Socialista). A TS, por exemplo, entende que o voto em Simon é a forma de "votar contra a ditadura".

Aqui, Pedro Simon fala a EM TEMPO:

- Qual o significado de sua candidatura ao Senado no Rio Grande do Sul? Como vai sua campanha?

- "Minha candidatura não tem nenhuma significação de ordem pessoal.

Toda luta do MDB do Rio Grande do Sul foi no sentido de que conseguíssemos fazer no Rio Grande um partido que funcione em torno de uma ideia e não em torno de nomes. O candidato sou eu, mas bem poderia ser qualquer outro das inúmeras lideranças do MDB. Agora, se me perguntam qual o significado da campanha que o MDB-RS está fazendo, eu diria que esta é uma campanha épica, digna das maiores tradições políticas e cívicas do Rio Grande do Sul. Jamais a história política moderna do nosso Estado teve uma campanha com uma tão brutal diferença de forças.

O atual e futuro governo estadual, o atual e futuro governo federal, o poder econômico, a imprensa, têm estado de um lado enquanto que o MDB é constituído de um grupo de pessoas que enfrentam unidas as dificuldades perco-

rendo o Rio Grande, não tendo favores a distribuir, nem promessas a fazer.

Estamos fazendo um chamamento à consciência do Rio Grande no sentido de que entendam de que esta jornada é uma jornada de todo o Rio Grande. O MDB é tão somente o estuário para onde convergem as águas de todos aqueles que não se deixam dobrar pelas ilusões, pelos favores, pelas vaidades. É uma campanha para dizer ao povo do Rio Grande que a vitória do MDB em 15 de novembro não será a vitória do MDB, mas do povo do Rio Grande.

Isso não significa que nós, os vencedores, teremos formas milagrosas para salvar o Brasil. Mas, a vitória de 15 de novembro, significa a consolidação da vontade popular que deseja restabelecimento de um regime democrático em que o povo eleja seus governantes e participe pela ação das soluções dos grandes problemas de nossa pátria.

- Como você encara as candidaturas populares, aquelas que entraram na campanha não pura e simplesmente para faturar votação, mas para defender um programa comprometido com os interesses dos trabalhadores e do povo?

- Como dirigente do MDB recebi o registro dos candidatos pelos diretórios do MDB. E por serem candidatos do MDB todos eles, sem exceção, em toda e qualquer propaganda, usam a sigla do MDB.

- E a questão dos novos partidos? Há quem diga que o MDB já tem seus dias contados...

- Sou a favor do pluripartidarismo. Acho que temos que marchar para o pluripartidarismo. Normalmente, a tese de grupos que estão analisando, debatendo, têm em vista futuros partidos. Não tenho nenhuma restrição a

este tipo de ação. No entanto, temos que ver uma verdade que é a realidade brasileira. Vivemos em um regime de arbítrio e o que foi aprovado no Congresso Nacional não alterou o arbítrio, apenas alterou sua roupagem. Acho que devemos ter uma unidade de todas as forças na busca de um estado de direito. A partir da conquista do estado de direito é que devemos buscar a participação com conteúdo ideológico que vise a mudança do quadro não apenas institucional mas também sócio-econômico do nosso país.

Mas para chegar lá temos que ter um mínimo de condições para que os partidos possam se transformar. O que se sente é que o governo nota que a oposição cresce dia a dia e para a situação se manter no poder é obrigada a usar de fórmulas mágicas e de seus arsenais cada vez com mais naturalidade. Não me parece que devemos cair no jogo do governo de manter os atos de arbítrio e dividir a oposição para se manter mais tempo no poder. O MDB e a Arena, afirma-se, são dois partidos fracos.

E com isto concordo. Fundamentalmente são fracos. A Arena porque é governo mas não governa, reflete apenas a imagem do chefe do dia, não tem vontade própria. É a prática do amém.

O MDB é fraco porque sendo um partido político vê fechadas todas as portas de acesso ao poder. E um partido político que não pode chegar ao poder jamais pode ser um partido forte.

Ao pensar-se em criar novos partidos, tem que se compreender que o primeiro passo é remover as causas que determinam a fraqueza dos atuais partidos. Se as causas permanecem, isto é, se o arbítrio for mantido, dos dois partidos fracos nós teremos quatro ou cinco partidos, mas quatro ou cinco partidos ainda mais fracos.

(Sucursal de Porto Alêgre)

Apesar dos pesares, apesar de Tancredo Neves, garantir para o MDB a vaga de Minas Gerais no senado tornou-se a saída para as forças políticas que pretendem derrotar a Arena e votar contra o governo no dia 15.

Quais são as opções de voto para o senado em Minas Gerais? Depois de feito um balanço das candidaturas e de suas propostas, a conclusão é de que são bastante restritas, senão inexistentes, as possibilidades de um voto realmente de oposição.

Numa conjuntura em que avançam os movimentos de massa na luta contra o regime, o MDB mineiro mais uma vez dá mostras de seu curto fôlego ao apresentar como candidatos ao senado o moderado e conciliador Tancredo Neves e as figuras nada expressivas de Alfredo Campos e Aquiles Diniz, que já entraram como fava contada no rol dos perdedores.

Diante deste quadro desalentador, esquentada a polémica em torno de qual seria a posição de voto mais correta para o senado. Se a tendência do voto nulo para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa perde força nas eleições deste ano, no caso do senado as resistências em apoiar um dos três candidatos do MDB ainda são significativas. Afinal, se para deputado federal e estadual surgiram, nestas eleições, a revelia da vontade do MDB mineiro, candidaturas que se colocam realmente numa perspectiva popular, apresentando programas que aprofundam as questões mais prementes para a população trabalhadora, fica ainda mais gritante a discrepância com as candidaturas ao senado, que manifestam timidez até para levantar bandeiras de cunho liberal. Esta constrangedora situação acaba por colocar na pauta do dia a discussão em torno do voto nulo para o senado em Minas Gerais.

Tancredo Neves, que aparentemente não se esforça muito na campanha eleitoral, não tem conseguido se impor como opção de voto para as oposições mais consequentes. A coisa se complica ainda mais quando se constata que a moderação da sua campanha tem permitido crescer o candidato governista Israel Pinheiro Filho, que vem apelando para a "volta aos bons tempos", numa alusão flagrante aos idos da construção de Brasília e não tem mostrado escrúpulos em utilizar até greves operárias recentes, como as da

FIAT, KRUPP e FMB, para oportunisticamente declarar o seu apoio aos trabalhadores.

Onde está o candidato da oposição nesta hora? Segundo noticiários da imprensa, está estendendo a mão à conciliação proposta pelo candidato eleito à presidência da República.

Apesar dos pesares

A tendência ao voto nulo então se apresenta, dada a dificuldade de se votar na legenda para o senado e garantir assim o voto plebiscitário no MDB. A perspectiva do voto nulo tem se colocado até mesmo para elementos engajados efetivamente no processo eleitoral, sob o argumento de que nenhum dos três candidatos ao senado federal é, realmente, de oposição.

Apesar dos pesares, e mesmo considerando-se todas as restrições cabíveis às candidaturas existentes, não deve ser esquecida a necessidade de se derrotar a Arena, também em Minas Gerais e também nas eleições para senador. E o voto nulo, encarado sob esta perspectiva, significa desgarmentar o MDB dos votos necessários para esta vitória, o que favoreceria muito a vida do partido governista.

Estas eleições, a exemplo das de 1974, continuam revestidas de caráter plebiscitário e é extremamente importante endossar o sonoro NÃO ao regime, obtido nas urnas naquela ocasião. Apesar dos pesares, e apesar de Tancredo Neves e de seus companheiros, garantir para o MDB a vaga mineira no senado federal tem um significado político que não pode ser ignorado. Esta posição tem-se fortalecido nestas últimas semanas e ganha expressão nos comitês dos candidatos populares que começam a se definir claramente pelo apoio ao MDB também para o senado federal.

Contra a Arena, contra o governo.

O deputado federal do grupo autêntico do MDB, Tarcísio Delgado, de

Juiz de Fora, candidato à reeleição, defendendo o apoio de seu comitê a candidatura Tancredo Neves declarou que é importante em primeiro lugar votar no MDB. Em segundo, escolher os melhores candidatos. "Para deputado federal e estadual existem opções. Para o senado, não. Para derrotar o candidato da Arena em Juiz de Fora (Fagundes Neto) temos que votar no candidato mais forte do MDB. Tancredo, apesar de todos os pesares, é o candidato que deve ganhar para o senado." Dentro dessa linha, o comitê de Tarcísio Delgado tem apoiado explicitamente Tancredo Neves para o senado, divulgando seu nome nos comícios e nas cédulas de propaganda.

Posição semelhante é defendida pelo comitê do candidato a deputado estadual Ronan Araújo. Embora não considere Tancredo Neves como boa opção, o comitê optou por apoiá-lo, tendo em vista o caráter plebiscitário das eleições.

O comitê de João Francisco, de Ipatinga, também candidato a deputado estadual, se definiu contra o voto nulo afirmando que este estaria fortalecendo a Arena e tirando o voto de legenda do MDB. "O objetivo do voto no MDB para o senado é voto contra o governo."

Ainda estão discutindo esta questão os comitês dos candidatos a deputado estadual Humberto Rezende e Cássio Gonçalves e do candidato a deputado federal Edgar Amorim. Em relação ao primeiro (Humberto Rezende) a posição seria definida a partir da discussão nas bases. A tendência, porém, tem sido a do voto em um dos candidatos do MDB. O comitê de Cássio Gonçalves e Edgar Amorim, também tende a apoiar a candidatura Tancredo Neves, com o argumento de que é fundamental derrotar a Arena, sendo que os próprios candidatos já se definiram nesse sentido. Segundo Edgar Amorim, "se a Arena ganhar, vão dizer que o povo está apoiando a ditadura."

(Fátima Anastasia/Orosinda Goulart)



Campanha eleitoral, voto nulo, unidade, etc.

E DEPOIS DO 15 DE NOVEMBRO?

Um encontro de quatro candidatos a deputado estadual em São Paulo, todos pelo MDB, todos identificados como candidatos que defendem programas democráticos e populares.

Os nomes: Antonio Funari, advogado, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo - UEE-SP; Geraldo Siqueira (o Geraldinho), bancário, ex-diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo - DCE-USP; Irma Passoni, socióloga, organizadora de Clubes de Mães e integrante do Movimento do-Custo de Vida; e Marco Aurélio Ribeiro, advogado, ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito São-Francisco.

Eles debateram o sentido da campanha eleitoral, destacando a questão organizatória e a continuidade contra o voto nulo e se unificaram em torno de uma proposta concreta levantada por EM TEMPO: um encontro urgente dos comitês de candidatos populares. (J.B.).

Geraldo Siqueira - Nossa campanha tem várias dimensões. Há um pessoal que está no trabalho por convicção política. Temos um plano de agitação política bastante intenso, em fábrica, bairro, colégio, etc. Fazemos comícios relâmpagos, panfletagens, procurando sempre discutir com o pessoal. Por outro lado, temos a questão da organização. Acho que está se abrindo muita coisa e isso pode se consolidar. A campanha política mexe com problemas que juntam o estudante, a dona-de-casa, o operário, o motorista de táxi, o violeiro, o vendedor de bilhete; junta todo mundo em torno de problemas gerais que são levantados. Problemas sociais e políticos. Isso permite você reunir gente de várias categorias e colocar o seu programa, debater, agitar. Não vamos dizer que em todo lugar o pessoal vá fechando ao pé da letra com o programa que a gente leva, assimilando todos os detalhes ideológicos, etc, mas no grosso há uma identificação. De outro lado, nosso trabalho organizatório se dá através dos comitês, mas tem coisa que é difícil dizer qual é o lugar principal da organização. Tem coisas que ocorrem assim: os carasca da rua, da fábrica, se cruzam e vão mandando bala no trabalho de campanha, vão abrindo contato. Ai a coisa corre solta. A gente tem dado a maior força para o aspecto da organização a fim de garantir conti-

nuidade, pois depois a tendência é dar uma esfriada, né? Então, damos ênfase não no candidato, mas na organização popular de base.

Outra coisa fundamental é que a campanha está abrindo a cabeça do pessoal, da turma que entrou direto na tarefa de ligação com a massa. Muita coisa corre meio solta, fora de qualquer previsão. Tem favela, por exemplo, onde o pessoal de liderança está fechando com nossa proposta, mas sem estar com aquele pensamento todo estruturadinho do modo como apresenta a esquerda. Então, as coisas surgem com uma linguagem própria. A turma vai colocando idéias semelhante às nossas, mas como outra linguagem, outro tipo de encaminhamento. Enfim, a campanha está sendo também muito educativa para os próprios candidatos que se pretendem ser populares.

Marco Aurélio - Desde o início a gente tem colocado a campanha a serviço do fortalecimento das organizações populares. Isso vem ocorrendo na prática, eu acho. Temos feito da campanha uma oportunidade para discussão política junto aos movimentos de base dos quais participamos. Cito o caso da luta do loteamento clandestino, onde normalmente há certa dificuldade para o debate político, pois o pessoal fica no limite da reivindicação, entendendo? Assim, a campanha abre a oportunidade da ligação entre a questão política e a questão reivindicatória. Isso tem dado certo em vários lugares. Eu, como advogado, atuo também junto com a Oposição

*Proposta concreta:
uma reunião
de todo pessoal
dos comitês
dos candidatos populares,
logo depois das eleições,
para debater
formas unitárias
de continuidade dos trabalhos
desenvolvidos durante a campanha.*

Metalúrgica de São Paulo, e temos divulgado como propaganda eleitoral as suas próprias palavras-de-ordem em portas de fábrica. Nossos panfletos, quando tratam do direito de greve, da sindicatos livres, por exemplo, são feitos em cima do programa da Oposição Sindical.

A maior preocupação que a gente tem é de que desta campanha resulte um saldo organizativo de tal modo que se amplie o grau de organização popular já existente. Nessa campanha surgiu um fato novo que quero registrar, algo que não tinha ocorrido em 1974, nem em 76. É a perspectiva da continuidade do trabalho em vários lugares onde instalamos comitês. Das discussões veio a idéia de se transformar alguns comitês eleitorais em centro de organização permanente para tratar dos interesses dos moradores dos bairros, etc.

Funari - Como analiso está campanha? Ela está dentro de um quadro político que, sem dúvida, é resultado de um longo trabalho desempenhado durante os últimos 15 anos. Trabalho que se desenvolve na periferia, no meio operário, também entre os setores da classe média. Em 1974, o povo votou no MDB como forma de protesto. Agora, apesar do governo ter tentado ao máximo despolitizar as eleições. Tudo indica que se repetirá o protesto contra a ditadura, contra a exploração e a opressão. Mais que isso: agora já se exige uma alternativa, uma saída para o sufoco dos últimos 15 anos; já se luta em aberto por liberdades democráticas. Acho que temos dois objetivos, pelo menos, nessa campanha. Primeiro: politizar ao máximo a campanha, debater mesmos temas políticos e não somente os temas eleitorais. E segundo: procurar acelerar o processo de organização dos setores populares. Isso é o que a gente tem feito e temos conseguido alguns resultados positivos.

Bem. Os dois objetivos citados caminham juntos e dentro desse encaminhamento é que se apresenta por exemplo, a necessidade de se discutir desde a criação de uma partido que seja de fato popular e radicalmente democrático; algo que seja fruto da unidade na luta das forças populares que hoje já se manifestam também no terreno político. Nesse sentido, nossa campanha tem cumprido um papel, creio, ao agitar essas e outras questões do presente e também do futuro. Outra coisa, que acho importante, é que temos conseguido fazer um certo trabalho no interior, principalmente nas grandes cidades; inclusive chegando aos trabalhadores rurais, a áreas de lutas camponesas.

Claro que durante a campanha, no vai e vêm, a gente se defronta com a chamada massa desorganizada. Mas a gente tem sentido que, mesmo essa massa, mesmo a turma não ligada a sindicato ou associação, etc. tem também de que agora o negócio é votar no MDB, por ver no MDB um canal de voto contra o governo, contra o sufoco econômico e político que aí está. Além disso, porém há uma consciência de que nem o MDB, nem o candidato, nem o deputado, vão resolver os problemas que aí estão. Nos bate-papos, nos mutirões e tal a gente nota claramente que as classes populares estão bem sabendo que suas lutas, para serem vitoriosas, dependem sobretudo delas próprias - na medida em que se organizem pra brigar por seus interesses. Há uma ânsia de participação em todo canto. Nesse quadro, o nosso papel é de assumir e praticar um compromisso com as lutas das classes populares, colocando nossa campanha e nosso mandato - se for o caso - a serviço destas lutas.

Eu, particularmente, eu me sinto à vontade para contestar a tese do voto nulo, pois - como os outros companheiros aqui - tenho um passado, uma postura política que não pode ser confundida com qualquer sonho emedebista ou coisa que o valha. Claro: votar no MDB não é achar que o MDB é a saída, porque ele não é, nunca foi. Na verdade, por contingência, o MDB é um meio, um instrumento às mãos pra



Marco Aurélio (primeiro à esquerda), Irma, Geraldinho e Funari, no encontro promovido por EM TEMPO. (Foto Enio Brauns)

quem acha importante derrotar o governo no próximo dia 15, pra quem se interessa também pela luta parlamentar, isso tudo enquanto trabalho auxiliar da luta direta das massas. Sempre que me defronto com a proposta do voto nulo coloco a proposta da formação de um partido verdadeiramente popular. Ai a discussão se desloca, vai mais longe. Porque esta eleição é um fato episódico, simplesmente isso. E participar da eleição para abrir caminho, fazer relações, tentar novas frentes e novos meios de luta - inclusive de luta parlamentar -, não significa deixar de lado o principal que é a organização própria e independente das classes populares.

Irma - Sobre isso, creio que a reação do povo é contra a proposta do voto nulo no dia 15. Agora, ao mesmo tempo, há um sentimento assim: - Chega de ser iludido! Há quantos anos a gente vota, vota, e não adiante nada? Os candidatos prometem e não fazem. Analiso então que existe possibilidade do voto nulo entre setores populares, mas não como proposta, como alternativa; mas como um quase desespero, como decepção. Entretanto, vejo possibilidade de se superar essa atitude, desde que se consiga fazer uma discussão com as pessoas que estão se manifestando desse modo, para explicar a importância da coisa, etc.

Geraldo Siqueira - Eu também tenho encontrado a idéia de anulação do voto, como diz a Irma, assim como uma atitude espontânea, inconsciente. Isso existe, mas não oferece alternativa, levando mesmo ao imobilismo. O cara pensa no voto nulo contra tudo que está aí, porque está sendo enganado há longos anos, mas não vê nem de longe uma saída política, uma forma consequente de resposta para a situação. Nisso eu acho que o MDB tem uma carga de responsabilidade bastante grande devido à sua atuação, seus oportunismos que existem mesmo e tal. De outro lado tem a questão da ditadura que tentou separar a política da intervenção de massa. A exclusão das massas em relação às decisões políticas se deu em todos os planos; ficou um fosso entre o regime e as massas. A questão política, MDB, Arena, partidos, parlamento, etc, afinal foram passadas como coisas que não têm a ver com a vida das massas. Isso daí se agravou, sem dúvida, com a precária atuação do MDB.

Voto nulo? Bem. Acho importante destacar que o pessoal que propõe o voto nulo, ao menos no movimento estudantil, é um pessoal que está colocado no campo da esquerda. Quer dizer, é uma turma com a qual a gente tem uma certa proximidade, estamos mais próximos dessa turma do que de um Ulisses Guimarães, etc. Explico: a turma do voto nulo está também preocupada em derrubar a ditadura, em fortalecer as organizações independentes dos trabalhadores; só que - na sua ação atual - estão deixando de fazer isso, né? Eu acho que o problema não é o voto que eles tiram dos candidatos populares ao propor voto nulo, o problema não é bem o que eles fazem, mas o que eles deixam de fazer. Sem dúvida, eles poderiam dar um grande reforço ao nosso trabalho se estivessem na campanha como estamos, ampliando frentes de lutas, etc. Isso é que eu lamento.

Funari - Esse negócio de voto nulo, eu acho que se tem dado a isso uma importância que o fato não merece. Tenho encontrado debates Sobre o assunto em universidades, fora de universidades não. Embora eu respeito a posição acredito que a proposta do voto nulo está restrita a uma determinada faixa mínima. Em alguns casos, o debate da questão tem sido até rico, na medida em que permite uma discussão política, o esclarecimento. Nesse sentido, vejo alguma coisa de validade no debate, pois é uma forma de politização das eleições.

Marco Aurélio - O pessoal que está defendendo o voto nulo em São Paulo, como foi dito, é um pessoal de vanguarda. Como toda vanguar-

da, atualmente, esse pessoal está totalmente isolado da massa. Entendo que o voto nulo é posição equivocada. O inimigo principal nosso é um só: a ditadura que a gente quer derrubar. Entretanto, o pessoal de voto nulo se preocupa principalmente em fazer carga contra os candidatos populares do MDB. Mas, de qualquer forma, eles não conseguem maior expressão porque tal movimento se restringe à universalidade. Nos meios populares, a gente só encontra o voto nulo por saco-cheio; fora disso existe só para um meia dúzia. Voto nulo, enquanto proposta, não é inconsequente em si mesma; é proposta inconsequente para a conjuntura atual. Enquanto a gente está vendo que a maior parte dos trabalhadores vai votar, e votar no MDB, além de que - mesmo entre os trabalhadores - há muita gente que vai votar na Arena; os companheiros estão pregando o voto nulo! Os companheiros deveriam procurar conquistar esses eleitores da Arena para a oposição, ao invés de encaminhar uma proposta onde o inimigo principal acaba sendo o candidato popular, pois este é uma opção para a esquerda. Portanto creio que o voto nulo, isso de nem Arena, nem MDB, é uma proposta totalmente divorciada da massa trabalhadora. Trata-se de uma idéia vanguardista, que só encontra certa ressonância na pequena burguesia radicalizada, em setores da universidade.

Irma - Sim. Acho que ganhe ou não ganhe a eleição, a gente vai ter que assumir toda uma responsabilidade perante os grupos organizados

com os quais trabalhamos durante a campanha e antes dela. A gente vai ter que se juntar, os vários candidatos populares, para ver como prosseguir a atuação depois do dia 15. É hora da gente tentar, sentar e pensar junto.

Geraldo Siqueira - Isso. Estou de acordo. Poderíamos pensar, para depois das eleições, numa reunião dos nossos comitês, o pessoal todo. Isso não ocorreu antes, mas teria sido uma coisa importante. A dificuldade em 1976 parece que se relacionou com o grau de desenvolvimento das lutas populares, né? Mas hoje de fato há condições. Se a gente for ver aí vai encontrar um vasto campo indefinido, muita gente que não sabe ainda como votar; um trabalho conjunto dos candidatos populares poderia no mínimo - ampliar nossa penetração não apenas em termos de conquistar votos.

Irma - De fato existem áreas que a gente não atinge mesmo; é terrível isso. Áreas populares, áreas vazias.

Marco Aurélio - É verdade. A gente não atinge tais áreas e fica se cruzando durante a campanha, percorrendo os mesmos locais. Isso também tem a ver com um certo vício nosso, da esquerda, que é o excesso do debate. Nós, uns dez candidatos populares, participamos de debate todo santo-dia. O pessoal parece que tem um certo prurido; quer debater com todos para depois escolher. Veja quantos debates feitos então na universidade. Não sou contra o debate, lógico; só creio que a coisa poderia ser organizada, programada e dividida entre nós, né?

Movimento Negro

Voto racial é voto político contra o regime

Clóvis Moura é sociólogo, professor-pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Atualmente, ele está trabalhando na preparação do Congresso Interamericano de Culturas Negras, a ser realizado no Panamá, em janeiro próximo. Aqui, suas opiniões sobre o negro e as eleições:

- Como se coloca a questão racial no momento político atual?

- Bem, o problema racial no Brasil está no momento ligado ao fato de estarmos sob uma ditadura. Políticamente este é centro da questão, e historicamente as ditaduras são instituídas para conter a explosão das classes, setores e grupos oprimidos e explorados. No Brasil, é nestas amplas parcelas da população que encontramos a grande maioria dos negros. Daí é que pesa sobre eles o grosso da repressão desencadeada pelo regime e é contra esta repressão que devem os negros lutar no atual momento político.

- Que relação deve haver entre a luta pela democracia e a luta racial?

- As liberdades políticas são na nossa sociedade um objetivo a ser conquistado. Na luta por tais objetivos, que deve ser travada tenazmente, cabe importante papel aos trabalhadores, mulheres e analfabetos, entre os quais se encontram 78% dos negros no nosso país. Devem as mulheres colocarem aquilo que mais particularmente lhes tocar, assim como os negros e minorias devem aprofundar as suas lutas pela democracia racial.

- Deste ponto de vista, que importância têm as eleições parlamentares de novembro?

- As eleições poderão servir de canal para o desenrolar destas lutas, desde que sejam utilizadas como um meio, não como um fim, pelo fato de nem sequer podermos chamá-las de eleições democráticas. O plebiscito de novembro está sendo totalmente manipulado pela ditadura. Deve então o movimento negro debater suas propostas e conscientizar o conjunto de

sua comunidade, ao mesmo tempo sensibilizando o conjunto da opinião democrática, sem nenhuma ilusão de que através do parlamento seus problemas serão resolvidos, bem como o das mulheres e o do conjunto de todos os oprimidos e explorados. Em sua última reunião nacional, o movimento unificado dos negros considerou como voto racial não apenas o voto a candidatos de pele e traços negros, mas a candidatura que tenha um programa voltado para as reivindicações mais candentes da comunidade.

- Qual é sua opinião sobre isso? Qual é a situação do negro em relação ao sistema de representação parlamentar no Brasil?

- O voto racial é na verdade o voto a candidatos que mais se sensibilizam com a problemática racial e que estejam dispostos a levá-la adiante, denunciando veementemente o preconceito de uma estrutura social contra os negros, as restrições de que são vítimas no mercado de trabalho, a exploração múltipla da mulher negra, etc. A meta é procurar candidatos que levantem politicamente estas e outras bandeiras. Os candidatos não precisam ser obrigatoriamente negros, pois numa luta como esta o reconhecimento da importância do problema pesa mais que a cor da pele. Alguns parlamentares de pele preta e cabelo carapichados têm se manifestado mesmo contra o movimento negro, como é o caso de Mario Américo, dizendo que este tipo de movimento só agita mais o preconceito. A questão é política. Devem os negros apresentarem uma plataforma aos candidatos, como têm feito, e exigir em torno dela um compromisso público. (Wilson Prudente).

Rio Grande do Norte

Racha do MDB: adesismo total, golpes e golpes.

As manobras e conchavos eleitorais da cúpula emedebista do Rio Grande do Norte têm colocado o Estado em disputa acirrada com a Bahia e o Rio no campeonato do adesismo. O presidente do diretório regional do MDB, Henrique Alves, filho e herdeiro político do ex-governador cassado em 68, Aluizio Alves, têm apoiado ostensivamente o candidato arenista ao senado, Jessé Freire. Ao mesmo tempo, o atual governador Tarcísio Maia colocou toda a máquina do Estado a serviço da reeleição de Jessé.

Os conchavos que estão desmoralizando o partido da oposição tornaram-se públicos no final do ano passado, quando circulou a informação de que a cúpula emedebista, tendo por trás Aluizio Alves, estava negociando com Tarcísio Maia um "chapão" em que o partido oposicionista não apresentaria candidato ao Senado, ficando a reeleição de Jessé Freire assim garantida. Em troca, Arena e MDB dividiriam a bancada da Câmara Federal "fraternalmente".

Inimigos x Amigos

O estranho em tudo isso é que Aluizio, quando governador do Estado na década de 60, agredia diariamente, através de seu jornal, os seus adversários políticos, inclusive Tarcísio Maia, então acusado de "corrupto e hipócrita". Atualmente os dois fizeram as pazes e se encontram no esforço de criação de um futuro partido.

Só uma outra ala do MDB não aceitou os conchavos perpetrados pelo ex-governador e conseguiu impor, na convenção do partido, concorrendo numa das sublegendas, o empresário Radir Pereira, dono de uma cadeia de lojas de eletrodomésticos. Também dentro da Arena surgiram oposições ao acordo. O cacique político Dinarte Mariz, senador "bêbico", retirou o apoio a Jessé Freire e a Tarcísio Maia. E circulam informações no Estado de que a ruptura de Dinarte com o esquema palaciano se deve ao fato de seu protegido e candidato ao governo do Estado Dix-Huit Rosado ter sido preterido na escolha.

"Traição" é a palavra usada pelo velho senador, um ex-frotista arrependido, para a imposição de Lavoisier Maia, sobrinho do atual governador.

A radicalização da política local levou Aluizio, líder populista típico, representante no Estado e diretor do grupo UEB (que deu um "tesouro" no mercado financeiro há algum tempo) a retornar aos comícios.

Nota-se um empenho dramático do Aluizio Alves na tentativa de fazer ressurgir seu prestígio junto às massas. Porém, os tempos são outros e sua mensagem demagógica já não consegue arrastar as multidões.

As denúncias do grupo do MDB que apóia Radir Pereira culminaram num comício no mês passado em que o ex-deputado federal Odilon Ribeiro Coutinho criticou abertamente a corrupção eleitoral, com o uso ostensivo da máquina do Estado a favor da reeleição de Jessé Freire, que também é presidente da Confederação Nacional do Comércio, e do ex-Secretário da Educação, João Faustino. Os ataques do ex-parlamentar também foram dirigidos ao chefe da Casa Civil de Geisel, Golberi do Couto e Silva, acusado de testa de ferro do grupo Dow Chemical que estaria interessado na exploração das "águas-mães" do Rio Grande do Norte.

O governo estadual contraatacou imediatamente, de forma propagandística, pressionando entidades a apresentar notas de desagravo. Funcionários públicos estaduais que não concordaram em ir a Palácio apresentar a solidariedade "à honra" do governador, maculada em praça pública, foram ameaçados e demitidos.

A onda de corrupção atingiu tal nível que o deputado do grupo autêntico, Roberto Furtado, pediu contas ao diretório regional do MDB, que está sob forte suspeita de ter desviado dinheiro do fundo partidário para a campanha de Jessé Freire. Este tem também usado a estrutura do SESC e do SENAC no Estado de maneira acintosa na campanha eleitoral.

(Es critório de Natal)

ANISTIA: RUMO AOS TRABALHADORES

O Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo traçou caminhos que permitirão integrar o movimento no cotidiano das fábricas, dos sindicatos e aos bairros populares. Além da defesa dos presos, banidos, cassados e perseguidos políticos, trata-se agora de canalizar esforços também para a defesa e preservação do movimento popular, nesta nova conjuntura de greves e mobilizações de massa. Assim, direito de greve, liberdade sindical, reconhecimento e estabilidade para as Comissões de Fábrica, passam a ser temas de trabalho para os núcleos pró-Anistia de todos os estados.

Levar a bandeira da anistia para as amplas camadas populares, dar-lhe uma dimensão maior do que a de uma simples questão de interesse exclusivo apenas de presos políticos, cassados e banidos, e fazê-la presente no cotidiano das fábricas, dos sindicatos, dos bairros e das escolas foi o grande desafio que o Primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, realizado em São Paulo na semana passada, resolveu assumir. De fato, o Congresso representou um novo marco: o da tomada de consciência dos diversos núcleos e movimentos que se fizeram presentes de que só com a popularização da anistia esta luta pode ser vitoriosa e para isto é necessário unificá-la com as demais lutas das camadas populares.

Não foi apenas a tomada desta consciência o único indicativo de que já estão distantes os dias em que a questão da anistia sensibilizava basicamente pequenos núcleos de familiares de presos e perseguidos políticos. Os próprios números do Congresso revelam que esta fase

já foi superada. Mais de 1.200 pessoas de vários estados se inscreveram e participaram dos debates e das comissões e cerca de 140 entidades se fizeram presentes, 35 das quais representando núcleos pró-anistia. A estes núcleos se uniram entidades como oposições sindicais, a Igreja, OAB, ABI, Comissão pró-UNE e outras.

É a partir do Congresso, e de seus resultados, que os movimentos pela anistia entram na fase de superação de sua dispersão tanto política como orgânica. Do ponto de vista político, o Congresso aprovou uma Carta-Programa que tanto aperfeiçoa a aprovada no Encontro de Salvador como coloca em termos definitivos a luta pela anistia como intimamente vinculada à luta pelas liberdades democráticas e pelo fim do Regime autoritário, não só definindo o caráter amplo, geral e irredutível da anistia, mas como levantando ao lado desta bandeira temas como o desatrelamento dos aparelhos repressivos, da responsabilização judicial e criminal dos respon-

sáveis pelos crimes cometidos nos porões dos organismos de repressão, a conquista da liberdade de organização e de expressão.

Do ponto de vista orgânico, o Congresso viu que é necessário deflagrar um processo que culmine com uma estrutura organizacional ao nível nacional, dando como primeiro passo a constituição de um grande Conselho formado por todas entidades - uma espécie de Federação de Anistia ainda que não formalizada como tal, e elegeu uma coordenação nacional que se responsabilizará pela materialização das definições políticas do Congresso.

As duas faces da anistia

Um dos grandes pontos de discussão no Congresso se manifestou na definição: do espectro da luta pela anistia, ou sob as suas duas faces. Isto se reflete tanto na carta-programa aprovada como na discussão das diversas comissões que funcionaram. No final, chegou-se à seguinte conclusão: a primeira face diz respeito às questões vinculadas aos que já foram atingidos pela repressão e atos arbitrários do regime, como os presos políticos, desaparecidos, mortos, cassados, exilados e banidos, que até o Congresso vinha sendo quase que as questões exclusivas das preocupações dos diversos movimentos de anistia. A segunda face, que ficou bastante realçada no Congresso, se volta para a defesa e preservação do movimento popular, como uma formá de impedir que as organizações e lideranças populares

que estão se fortalecendo nesta nova conjuntura sejam ceifadas pela repressão. Assim, questões como a defesa das comissões de fábrica, a defesa do movimento de custo de vida e de lideranças sindicais que estão sendo demitidas do seu trabalho pelo papel que desempenham seriam temas que devem passar a preocupar os núcleos pró-anistia. E com base nesta segunda fase que se procura popularizar a luta pela anistia.

De acordo com o que ficou claro na discussão da comissão de trabalhadores, a popularização da anistia não é tanto uma questão de forma, mas principalmente de conteúdo. Não se trata de queimar a pestana para saber qual a melhor fórmula para escrever de boletins da anistia, de uma maneira acessível ao grande público. Trata-se, isto sim, de uma linha capaz de levar esta bandeira às amplas massas. E isto, segundo as resoluções do Congresso, só é possível de ser conseguido se os núcleos pela anistia passarem a levantar firmemente a defesa do direito de greve, de liberdade sindical, de denúncia e combate das demissões nas fábricas, da violência policial que se abate sobre as camadas populares etc. Só assim, acreditam, é possível fazer com que surja núcleos pró-anistia nos bairros e nas fábricas, pois desta maneira a luta pela anistia se ligaria com o cotidiano das camadas populares.

Responsabilizar o regime

"Passou a fase de iniciativas indi-

viduais". Com esta frase, o Congresso marcou a necessidade de ser mais ousado no que diz respeito aos mortos e desaparecidos. Viu-se que a família Herzog abriu o caminho pelo qual é possível responsabilizar, judicialmente e criminalmente, o Estado, pelos assassinatos de vários oposicionistas e combatentes populares, que segundo um levantamento do Congresso são mais de 200 pessoas assassinadas. Viu-se que os núcleos pela anistia deveriam tomar a si a tarefa de articular as famílias para que entrem com processo na Justiça.

Esta foi, inclusive, uma decisão que foi inserida na Carta-Programa. O Congresso não aprovou ainda a orientação de "Punição para os torturadores", por entender que tal questão pode afastar as forças mais moderadas que hoje se colocam na frente pró-anistia, mas aprovou um caminho que na prática implica, ainda que limitadamente, em executar esta orientação. E o caminho não é outro senão o da responsabilização criminal do Estado, pelos crimes cometidos pelos órgãos de repressão. (Ver o documento na página seguinte). Pretende-se, inclusive, não se ficar apenas na generalidade, isto é de condenar o Estado, mas também de levar ao banco dos réus os responsáveis diretos e os agentes de tais crimes.

Ao lado desta questão, o Congresso se posicionou firmemente em relação à nova Lei de Segurança Nacional, exigindo não só a revogação da atual LSN como também o repúdio ao novo projeto encaminhado

por Geisel. E mais: não ficou apenas no repúdio formal. Aprovou uma linha de ação, colocando como eixo da atuação nos dois próximos meses a questão da Lei de Segurança Nacional com vistas a criar uma consciência nacional contra a nova LSN.

O caminho concreto para materializar estas definições políticas será a realização de uma jornada nacional pela anistia, que deve se encerrar no dia 18 de abril do próximo ano. Esta jornada terá motivações diferentes que dependerão basicamente da situação de cada Estado. No Rio Grande do Sul o seu eixo será a libertação de Flávio Kurtz (preso na Argentina) e de Flávia Shilling (presa no Uruguai).

Ao lado de todo este conjunto de definições, que representaram sem sombra de dúvida um avanço, o Congresso chamou a atenção pela grande unidade conquistada, sendo praticamente consensual as decisões tomadas. Ainda que questões importantes não tenham recebido uma resposta cabal, o balanço final indica que os movimentos pela anistia têm hoje uma definição política mais explícita - reflexo disto é o texto da carta-programa aprovada que se pronuncia não só contra a opressão política mas também contra a opressão econômica a qual estão submetidas as camadas populares - o que indica que no futuro novos e importantes passos serão dados.

(Tibério Canuto)



Defender e preservar os movimentos populares...



...como a luta de painéis vazios contra a carestia...



...ou as greves metalúrgicas, são também preocupações da Anistia. (Fotos de J. E. Raduan).

“O que fizeram com Manoel Fiel será cobrado”

“O que fizeram com Manuel Fiel Filho será cobrado” o choro convulsivo quase impediu o operário Ubiracy Dantas de Oliveira de prosseguir.

“Abaixo a ditadura. Queremos liberdade!” - respondia um coro de mais de três mil vozes, estimulando Ubiracy a volta.

Chorando ainda, o operário, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, agarra o microfone com garra:

- Durante esses 14 anos muitos filhos da classe operária foram mortos ou expulsos, proibidos de viver no seu país ou condenados ao isolamento dos cárceres. A classe operária se conteve, mas não se calou. Outros filhos nasceram e hoje há 500 mil operários em greve. Enquanto a ditadura mantém presos Osvaldo Pacheco, Paredes Soto, nascem outros filhos que irão para as ruas gritar “anistia”.

- Anistia, anistia, anistia. Soltem nossos presos - gritavam três mil vozes da plateia.

A forte emoção foia tônica que dominou aquela plateia comprida (muita gente ficou do lado de fora) que lotaram o Teatro da Universidade Católica de São Paulo para assistir ao ato de instalação do Congresso de Anistia. “Foi uma noite de emoção, mas também, de luta e de compromisso”, comentava d. Iramaia Benjamin, secretária do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio e mãe de dois exilados. Os familiares de assassinados, desaparecidos, presos e exilados sentiram naquela noite que não estavam sós. Sabiam que a partir dali a sua luta se irradiaria e ganharia muito mais força.

Essa certeza lhes era garantida pela representatividade da plateia. Estavam presentes mais de cem entidades profissionais de diversos estados, dezenas de outras entidades que lutam especificamente pela anistia, de diversos estados do Brasil e do exterior, e centenas de amigos e familiares de pessoas atingidas durante 14 anos de repressão, arbítrio e violência institucionalizada.

O estudante que representava a Comissão Pró-Una no ato completava a mensagem do operário:

- A ditadura não calou o povo e nem conseguiu sepultar as suas vítimas. Manuel Fiel Filho, Vladimir Herzog, Honestino Guimarães, Alexandre Vanuchi Leme, Vladimir Palmeira, Luis Travassos e muitos outros, estão todos presentes nas nossas lutas.

- Viva a luta pela anistia.
- Viva a união do povo e a liberdade.

- Ninguém nos deterá.
O ex-deputado Lisâneas Maciel, cassado no governo Geisel, indagava:

- Será general Geisel, que o sr. desconhece que a poucos metros daqui desfruta da impunidade um delegado Fleyry, que assassinou e torturou tantos brasileiros?

- Assassino, assassino - denunciava a plateia.

- O povo brasileiro está nas ruas - continuava Lisâneas - já não aceita mais o engodo de reformas cosméticas. Não esquece que enquanto seus filhos eram reprimidos, o ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, protegia os assassinos de uma menina de nove anos (Ana Lídia) em Brasília.

Durante todos os ato, o dirigente do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, advogado Luis Eduardo Greenhalq, que o presidia, pronunciava nomes de pessoas mortas, desaparecidas, presas ou exiladas.

A lista de mortos e desaparecidos chegou a 253 nomes e a de exilados não se tem ainda um levantamento mais preciso.

- Por Carlos Marighela - clamava Luiz Eduardo

A - Anistia, anistia - respondia a plateia.

- Pr Luis Eduardo Merlino, Honestino Guimarães, Mario Alves, Stuart Edgard Angel Jones, Tulio Quintiliano, Olavo Hanssen, Pedro Pomar, José Porfírio, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Por Carlos Lamarca, Miguel Arraes, Daniel Aarão Reis, Wladimir Palmeira, Por Leonel Brizola.

- Anistia, anistia anistia - gritavam todos.

(Suely Caldas)

“Arrombar as portas e ir às massas”

(Entrevista com o operário Bira, participante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).

O metalúrgico e sindicalista Ubiracy Dantas de Oliveira teve uma atuação destacada no Congresso Nacional Pela Anistia, ao ponto de ter sido escolhido para ler a Carta-Programa no ato solene de encerramento do Congresso. “Bira”, como é mais conhecido entre seus colegas operários, destacou-se por insistir na temática da popularização da luta pela anistia, sobretudo no que diz respeito à necessidade de fazer com que os trabalhadores assumam esta bandeira. Nesta entrevista, ele aborda a relação da anistia com o movimento operário e dá a sua visão de como é possível dar um caráter de massa a esta bandeira.

Por que até agora a questão da anistia ainda não conta com uma ampla adesão dos trabalhadores e o que é que se pode fazer para popularizá-la?

Bira - A anistia é uma luta política que faz avançar a consciência da classe operária, porque ela é nada mais nada menos do que o combate das amplas massas ao regime repressivo e autoritário. Agora, a questão da popularização da anistia passa necessariamente pelo avanço da consciência da classe operária, que começa a se dar hoje, com uma greve de 400 mil trabalhadores. Eu condeno quem diz que a classe operária não se interessa pelas questões políticas. Veja, por exemplo, o caso da anistia. Quando um operário, como o Zé Pedro de Osasco vai preso, o trabalhador faz ato público, exigindo a libertação do companheiro. É claro que não fica gritando “anistia, anistia, anistia”, porque ele ainda não assimilou a profundidade desta palavra. Mas no entanto grita lá: “solta, solta, solta”.

Quando mataram o operário Manoel Fiel Filho, nós fizemos um minuto de silêncio no sindicato, apesar do pelego Joaquim dos Santos Andrade, numa assembléia que tinha mais de quatro mil operários. Então a massa está sabendo que este regime é de repressão que ela não tem liberdade. O que ainda não entende é qual é o caminho para eliminar isto, porque é necessário a anistia e isto cabe a nós, que temos uma maior consciência, fazer esta explicação.

Como é possível então mos-

trar na prática aos operários que a questão da anistia lhe diz respeito que ela é importante para a luta do trabalhador?

Da seguinte maneira: pegando as manifestações concretas de repressão que se abatem sobre os operários. Isto é, quando um trabalhador for preso, discutir com os outros, mostrando que ele foi preso ou demitido porque lutava pela classe, o que implica em não discutir apenas os problemas específicos com as Comissões de Fábrica, mas também a questão política. E veja só, só é possível fazer a interiorização da anistia no seio do movimento operário colocando a política no posto de comando, não ficando apenas na reivindicação de 70% - esta é importante - mas mostrando também quem é responsável pela miséria do povo, quem tira do povo aqueles que são sua liderança. E isto não é muito difícil pois a classe já sente que estão matando seus melhores filhos, só não sabe fazer a relação disto com a anistia.

Me parece que até recentemente as oposições sindicais, e mesmo a de São Paulo, tinha uma relação distante com os movimentos pró-anistia. No entanto, neste Congresso não só você participou dele como a oposição sindical mandou um seu representante, o Clóvis, para fazer um discurso de apoio ao Congresso. Isto indica que a oposição sindical está tomando consciência que a questão da anistia também diz respeito ao trabalhador?

Perfeito. Antes alguns companheiros tinham uma visão de só discutir a questão econômica, a questão do sindicato. Mas as coisas se transformam pois o movimento de massas está avançando e as questões políticas também já estão colocadas para as camadas populares, que começam a se levantar contra a injustiça. Com isto, as lideranças operárias são obrigadas a assumir a luta política, a assumir a luta pela anistia. É isto que faz, por exemplo, o companheiro Clóvis ir até o Congresso de Anistia e fazer aquele belo discurso, dizendo que a oposição sindical se compromete ombro a ombro com a luta pela anistia porque a anistia não se restringe somente à libertação de

presos. Ela é a restituição destes companheiros ao movimento de oposição mas é também a garantia de não prisões, de não arbitrariedades e de não tortura. E como ela é uma questão política e a política é de interesse fundamentalmente da classe operária, temos que assumir a bandeira da anistia.

Explique melhor a relação da anistia com o movimento de massas.

Hoje quando se liga a anistia com as lutas populares está se preservando a continuidade destas lutas para impedir que as lideranças sejam atingidas pela repressão. Antes tinha-se uma visão: anistia para presos, banidos e cassados. Hoje têm-se outra, que completa a anterior: a defesa do movimento de massas, relacionando as prisões e demissões existentes nas greves com a questão da anistia e levantando que só com o fim do aparelho repressivo vai se garantir as lideranças existentes no movimento operário. Só assim a anistia vai pegar no breu, só quando ela estiver relacionada com as outras lutas das camadas populares e no dia em que os operários estiverem gritando “anistia, anistia”, anistia”, então o fim de regime já estará próximo. Não tenho dúvidas de que num próximo congresso mais operários vão participar dele.

Então o caminho para a popularização da luta pela anistia seria os movimentos que assumem esta bandeira se preocuparem também com a defesa do movimento popular e de suas organizações como as comissões de fábrica entre outras coisas?

Perfeito. No Congresso ficou clara a relação, por exemplo, da anistia com a defesa das Comissões de Fábricas, pois a anistia é também a garantia dos movimentos populares. A anistia não é um negócio abstrato e nós quando a assumimos o estamos fazendo porque compreendemos que isto é fundamental para a garantia da continuidade do movimento operário. Veja, os patrões estão procurando exterminar as Comissões de Fábrica, que é o órgão dirigente das lutas dentro das fábricas, é, portanto, mais do que óbvio que os movimentos de anistia de-



Hira: Anistia deve lutar pelas Comissões de Fábrica.

vem se preocupar com a preservação destas comissões.

Como última pergunta, qual a sua avaliação dos resultados do Congresso?

O Congresso foi uma vitória importante dos setores comprometidos com a sua realização. Este congresso é um marco político. Quando um regime deste, companheiros têm a coragem de se reunir e gritar o nome de Gregório Bezerra, de Olavo Hansen, de Jesus Paredes, de Manoel Fiel Filho e de outros, isto já é por si só uma vitória. Igual o saldo do Congresso? Ele clareou qual o rumo que deve tomar a luta pela anistia, que é o de dirigir-se para as amplas camadas populares. Isto é: arrombar as portas e dirigir-se às massas.

Outra coisa que eu queria lembrar é a questão dos mortos e desaparecidos. Tirou-se a posição de uma jornada nacional que visa responsabilizar criminalmente o regime pelos crimes que ele cometeu. Foi muito importante também tirar a posição de defesa de companheiros presos no exterior, como Flávio Kutaz, preso na Argentina, e Flávia Shilling, presa no Uruguai.

Uma coisa que impressionou bastante no Congresso foi a unidade conquistada. Ele foi de uma maturidade política muito grande. Companheiro nenhum se prendeu a questões pequenas ou foi intransigente em coisas menores. Todo mundo foi com o pensamento voltado para a unidade. Tanto é assim que quando a Carta-Programa foi lida ela foi aplaudida de pé e todo mundo ficou emocionado.

(T.C.)

NOSSOS MORTOS E DESAPARECIDOS: 253

O Congresso Nacional pela Anistia elaborou a mais completa lista de pessoas mortas e desaparecidas, vítimas do regime militar de 1964 aos dias de hoje, pelo "crime" de fazer oposição e defender os interesses populares. Os anos do governo do general Médici foram os mais negros, não há dúvida. Em primeira mão, seguem os 253 nomes da relação.

1964

1. Ivan Aguiar
2. Jonas José Albuquerque Barros
3. Coronel Alfeu Alcântara Monteiro
4. Nelson José de Almeida
5. Astrogildo Pascal Viana
6. Bernardino Saraiva
7. Carlos Schirmer
8. José de Souza
9. Pedro Domienne

1966

10. Manoel Raimundo Soares

1967

11. Milton Palmeira

1968

12. José Carlos Guimarães
13. Luiz Paulo da Cruz Nunes
14. Jorge Aprigio de Paula
15. João Lucas Alves
16. Edson Luiz de Lima e Souto

1969

17. Marco Antonio Brás de Carvalho
18. Hamilton Fernandes Cunha
19. Severiano Viana Celan
20. Padre Henrique Pereira Neto
21. Carlos Roberto Zanirato
22. Reinaldo Silveira Pimenta
23. Fernando Borges Paula Ferreira
24. José Wilson Lessa Sabag
25. João Domingos da Silva
26. Roberto Cielo
27. Luiz Fogaça Balboni
28. Virgílio Gomes da Silva
29. Eremias Dolisioikov
30. Chael Charles Kreier
31. Carlos Marighela
32. João Antonio Abi-Eçab
33. Catarina Abi-Eçab
34. Ishiro Nagami
35. Sérgio Correima
36. pai de Wellington Moreira Diniz
37. Pedro Ferreira de Medeiros
38. João Roberto Soares de Souza
39. Sebastião Gomes da Silva

1970

40. Marco Antonio Silva Lima
41. Mário Alves
42. Antonio Raimundo Lucena
43. José Roberto Spigner
44. Dorival Ferreira
45. José Idéio Brianesi
46. Juarez Guimarães de Brito
47. Joelson Crispin
48. Norberto Nering
49. Roberto Macarini
50. Avelmar Barros
51. Olavo Hansen
52. Antonio dos Tres Reis de Oliveira
53. Alceri Maria Gomes da Silva
54. Eiraldo Palha Freire
55. Luciano Brandão Guimarães
56. Edson Cabral Sardinha
57. Joaquim Câmara Ferreira

1971

58. Jorge Leal Gonçalves Pereira
59. Marcos Antonio Dias Batista
60. Ari de Abreu Lima da Rosa
61. Yoshitane Fujimori
62. Eduardo Leite
63. Celso Gilberto de Oliveira
64. Luiz Afonso Miranda da Costa Rego
65. Ari da Rocha Miranda
66. Elisa Ianni
67. Abelardo Rausch Alcântara

1971

69. Joel (da UBES)
70. Raimundo Eduardo da Silva
71. Aldo Sá de Brito de Souza Neto
72. Rubens Beirodt Faiva
73. Aderval Alves Coqueiro
74. Odias Carvalho de Souza
75. Gerson Teodoro de Oliveira
76. Maurício Guilherme da Silveira
77. Stuart Edgar Angel Jones
78. Mário Prata
79. Marilene Vilas Boas Pinto
80. Devanir José de Carvalho
81. Joaquim Alencar de Seixas
82. Dimas Antonio Casimiro
83. Denis Casimiro
84. Raimundo Gonçalves Figueiredo
85. Carlos Alberto Soares de Freitas
86. Antonio Joaquim Machado
87. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira
88. Luis Almeida Araújo
89. Paulo de Tarso Celestino Silva
90. Heleni Teles Guariba
91. Luis Eduardo da Rocha Merlino
92. José Raimundo da Costa
93. Yara Iavelberg
94. Nilda Carvalho Cunha
95. Ottoniel Campos Barreto
96. José Campos Barreto
97. Carlos Lamarca
98. Luis Antonio Santa Bárbara
99. Amaro Luis de Carvalho
100. Antonio Sérgio de Matos
101. José Manuel Mendes de Abreu
102. Eduardo Antonio da Fonseca
103. Joaquim Mariano dos Santos
104. Roberto Lanari
105. Valdeir Silva
106. Aylton Adalberto Mortati
107. José Roberto Arantes de Almeida
108. Flávio de Carvalho Molina
109. Francisco José de Oliveira
110. Carlos Eduardo Pires Fleury
111. José Milton Barbosa
112. Luis Hirata
113. Raul Amaro Nin Ferreira
114. Ivan Mota Dias
115. José Gomes Teixeira
116. Felix Escobar
117. Valtir Ribeiro Novais
118. Cleide Dall'Ojo

1972

119. Hiroaki Torigoi
120. Jeová Assis Gomes
121. Ana Maria Palmeira
122. Paulo Cesar Botelho Massa
123. Marco Antonio Pinto de Oliveira
124. Maria do Amparo Araújo



Ana Rosa Kucinski



Stuart Angel



Orlando Bonfim



David Capistrano



Honestino Guimarães



Paulo Wright



Luiz Teixeira



Isia Dias



Luiz Maranhão



Eleni Guariba



Jorge leal Gonçalves



Carlos Alberto S. de Freitas

125. Paulo Norberto Pereira Marques
126. Maria Lúcia Petit da Silva
127. Gelson Reicher
128. Alex de Paula Xavier Pereira
129. Gastone Lúcia Beltrão
130. João Mendes Araújo
131. Isia Dias de Oliveira
132. Hélio Pereira Fortes
133. Arno Preiss
134. Frederico Eduardo Mayr
135. Lauriberto José Reys
136. Alexandre José Ibsen Voezões
137. Lígia Maria Salgado da Nobrega
138. Rânúzia Alves Rodrigues
139. Wilson Ferreira
140. Maria Regina Lobo Leite Figueiredo
141. Antonio Carlos Nogueira Cabral
142. Ruy Osvaldo Aguiar Psztenreuter
143. Marcos Nonato da Fonseca
144. Ana Maria Nacinovic
145. Yuri Xavier Pereira
146. Ismael Silva Jesus
147. José Júlio Araújo
148. Bergson Gurjão Farias
149. Kleber Gomes
150. Helenira Rezende Souza Nazaré
151. José Toledo de Oliveira
152. Ciro Flavio Oliveira Salazar
153. José Francisco Chaves
154. Antonio Monteiro Teixeira
155. Nurks
156. João Haas Sobrinho
157. Lourival Paulino
158. Nelson Dourado
159. Antonio Benetazzo
160. João Carlos Cavalcanti Reis

161. Aurora Maria Nascimento Furtado
162. Lincoln Cordeiro Oest
163. Luis Guillardini
164. Getúlio de Oliveira Cabral
165. Fernando Augusto da Fonseca
166. José Bartolomeu Souza
167. José Sílton Soares
168. Luciana Ribeiro da Silva
169. Valdir Sales Sabóia
170. Carlos Nicolau Daniele
171. Sérgio Landulfo Furtado
172. Paulo Roberto Ribeiro Bastos
173. Luis Eurico Tejera Lisboa
174. Rui Carlos Vieira Berbet
175. Exequias Bezerra

1973

176. Eudaldo Gomes da Silva
177. Eudaldo Luis de Souza
178. Anatália Melo Alves
179. Soledad Barret Viedma
180. Jarbas Pereira Marques
181. Arnaldo Cardoso Rocha
182. Francisco Seiko Okamo
183. Francisco Emanuel Penteado
184. Alexandre Vannuchi Leme
185. Lincoln Bicalho Roque
186. Ronaldo Mouth Queiroz
187. Merival Araújo
188. Márcio Beck Machado
189. Maria Augusta Thomas
190. Luis José da Cunha
191. Helber José Gomes Goulart
192. Manuel Aleixo da Silva
193. Manoel Lisboa de Moura

194. Emmanuel Bezerra dos Santos
195. José Carlos Novas da Matta Machado
196. Gildo Macedo Lacerda
197. Humberto Câmara Neto
198. Honestino Guimarães
199. Paulo Stuart Wright
200. Joaquim Pires Cerveira
201. João Batista Rita Pereira
202. Antonio Carlos Bicalho Lana
203. Sônia Maria Moraes
204. José Mendes Sá Roriz
205. Jane Moroni Barroso
206. Ramires Maranhão do Vale
207. Edgar Duarte de Aquino
208. Idalio Aranha Filho
209. Walkiria Costa
210. Paulo Rodrigues
211. Dinalva Conceição Teixeira
212. Ari
213. Alfredo
214. Maurício Grabois
215. André Grabois
216. Sueli Yomika Nakaiama
217. José Humberto Bronca
218. Adriano Fonseca
219. Sônia
220. Hélio Luis Navarro Magalhães
221. James Allen Luz
222. Oswaldo Orlando Costa
223. Alcir Gomes da Silva

225. Ruy Frazão Soares
226. David Capistrano da Costa
227. Jose Roman
228. Walter de Souza Ribeiro
229. Luis Ignacio Maranhão Filho
230. João Massena de Melo
231. Caiuby Alves de Castro
232. Issami Nakamura Okamo
233. Tomás Antonio da Silva Meireles Neto
234. Ieda Santos Delgado
235. Ana Rosa: Kucinsky Silva
236. Wilson Silva
237. José Porfírio

1975

238. Jaime Amorim Miranda
239. Orlando Bonfim Júnior
240. Itair José Velloso
241. Elson Costa
242. José Montenegro de Lima
243. Hiran Lima Pereira
244. Elza Rocha Miranda
245. Armando Teixeira Frutuoso
246. Wladimir Herzog
247. Pedro Jerônimo de Souza
248. Tenente Coronel PM José Ferreira de Almeida

1976

249. Sebastião Lopes
250. Manoel Fiel Filho
251. João Batista Drummond
252. Angelo Arroyo
253. Pedro Pomar

CHEGA DE SUFOCO!

“Exigimos o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores e a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do regime a que eles servem”, é o que diz a Carta do Congresso Nacional pela Anistia, aprovada no encerramento do encontro em São Paulo. Denominado “Compromisso com a Anistia”, o documento define-se contra a anistia parcial e repudia a anistia recíproca: “proclamamos como indispensável e urgente a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos”. “Ampla” quer dizer para todas as manifestações de oposição ao regime. “Geral”, para todas as vítimas da repressão. E “irrestrita, sem discriminações ou restrições”. Eis o texto integral do “Compromisso”.

Neste momento da Conjuntura Nacional, em que amplos setores da sociedade brasileira lutam de várias formas por liberdades políticas, nós proclamamos como indispensável e urgente a conquista da Anistia, Ampla Geral e Irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos - imposição da consciência democrática de todos os que se opõem ao regime arbitrário, e a responsabilidade judicial dos agentes da repressão e do regime a qual eles servem.

A Anistia pela qual lutamos deve ser Ampla - para todas as manifestações de oposição ao regime; Geral - para todas as vítimas da repressão; e Irrestrita - sem discriminações ou restrições. Não aceitamos a Anistia parcial e repudiamos a Anistia recíproca. Exigimos o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores, e a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do regime a qual eles servem.

A exploração econômica de todo o povo brasileiro e, mais particularmente, dos operários, dos trabalhadores assalariados e do homem do campo - tem, a garanti-la, a dominação política, que se exprime na repressão, os operários, os trabalhadores assalariados, os homens do campo e setores da sociedade civil tem se erguido, timidamente, a princípio, e mais energeticamente nos últimos tempos. O crescimento das lutas contra a exploração e a dominação acabou por colocar em cena

a luta pela Anistia, que cada vez se amplia mais e que cada vez mais se mostra como indispensável para a libertação econômica, social, cultural e política de todo povo brasileiro.

Nos últimos meses, as greves operárias, as greves de setores profissionais de classes médias, as reivindicações populares contra as péssimas condições de vida, têm arregimentado camadas cada vez mais amplas da população. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se os movimentos e as entidades pela Anistia, cada vez mais compreendida como instrumento de luta pelas liberdades democráticas - liberdade de palavra, de expressão, de manifestação, de associação e reunião, de atuação sindical, de greve, de atuação política e de organização partidária. Do Pará ao Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte ao Mato Grosso do Sul brotam núcleos pela Anistia. As cartas pela Anistia foram surgindo e se difundindo, numa progressão programática que revela a ampliação, o avanço e a unificação das lutas: São Paulo, Rio, Salvador. Hoje, este primeiro Congresso Nacional pela Anistia que agora se encerra em São Paulo exprime um salto político e organizativo que, incorporando as linhas gerais dos programas anteriores, passa a constituir um compromisso novo e superior nessa luta de oposição ao regime que aí está.

Este compromisso está claro para todos nós: temos de ampliar e fazer



Fotos do Congresso: João Bittar

avançar a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos presos e perseguidos políticos; transformando-a num instrumento consciente de luta dos operários e de todos os trabalhadores assalariados, inscrevendo-a nas demais lutas do povo brasileiro por liberdades políticas e incorporando-a a todas as lutas que se opõem ao regime autoritário e arbitrário que nos explora, que nos domina e que nos reprime. Esta é a nossa perspectiva: lutar até a vitória final de todo povo brasileiro.

As denúncias

As denúncias dos crimes praticados pela repressão desses anos mostra a dimensão das arbitrariedades, os danos causados ao povo brasileiro e a necessidade de que sejam devidamente apuradas. Novas denúncias vêm a público exatamente no momento em que cresce a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no bojo de outros movimentos populares. Vai tomando forma de um sentimento de revolta e luta.

No centro das mais graves e sérias denúncias destacam-se os casos de desaparecidos. O drama de seus familiares e amigos. Há mais de duas centenas de mortos. Muitos sofreram violentas e bárbaras torturas, e as circunstâncias de suas mortes foram escamoteadas pela repressão ou apresentadas como inteiramente falsas, sempre com o objetivo de enganar o povo.

ras e condições desumanas de tratamento. As denúncias contra a repressão devem continuar a ser ampliadas, e, nesse sentido, incorporar a nossa solidariedade a todos os povos latino-americanos que sofrem a repressão.

Proposições políticas gerais

Hoje não é mais possível manter expresso o exagero da pena de morte e da prisão perpétua, as cassações vitalícias, a imprensa calada. Ao regime impõe-se a necessidade de reconquistar bases de apoio e permanecer tal qual foi instaurado, e reformular-se para continuar.

Assim é que estão postas as “reformas” políticas que vêm ainda apenas perpetuar a exceção e o arbítrio, ordenadas sob a orientação ideológica da doutrina da Segurança Nacional.

Os movimentos pela Anistia entendem claramente que não se trata de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a LSN. Impõe-se a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura, oficiais, clandestinos ou militares. Impõe-se a responsabilização dos que, travestidos da autoridade de conferido pelo poder de polícia, têm praticado torturas e assassinatos; impõe-se acabar com a impunidade dos órgãos paramilitares.

A combinação da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita com reivindicações mais dos setores que combatem a opressão os trabalhadores, nas

fábricas, o povo pobre, no campo, nos bairros e nas favelas; as categorias profissionais, em suas associações; setores parlamentares e religiosos - deve ser travada para fazer crescer o Movimento como um todo orgânico.

Esse entrelaçamento torna-se claro quando se compreende que a luta pela Anistia tem duas faces; uma, que defende os que até o momento têm sido atingidos pela repressão e pelo arbítrio; outra, que visa a defesa e a garantia dos que hoje estão lutando.

Por isso exigimos a revogação da Lei da Segurança Nacional e a rejeição do projeto que a reforma, o fim das torturas e do aparato repressivo, com a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do sistema a que eles servem. E repudiamos toda repressão do sistema a que eles servem. E repudiamos toda repressão dirigida contra os que denunciam e combatem essa mesma repressão.

Para isso é necessário incorporar as amplas massas na luta pela conquista da ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA.

Proposições organizacionais gerais

No sentido de fortalecer e ampliar a luta pela Anistia e de unificá-la nacionalmente, reconhecemos a necessidade de construir um organismo capaz de, preservando a identidade, as peculiaridades, e a relativa autonomia de cada movimento de Anistia existente, coordenar as lutas mais gerais que todos possam empreender daqui para a frente.

Além disso, devemos estimular o surgimento de movimentos, e núcleos de Anistia vinculados a entidades sindicais, associativas e civis, as categorias profissionais, organizações autônomas, visando tanto a maior penetração desta luta nos setores populares quanto a sua maior representatividade.



LEI? DE SEGURANÇA? NACIONAL?

Da “nova Lei de Segurança Nacional pode-se, sem exagero, dizer que permite ao governo esvaziar as cadeias de alguns de seus opositores que lá se encontram, para nelas colocar boa parte dos que, hoje, fora delas, lutam contra a permanência do regime de exceção” (CBA - Rio de Janeiro). Os movimentos de anistia preocupam-se também com as perseguições políticas futuras, como mostram três estudos apresentados ao Congresso sobre a Lei de Segurança Nacional.

Aos avanços dos movimentos populares, o regime tem responsabilidade com medidas que, se por um lado representam pequenas e parciais concessões, por outro, lhe permitem reaparelhar-se para enfrentar esses movimentos.

Enquanto proclama o AI-5, o governo tem feito passar as suas “salvaguardas”. A luta pelas liberdades democráticas, em particular pela anistia, forçou o governo a falar em “revisões” das punições e a acenar com a possibilidade de libertação de alguns prisioneiros políticos e retorno de alguns exilados.

Um dos instrumentos eleitos pelo regime para promover as “reivindicações”, entretanto, é a nova Lei de Segurança Nacional, cujo projeto enviou recentemente ao Congresso. A nova Lei, contudo, serve-lhe para enfrentar a nova realidade dos movimentos oposicionistas. Estes, diferentemente do que ocorria em 1969 (a atual LSN é de setembro de 1969) quando a oposição mais contundente ao regime era a armada, hoje se manifestam como movimentos populares crescentemente de massas. Ao tempo em que suprime as penas de morte e de prisão perpétua, o regime agrava as penas contra os grevistas, intelectuais, participantes de partidos políticos não reconhecidos e estende as punições previstas na LSN para pessoas situadas na faixa dos 16 aos 18 anos de idade.

Os avanços e consequentes “respostas” oficiais - de cada um dos setores da oposição tem colocado, quase que de imediato, a necessidade de aprofundar cada uma das particulares, relacionando-as, cada vez mais explicitamente com as lutas democráticas gerais da sociedade. Os primeiros movimentos pela anistia, que não conseguiam ir além de pleitear simplesmente a libertação de presos, teve, assim que avançar para uma proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Hoje, a luta pela anistia, para prosseguir, está sendo combinada com a luta pelo fim de todas as formas de excepcionalidade e arbítrio.

Não é mais apenas a libertação

dos presos e retorno dos exilados e banidos que justificam os movimentos pela anistia. Tais movimentos ampliam hoje a sua consciência de que os ex-presos e ex-exilados tenham não só o direito de viver e trabalhar no Brasil, mas também a segurança necessária para atuarem politicamente, ainda que no interior de partidos de esquerda. Dessa forma, os movimentos de anistia, além de se preocuparem com o passado e o presente dos perseguidos políticos, começam a se definir também contra perseguições futuras.

Ao final do I Congresso Nacional pela Anistia, entre outras resoluções (ver íntegra do documento na página anterior), foram extraídas as seguintes conclusões:

“Os movimentos pela anistia entendem claramente que não se trata de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a Lei de Segurança Nacional. Impõe-se a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura oficiais, clandestinos ou militares. (...) Exigimos a revogação da Lei de Segurança Nacional e a rejeição do projeto que a reforma, o fim das torturas e do aparato repressivo, com a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do sistema a que eles servem”.

Três teses:

uma resolução.

Tal qual um cavalo de tróia que não conseguiu ser introduzido na cidade das oposições, o projeto de mudança no Decreto-Lei 898 (LSN) tem sido denunciado no Parlamento, na Campanha Eleitoral e pelos movimentos de Anistia de todos os pontos de vista. Para o Congresso da anistia foram apresentados nada menos que três textos de entidades a respeito da nova LSN: um do Comitê Brasileiro pela Anistia-Rio de Janeiro, o outro do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos e o último pela Associação dos Advogados de São Paulo.

Unâнимes na condenação, tanto

da atual, como da futura Lei de Segurança, estes três documentos apresentam fundamentações ligeiramente diferentes. O texto do Comitê Londrinense é composto por cinco pontos. O primeiro deles nega competência à Justiça Militar para julgar civis ou mesmo militares quando estes últimos não tenham cometido crimes contra a própria instituição militar: “A Justiça Militar existe e somente deve existir para julgar militares em situações não previstas no ordenamento civil e penal, quando o crime for praticado por militar contra a instituição!”

O mais longo dos três documentos é o da Associação dos Advogados de São Paulo, que faz uma minuciosa análise jurídica do Decreto 898 e do projeto de reforma do governo, demonstrando sua inconstitucionalidade e aberração jurídica. Dois exemplos de ilegalidade citados no documento:

1º) o prazo de incomunicabilidade de 8 dias (tempo suficiente para tortura: e mal trato de toda ordem), quando o prazo de incomunicabilidade estabelecido pelo Código de Processo Comum e, mesmo, pelo Código Militar é de três dias;

2º) a custódia do preso por 30 dias que deve ser objeto de comunicação reservada do encarregado do inquérito à autoridade judicial, que contraria não só o direito à informação do advogado, mas o próprio princípio constitucional de liberdade de locomoção.

Dentre os muitos exemplos de aberração, apenas um dos citados



pelo documento: “O indivíduo da faixa compreendida entre os 16 e 18 anos que se dedica ao assalto, ao estupro ou ao homicídio não arca com a repressão penal, “ex vi” do art. 23 da lei com um. Todavia, se participar de passeata onde se faça propaganda havida como subversiva, responderá com um a três anos de reclusão (art. 42 do projeto).

Mais rigor que antes

O documento do CBA-RJ afirma que o projeto de reforma da lei de 1969 é mais rigoroso que a Lei de

Segurança de 1967. Evitando exemplos e casos particulares, o documento faz uma denúncia violenta da própria doutrina de Segurança Nacional, cujo espírito “não admite poderem as idéias progressistas nascer de nossa própria realidade”. Para o CBA-RJ os objetivos nacionais permanentes da doutrina da Segurança Nacional “soberania nacional; integridade territorial; regime democrático e representativo; paz social; prosperidade nacional; Harmonia internacional” - artº 2º da LSN - foram todos desmoralizados pelos próprios detentores do poder: “Como se falar de soberania nacional quando as empresas multinacionais interferem diretamente na tomada de decisões que dizem respeito ao nosso desenvolvimento?

Como se falar em integridade territorial quando existem verdadeiros impérios - como o de Ludwig, no Amapá - dentro de nosso território, gerido por estrangeiros? Como se falar em regime representativo e democrático quando a federação e a representatividade do Presidente da República foram suprimidos? Como se falar em paz social quando a maioria de nosso povo revolta-se contra as condições de miséria em que é mantido secularmente, agravado este quadro nos últimos anos? A que prosperidade se refere, à das grandes empresas que enriquecem a altas taxas ou à da maioria de nosso povo, marginalizado da distribuição de renda? Qual a harmonia internacional, se a própria doutrina de segurança parte do princípio de que o mundo marcha para uma

guerra entre blocos - o oriente e o ocidente - e se alinha de antemão a um deles?”

Os três documentos são unânimes na denúncia ao restabelecimento da censura prevista na Lei de Segurança Nacional, que autoriza o Ministério da Justiça a retirar de circulação qualquer jornal, revista, livro, filme etc. por ele considerado de caráter subversivo. Todos também denunciam o chamado crime de “favorecimento de utilização dos meios de comunicação (por exemplo, um diretor de jornal que permite a publicação de um artigo que desagrada as autoridades), que pode dar de dois a doze anos de reclusão.

Os documentos condenam igualmente a definição da greve em serviços administrados pelo Estado como crime punível com dois a doze anos de reclusão e de oito a trinta anos se, em atitude de rebeldia, alguém sofrer lesão grave ou vier a falecer.

A fundamentação diante dos documentos de Londrina, Rio de Janeiro e São Paulo contribui para iluminar ainda mais a natureza e as distorções do projeto de reforma da Lei de Segurança Nacional. A síntese desses documentos, no Congresso pela Anistia, representa um aprofundamento das posições de cada um deles e um esclarecimento do que seja a luta pela anistia, que saiu ainda mais vinculada com as lutas democráticas gerais do povo brasileiro. O cavalo de tróia ficou de fora. Tentará entrar na marra, é verdade, mas os guardiões da cidade estarão atentos.

(A. R. Espinosa)



PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO

Na defesa dos princípios aqui expostos, nós nos comprometemos, neste momento, a encaminhar nossa luta pela conquista dos seguintes objetivos, que constituem nosso programa mínimo de Ação:

1. FIM RADICAL E ABSOLUTO DAS TORTURAS. Denunciar as torturas e contra elas protestar, por todos os meios possíveis. Denunciar à execução pública os torturadores e lutar pela responsabilização judicial dos agentes de repressão e do sistema a que eles servem, fazendo que essa luta seja assumida não apenas individualmente mas, coletivamente, pelos movimentos de Anistia e pelas entidades profissionais a que se acham vinculadas as vítimas.

2. LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS É VOLTA DOS CASSADOS; APOSENTADOS BANIDOS, EXILADOS E PERSEGUIDORES POLÍTICOS. Levantar a identidade, localização e a situação de todos os presos, cassados, banidos, aposentados, exilados e perseguidos políticos. Lutar pela sua libertação, pela sua volta ao País e pela retomada de sua existência civil, profissional e política.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DOS DESAPARECIDOS E DOS MORTOS. Apoiar a luta dos familiares dos cidadãos que se encontram desaparecidos por motivação política. Lutar pelo esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos.

4. FIM DO TRATAMENTO ARBITRÁRIO E DESUMANO CONTRA OS PRESOS POLÍTICOS. Investigar as condições a que estão submetidos todos os presos políticos. Denunciar as arbitrariedades que contra eles se cometem e manifestar, por todos os meios, e seu protesto o seu repúdio. E exigir a liberalização da legis-

lação carcerária. Lutar contra a incomunicabilidade dos presos políticos.

5. REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E FIM DA REPRESSÃO E DAS NORMAS PUNITIVAS CONTRA A ATIVIDADE POLÍTICA. Lutar, por meios jurídicos e políticos, contra todas as normas coercitivas e punitivas excepcionais ou não, que impeçam o livre exercício do direito de palavra, reunião, associação, manifestação e atuação política e partidária. Denunciar e contra elas manifestar seu protesto e seu repúdio todas as formas de repressão que visam a intimidar, ameaçar, coibir ou punir os que pretendem exercer aqueles direitos. Lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Lutar contra todas as manobras que visem esvaziar o sentido do “habeas corpus” e denunciar todas as tentativas de anulação ou obstrução desse direito e contra elas protestar por todos os meios.



6. APOIO AS LUTAS PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Apoiar os pronunciamentos, as manifestações, as campanhas e as lutas de outros setores sociais, organismos e entidades, que colimem os mesmos fins expostos nesta Carta. Apoiar as lutas dos familiares dos presos, cassados, aposentados, banidos, exilados, desaparecidos, mortos e perseguidos políticos pela sua imediata libertação ou volta, pela recuperação da memória de suas existências, pelo repúdio às torturas e ao tratamento carcerário arbitrário e desumano de que foram, são ou venham a ser vítimas. Apoiar as lutas dos sindicatos operários, dos sindicatos e das associações profissionais de assalariados e de trabalhadores em geral contra a exploração econômica e a dominação política a que estão submetidos, pela liberdade e pela autonomia sindicais, pelo direito à livre organização dos locais de trabalho, pelo direito de reunião, associação, manifestação e greve. Apoiar as lutas contra todas as formas de censura e cerceamento de imprensa, ao Teatro, ao Cinema, e à Música, às expressões artísticas, à produção e à divulgação da Cultura e da Ciência, em defesa da ampla liberdade de informar e de ser informado, de manifestar o pensamento as opiniões e as reivindicações, de adquirir e de utilizar o conhecimento. Apoiar as lutas dos estudantes por melhores condições de ensino, pelo direito de se manifestarem e pela liberdade de criarem e conduzirem as suas entidades representativas. Apoiar as lutas de todo o povo por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. Apoiar a atuação dos partidos e dos parlamentares que endossem essas mesmas lutas. E denunciar e repudiar todas as tentativas de impedir, distorcer, obstruir, descaracterizar e sufocar as lutas pela Anistia e dos setores, organismos e entidades que se identifiquem com os princípios e objetivos aqui proclamados.

Uma carta de Miguel Arraes

“A luta pela anistia é parte importante da luta de todo o povo por liberdades e pela construção de um regime democrático. Empunhando sua grande arma, que é a democracia, ele irá pôr em questão, organizadamente, todo o arcabouço, econômico e político que vem sendo instalado nos últimos 14 anos” afirma o ex-governador do Pernambuco, Miguel Arraes, hoje exilado na Argélia, nesta carta enviada ao Congresso Nacional da Anistia.

Argel, 30 de Outubro de 1978.
Ao I Congresso Nacional dos Comitês de Anistia

O fato de que possam se reunir as várias associações formadas através do Brasil para lutar por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita representa um marco importante na luta que trava o povo incessantemente pela conquista de liberdades. É num contexto mais amplo que a campanha se insere pois ela não visa apenas a libertação dos prisioneiros políticos e a volta dos exilados. Seria limitá-la, por um lado, quando as circunstâncias a limitam por outro: nem ela, nem ninguém pode restituir os mortos sob a tortura, nem os que tombaram ao protestar contra o arbítrio, nem os que são dados como desaparecidos e cujos corpos nem sequer puderam ser recuperados pelas famílias.

A luta pela Anistia é parte importante da luta de todo o povo por liberdades e pela construção de um regime democrático. Empunhando sua grande arma, que é a democracia, ele irá pôr em questão, organizadamente, todo o arcabouço econômico e político que vem sendo instalado nos últimos quatorze anos.

As necessidades mais elementares da população - comida, educação, transporte, saúde, habitação... - estão ligadas ao processo de dominação do país, cujas riquezas vêm sendo alienadas e cujo descomunal endividamento obriga o povo brasileiro a apertar cada vez



Arraes e Brizola

mais o cinto para que sejam pagos os ônus deles decorrentes e os lucros exorbitantes que exportam os grupos multinacionais.

Por isso mesmo, a política de arrocho salarial tem sido mantida de forma inexorável, reduzindo o poder de compra dos operários e dos assalariados em geral. No campo, a proteção concedida às grandes empresas agrícolas e a conservação de antigas formas de exploração, agravadas pela marginalização a que foram relegadas as atividades tradicionais, fizeram surgir milhões de bóias frias e encheram as periferias dos centros urbanos de uma população que vive desempregada ou semi-empregada.

Os beneficiários dessa situação não desejam Anistia. Pretendem limitá-la, “relativizá-la” a democracia. Essa resistência a medidas que atingiram presos políticos e exilados - poucos em relação aos 110 milhões de brasileiros - não vem do temor a ação que porventura pudessem desenvolver.

Tais receiam que com a conquista das liberdades, sejam postos em causa os seus objetivos fundamentais que só podem ser atingidos através da continuidade da política de internacionalização sem freios da economia, indispensável aos interesses das multinacionais e dos seus associados no Brasil. Todo avanço no sentido da conquista de liberdades é por eles visto como ameaça a dominação neocolonial moderna que se abateu sobre o país, a

qual pretende manter coerência em todos os planos - ideológico, econômico, político e militar - de modo a formar um bloco rígido e inabalável.

Esse monolitismo só quando face ao avanço do movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ligada à ação de diferentes setores, vem reatando na defesa de suas reivindicações, como os operários e estudantes. Esses diferentes iniciativas, nascidas das bases, acabam convergindo para os insubornáveis objetivos gerais do movimento popular: a conquista da nossa independência econômica e a solução dos nossos graves problemas sociais.

Saudamos o I Congresso dos Movimentos de Anistia como um passo importante para a unificação das forças democráticas e populares. Não pois geográfica e socialmente diferente como o nosso, devemos pôr de lado as divergências secundárias que nos possam dividir, sejam partidárias, religiosas, ideológicas e outras, para lutarmos unificadamente pela democratização e pela independência econômica do nosso país, sem o que não há solução dos problemas sociais que cada vez mais afetam o nosso povo.

Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, Pela Democracia, Pela Independência Nacional. Por amplas liberdades para o povo. Pela unidade do movimento popular e democrático.

“A melhor escola para a dialética é o exílio e é por isso que os dialéticos mais penetrantes são os exilados; porque são as mudanças que os forçam ao exílio e eles não se interessam por outra coisa que não seja mudança” (Brecht)

EXÍLIO: LUZ, CÂMERA, AÇÃO!

O cinema feito por Luiz Alberto Sanz e por outros tantos latino - americanos exilados na Europa.

O exílio é um castigo implacável, duro, insensível. Bem ao contrário do que deixa entender o cineasta Glauber Rocha, um dos nossos ilustres ex-auto-exilados. Porque, de um modo geral, o exílio político não é voluntário, não é mudança de ares ou simples viagem de recreação. O exílio, na verdade, não deixa alternativas, enquanto o voluntarismo pode ser resultado de qualquer descontentamento e permite, entre tantas opções, substituir o país, ou melhor, imigrar pura e simplesmente. A referência a Glauber não é fortuita. Antes, ela é absolutamente intencional, pois não existe nada melhor do que esta nossa figura folclórica para exemplificar um certo tipo de cinema que se faz no exílio. O baiano falou e disse, foi e acabou voltando com uma “bagagem” de pelo menos três filmes, todos inéditos no Brasil (“O Leão de Sete Cabeças”, “Cabeças Cortadas” e “História do Brasil”) e todos comprometidos com uma mauta elitista, frequentada por irredutíveis defensores das coisas barrocas, herméticas, confusionalistas e outras tantas qualificações adequadas a esse tipo de cinema, um cinema que necessita de críticos (mediadores) e não de público. (O indecifrável “Cabeças Cortadas” acaba de ser liberado pela censura brasileira. Um filme tão velho quanto sua exata qualificação: psicodélico).

Aventura

Essa coragem fora de casa, essa coragem de aventureiro pode ser chamada de “exercícios de autoexílio”. Além de permanecerem inéditos, esses “exercícios” não levaram a nada, não chegaram a nada. Porque não passam de ficções (manipulações) ou, no caso de “História do Brasil”, de documentos transfigurados em nome do talento e poesia, conceitos da arte e do artista que, nos tempos atuais, ganham prioridade secundária. Seguramente, há outros casos típicos, as vezes bastante próximos, porém são acanhados diante da violenta representatividade megalomaniaca de Glauber Rocha. Esses tempos de Glauber já passaram. Assim como as vítimas do macartismo já se perderam no tempo e no espaço. Hoje a coisa é diferente. Hoje tem pornochanchada, tem Embrafilme e tem cabides. E quem está no degrado certamente não está depenurado em nenhum desses cabides e faz da resistência o seu dever primordial, sem deixar-se levar por critérios intelectualistas de acordo com estereótipos ocidentais. O cinema que se faz no exílio hoje tem outras peculiaridades e já não manifesta publicamente pretensiosos

debates de consciência crítica, fazendo do exílio um problema do tipo pessoal.

Lição de dialética

Pelo menos entre os cineastas latino-americanos, há dois princípios básicos: 1) um cinema militante, documental ou ficcional, mas de objetivos cristalinamente declarados (os chilenos Orlando Lubbert e Patricio Guzman; o boliviano Jorge Sanjinós, o argentino Fernando Solanas, o colombiano Carlos Alvarez); 2) um cinema do exílio que procura retratar os problemas que afligem os próprios interessados, os exilados (o brasileiro Luiz Alberto Sanz, os chilenos Jorge Fajardo, Marilú Mallet, Rodrigo Gonsales, Raul Ruiz), mas sem mergulhar nas “profundezas da criação”, nas reconstituições das causas perdidas, na necrofilia e no arrependimento.

Seguindo esses princípios, Raul Ruiz encontrou no exilado Brecht a inspiração necessária para filmar “Diálogos de Exilados” na França, uma observação sobre alguns refugiados chilenos que viviam em Paris no início de 1974. E, na abertura do filme, a epígrafe de Brecht é substancial: “A melhor escola para a dialética é o exílio e é por isso que os dialéticos mais penetrantes são os exilados; porque são as mudanças que os forçam ao exílio e eles não se interessam por outra coisa que não seja mudança”. Pode parecer uma caricatura, mas em nenhum instante Ruiz revela qualquer desprezo pelos seus personagens que, de fato, demonstram sua desordem moral, sua confusão intelectual. E a parcela de anarquismo que transparece é justificável diante do espantoso êxodo provocado pelo golpe.

Testemunho real

Mas o melhor exemplo de filmes de exilados está na linha seguida por “Il n’y a pas d’oubli” (Não há esquecimento), ficção em três episódios que evoluem para o documental, dirigidos pelos chilenos Rodrigo Gonzales, Marilú Mallet e Jorge Fajardo, respectivamente.



Dora e Reinaldo numa cena de “Quando Chegar o Momento”.

Trata-se de uma realização canadense (de Quebec), produzida pelo Office National du Film, que relata a situação de três exilados chilenos em Montreal. No primeiro episódio, os últimos instantes de vida de um professor que não aceita a idéia de sair do polo sul para morrer no polo norte; no segundo, a integração de uma moça através do idioma, do trabalho e do namorado canadense; e, no terceiro episódio, a impossível adaptação de um intelectual, longe da mulher e dos filhos, trabalhando como operário numa metalúrgica.

Diante da triste situação destes exilados, os realizadores (que, afinal, também são exilados) não tratam os personagens com o clássico pieguismo. Ao contrário, procuram, em todos os momentos, trocar a paternalismo pela resistência e o protecionismo pela sobrevivência, para que a expressão de um confusionalismo ideológico não deturpe o processo histórico e não utilize esquemas reacionários. (“Il n’y a pas d’oubli” recebeu “menção honrosa” no Festival de Locarno em 1976).

Este parece ser o comportamento mais correto desses cineastas e os seus filmes adquirem um testemunho real do país distante, já que o exílio representa um desmembramento dessa matéria prima e os exilados as suas pequenas particularidades. E se há alguma contradição entre a ficção e o documentário ela é ultrapassada por uma integração mais profunda dos dois “gêneros”, um nutrindo o outro e autenticando o seu engajamento social. Não há, portanto, a contradição entre o realismo do cotidiano e a alegoria histórica porque, eliminado esse “antagonismo”, prevalece a coexistência de todos os meios de linguagem.

Maria Auxiliadora

Também o exilado brasileiro Luiz Alberto Sanz faz questão de “coexistir” com esses meios ao realizar para a televisão sueca “Quando Chegar o Momento”, que teve “estreia mundial” (a expressão é do autor) em Havana, durante o I Festival Internacional do Ci-



Cena final de “A Passagem”, filme da Alemanha Oriental dirigido pelo chileno Orlando Lubbert.

nema Jovem. O filme tenta reconstruir a passagem heroica e a trágica morte de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, mineira de Antonio Dias e estudante de medicina em Belo Horizonte. Expulsa do Brasil em 1970, mediante troca com o embaixador suíço, Dora - como era chamada carinhosamente pelos seus companheiros - depois de sofrer uma série de torturas, aqui e no Chile (então sua segunda pátria) -, é aceita em Berlim Ocidental para viver o seu “novo exílio político”, ali iniciando, porém, um terrível processo de depressão que acabou levando-a a desequilíbrios emocionais e, em maio de 1976, ao suicídio nos trilhos do metrô.

Fornos Quentes

Com título extraído de uma letra de Chico Buarque, “Quando o Momento Chegar” tem como base o livro “Os Fornos Quentes”, de Reinaldo Guarani Simões, companheiro de Dora. O filme é dividido em dois planos diversos, mas que, ao prestigiar a pesquisa pessoal e transparência do documento, encontram a mais perfeita junção. A primeira parte é reconstruída através de fotos, cartas, anotações e filmes documentários, nos quais aparecem trechos de duas entrevistas concedidas por Dora no Chile (uma ao próprio Luizão e outra ao conhecido cineasta norte-americano Haskell Wexler). Outros trechos ajudam a descrever o desenvolvimento do Brasil desde o nascimento de Dora (1945) até hoje. A segunda parte é o cotidiano, o hoje em dia no qual são feitas algumas viagens pela Europa, onde o diretor e o escritor percorrem Paris, Colonia, Béchum e Berlim para encontrar os companheiros com os quais ao lado de Dora, repartiram as agruras do exílio.

Ao lado da vida

Face a cruel situação destes desterrados, os seus filmes não escolhem nenhuma saída para o silêncio púdico nem para a compaixão protetora. É o caso de “Quando Chegar o Momento”, filme que se coloca ao lado da vida porque procura demonstrar as causas e consequente morte de quem não devia morrer. Parece pouco, mas isso é cinema de concepção política e que, de uma ou de outra maneira, ajuda a recuperar memória da gente.

Assim como “A Passagem”, que o chileno Orlando Lubbert dirigiu na Alemanha Oriental (exibido na II Mostra Internacional de Cinema de S. Paulo), propõe uma série de situações e de retratos gritantes para recuperar o riso, ainda que seja um riso um tanto quanto amarelo, infinitamente distante do cinismo delirante de um Globér Roxá... (Renato Petri).



Em Berlim Ocidental, Lara Safstrom (com a mão no rosto), Reinaldo e Luizão (de costas) ouvem o depoimento do colombiano “Sabanero”.

Para Dora: “Quando chegar o momento”

Luiz Alberto Sanz (Luizão), carioca há 35 anos, oito deles no exílio, jornalista de formação cinematográfica. Trabalhou na cinemateca do MAM do Rio e aprendeu a fazer cinema com Arne Sucksdorf, Dib Lufti, Arnaldo Jabbor, Fernando Coni Campos e outros mais. Começou a dirigir filmes no Chile, um cinema para o qual não estava preparado: o cinema documentário. Seu depoimento a EM TEMPO:

– Antes achava muito difícil fazer documentários; hoje acho exatamente o contrário. Era a única coisa que podia fazer no Chile. Tinha a experiência jornalística e o cinema documental resolveu o problema. Depois de realizar dois curtas metragens para o Instituto de Reforma Agrária, consegui emprego na universidade e até o golpe, em setembro de 1973, realizei mais seis filmes.

– Na Suécia, dois anos praticamente inativos. Em 1976, reencontrei Reinaldo Guarani Simões em Estocolmo. Juntamente com outro companheiro sueco, o cineasta Lars Safstrom, começamos a trabalhar um projeto em cima de um texto de Reinaldo sobre a morte de Maria Auxiliadora Lara Barcelos. A televisão sueca se interessou e arcou com todas as despesas de “Quando Chegar o Momento”. Até o fim deste ano a tevê põe o filme no ar.

– O filme não é só sobre Dora. É sobre a gente, os exilados, os banidos. Melhor: é sobre uma geração, ou parte dela. Por que Dora? Conheci essa criatura excepcional em 1970, quando fomos expulsos do nosso país. Sempre achei ela uma das mais fortes: corajosa, decidida, despachada. Durante todo o tempo em que convivemos no Chile, jamais vi essa moça deprimida. Aliás, isso se confirmou durante a pesquisa que fizemos para o filme. Então por que uma pessoa dessas se mata? E

isso que o filme procura responder: até mesmo as pessoas mais fortes, quando perdem a esperança, quando não conseguem ver mais o mundo imediatamente à sua volta, se quebra, se dilacera, sem que isso signifique a derrota, ou que ela desistiu de lutar.

– A morte não significou que Dora abandonou o campo de luta, nem que deixou de acreditar nela. Apenas não aguentou mais. Depois de encontrar uma segunda pátria no Chile, onde trabalhava como médica para um povo que também era seu, de repente se viu perdida, desamparada, sem mais lugar no mundo, isto é, enclausurada, devido a um documento vencido que não a permitia sair de Berlim Ocidental. Essa questão só foi solucionada com a sua trágica morte.

– Quero mostrar esse pedaço da vida de Dora para o maior número de pessoas possível. Já tenho distribuição paralela garantida na Suécia e em Paris. Essa é a minha concepção de cinema, sempre ligada a minha concepção política. E um cinema que de alguma forma ajuda na luta contra o fascismo. Isso não quer dizer que esta é uma tarefa somente do filme militante. “Quando Chegar o Momento” é um filme que se coloca ao lado da vida e não sei se ele serve mais ou menos do que o filme militante, ou aquele que faz uma profunda análise da sociedade brasileira. Pouco importa, porque, no fundo, estamos juntos. O que nos divide é o a favor e os contra: de um lado está Glauber Rocha e seus sequazes, de outro está a grande maioria dos cineastas brasileiros, que vai de Wladimir Carvalho a Lauro Escorel. Apesar de tudo, espero muito em breve estar realizando o meu último filme por aqui, aquele que vai dar fecho ao exílio.

– Ai, pode até ser uma ficção...

NEGROS DÃO A VOLTA POR CIMA

“Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos”. Quem afirma é o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que acaba de realizar a sua terceira assembléia nacional em Salvador.

Apesar das barreiras impostas, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCR) conseguiu realizar no último dia 4 em Salvador, no pátio do Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA) a sua terceira assembléia nacional, quando foi aprovado um manifesto pelo Dia Nacional da Consciência Negra e a ampliação dos seus pontos do programa mínimo.

As dificuldades para a realização da assembléia, que reuniu representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, começaram já um dia antes do encontro. De fato, na véspera, os organizadores foram informados pelo presidente da Associação dos Funcionários Públicos, deputado Archimedes Pedreira Franco (MDB), que no auditório, antes cedido, não poderia ser mais realizada a reunião, uma vez que o Conselho da entidade decidiu que o MNUCR estava “ferindo a Lei Afonso Arinos”.

O Teatro Vila Velha também não pode ser utilizado pois, mesmo com a autorização de sua diretoria, teve suas portas fechadas e a funcionária encarregada de guardar as chaves explicava,

nervosa, que a Polícia Federal, através de um telefonema, havia proibido o encontro. E mesmo no ICBA os integrantes do MNUCR não estiveram livres de provocações por parte de pessoas não identificadas, que usaram inclusive da agressão física a um dos participantes da assembléia. Disposta a não aceitar provocações, a assembléia avaliou que a preocupação da repressão em relação ao encontro já apontava “uma vitória do movimento”.

Passo adiante

A terceira assembléia do MNUCR deu mais um passo, na abordagem da questão política do negro brasileiro. Embora houvesse quem considerasse que o momento era o da busca de uma organização maior do movimento, inclusive com o aprofundamento das questões específicas do negro, a preocupação dominante era a de não deixar com que o movimento se tornasse isolado, com conotações racistas contra o branco.

E para isto a inclusão de palavras de ordem mais gerais no programa mínimo, abrangendo os problemas políticos das camadas oprimidas brasileiras (independente da cor) foi muito importante.

Os pontos programáticos definidos nas assembléias anteriores, voltados particularmente para a problemática do negro, foram ampliados. E se incluiu, por proposta de São Paulo, a luta por melhores salários, por aumento salarial de três em três meses acima do aumento do custo de vida, eleições livres para todos os cargos eletivos, direito de greve, melhores condições de trabalho, contrato coletivo de trabalho, por liberdade sindical, por liberdade de organização e expressão anistia ampla, geral e irrestrita, assembléia constituinte livre, democrática e soberana e por liberdade de organização

para todos os partidos políticos. Por proposta do Rio de Janeiro foram acrescentadas, ainda, as palavras de ordem, contra a tortura e censura e pelo saneamento básico nos bairros populares.

Assim, a assembléia do MNUCR identificou o problema do negro como semelhante aos problemas dos trabalhadores e das camadas populares no Brasil.

O voto negro

O posicionamento do MNUCR em relação às eleições também leva em conta este entendimento, quando afirma que “estamos conscientes tanto da especificidade da nossa luta como da sua identificação com as demais lutas dos setores populares do país”. E considerando ainda que estão numa fase embrionária de organização, o que impede de lançar um candidato próprio, o movimento decidiu apoiar os candidatos democratas, “que incluem em seus programas questões de interesse do povo brasileiro, como melhores condições de vida e trabalho, liberdade de organização e manifestação, liberdade sindical, contra a carestia, anexando a estas bandeiras de luta geral a especificidade da problemática do negro”.

Carta a Zumbi

Na assembléia foi tirado um manifesto nacional a Zumbi, pelo 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que afirma:

– Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra dos Palmares, que existiu no estado de Alagoas de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje nova-

mente após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro a nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra!

– Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

– Hoje estamos reunidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira apontando para uma nova ordem onde haja a participação real e justa do negro, uma vez que somos os mais oprimidos dos oprimidos, não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos.

– Por isso negamos o 13 de maio de 1888, Dia da Abolição da escravidão, como um dia de libertação. Por que? porque ela foi uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação em que até hoje se encontra o negro: jogado nas favelas, cortiços, alagados, invadidos, empurrados para a marginalização, a prostituição, a mendicância os presídios, o desemprego, o subemprego, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da violência e pressão policial.

– Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o racismo, contra toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade negra, visando sua real emancipação política, econômica, social e cultural.

– Desde o dia 18 de junho somos o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, um movimento que se propõe ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos centros de luta, formados onde quer o negro se faça presente.

– É preciso que o MNUCR se torne forte, ativo e combatente; mas, para isso é necessário a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

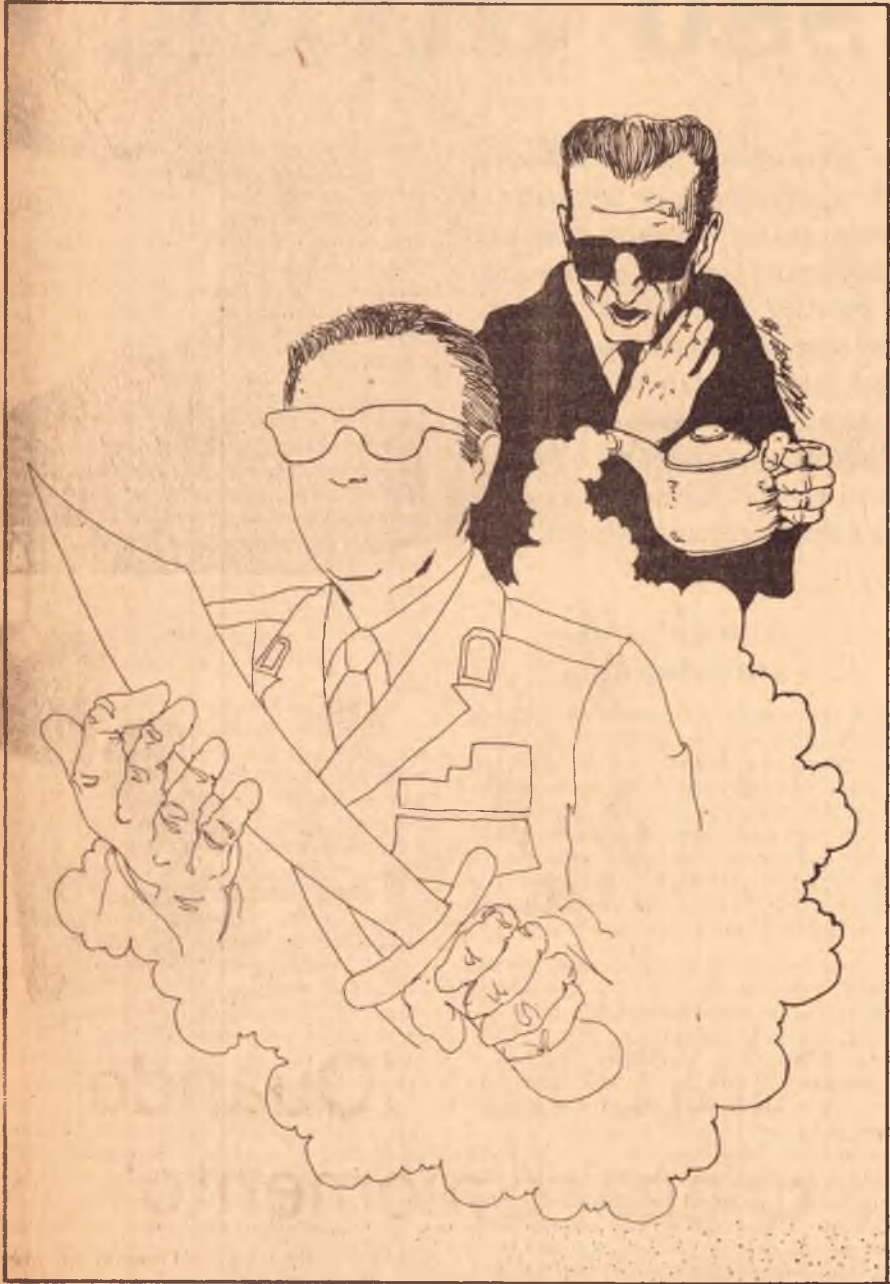
O manifesto lança como palavras de ordem, “Pelo Dia da Consciência Negra”, “Pela Ampliação do MNUCR”, “Por uma verdadeira democracia racial” e “pela libertação do povo negro”.

(Linalva Maria)



IRÃ

Estão puxando o tapete do xá



O império do xá Reza Pahlevi está tremendo nas bases. A salvação imediata foi a entrega do governo à tutela militar, por meio do general Gholan Reza Azhari, que iniciou no último dia 7 seu governo "temporário". Os Estados Unidos, certamente achando pouco as reiteradas manifestações de apoio ao xá, anunciaram o envio ao Irã de "especialistas no combate a motins e rebeliões populares". A famigerada Savak, polícia política do regime, montada pela CIA, já não está mais dando conta do recado. E as greves dos trabalhadores do petróleo continuam...

Mil mortos desde janeiro. Embaixadas incendiadas. Bancos e casas comerciais depredados. Milhares de manifestantes gritando "morte ao xá". E a paralisação da maior fonte de riqueza do país e razão de ser, pela sua posição geográfica, da importância estratégica que lhe dá o imperialismo, o petróleo e as vias de abastecimento do mundo ocidental e cristão. Nas últimas semanas, o Irã viveu um prenúncio de situação revolucionária, da qual não saiu, mesmo sendo o império do xá Reza Pahlevi entregue à tutela das Forças Armadas.

O lema do nosso governo "transitário" não poderia deixar o velho conhecido combate à "subversão e à corrupção". A primeira medida do governo do general Gholan Reza Azhari foi a de ordenar a prisão de "antigos colaboradores do regime", todos corruptos. Uma maneira, sem dúvida, de tentar dar a entender que os atuais governantes seriam, pelo menos, menos corruptos. E a repressão à "subversão", num momento em que a polícia política do regime — a tristemente famosa *Savak*, criada e treinada pela CIA — perdeu o controle das manifestações populares, passa diretamente às mãos dos militares, com o apoio explícito dos Estados Unidos, que já anunciaram o envio ao Irã de uma equipe de especialistas no combate a motins e rebeliões populares".

Nos primeiros dias dos militares no poder, os soldados ocuparam Teerã e as grandes cidades do interior, numa tentativa de conter a rebelião contra o regime. Mais mortes. Entre elas, a de vários estudantes, que ocuparam a universidade da capital para protestar contra a saída militar da crise. Mesmo com toda a repressão, no último dia 7, foi incendiado o prédio onde funciona a Companhia Nacional de Gás. Dos 13 andares do edifício não sobrou quase nada, tendo sido destruídos os equipamentos da empresa e muitos computadores importados.

Situação limite

A possibilidade de queda do xá é suficiente para assustar profundamente os Estados Unidos. Mas a situação imediata, com a paralisação dos trabalhos da extração de petróleo — a produção iraniana caiu de 6 milhões de barris diários para 4 milhões — é bastante para perturbar os porta-vozes do imperialismo, todos às voltas com a crise econômica internacional. O secretário da Energia dos Estados Unidos, James Schlesinger, numa rápida escala no Japão de volta de sua visita à China, afirmou na última quarta-feira que "se continuar a redução na produção do petróleo do Irã, em virtude da situação política do país, poderá haver sérias consequências para toda a economia mundial, com o risco, inclusive, de nova crise nos preços do petróleo".

A British Petroleum e a Shell já adverti-

ram, procurando evitar futuras complicações legais, que, "por motivo de força maior", poderão não estar em condições de atender aos contratos já feitos com alguns clientes nos Estados Unidos, Europa, capitalista e Japão. O Irã é o segundo exportador mundial de petróleo, depois da Arábia Saudita, e o quarto produtor, com 276 milhões de toneladas em 1977.

As oposições

A oposição que mais aparece é, sem dúvida, a dos chitas, liderados por Khomeini, que viveu exilado no Iraque e se encontra atualmente em Paris. O chiismo é a mais importante confissão islâmica do país e tem tradição contestatária, baseando-se numa interpretação mais livre do Corão, que chega a ser considerada por muitos como "socializante". Falando em Paris, logo após a subida dos militares ao governo, Khomeini deixou claro que, "se a situação continuar, talvez seja indispensável que se recorra à luta armada para derrubar o regime". Em sua opinião, tanto faz que "o governo seja dirigido por um civil ou um militar, pois, no quadro atual, nada se altera com relação ao levante popular que ocorre neste momento no Irã".

Além da oposição de corte claramente religioso, existem as organizações de intelectuais, vários partidos, entre eles o Comunista, na clandestinidade em quase toda sua existência, e revela-se, agora, de modo surpreendente, a força dos operários iranianos, principalmente daqueles vinculados à exploração petrolífera e de gás.

Observando-se de longe, contudo, não fica suficientemente claro até onde estão organizadas as oposições, que programas aglutinam os diversos setores e mesmo as possibilidades de as frentes existentes já possuírem condições para canalizar a insatisfação e revolta populares em direção à derrubada do xá e implantação de um novo governo.

Tudo indica que o imperialismo continuará jogando todos os seus esforços no sentido de evitar a queda abrupta do império de Reza Pahlevi. Os riscos são grandes demais. A própria política de "defesa dos direitos humanos" de Jimmy Carter nunca conseguiu passar de vagos apelos com relação ao criminoso regime iraniano.

O xá comprometeu-se com os Estados Unidos a defender o Golfo Pérsico, por onde passa mais da metade do petróleo consumido no Ocidente. Para garantir tal defesa, os norte-americanos já investiram, nas últimas 20 anos, cerca de 18 bilhões de dólares em armamentos para o regime do xá. Claro que parte desses investimentos ligam-se à compra de petróleo, o que tem feito os capitalistas *yanques* lucrarem o dobro do que investem, em cada ano. Muito risco e muita mamata para serem perdidas.



PERU

Crise nos de cima e avanço popular

A mais séria crise interna do governo militar peruano, dirigida pelo general Francisco Morales Bermudez desde agosto de 1976, quando foi derrubado o presidente Juan Velasco Alvarado, ocorreu no início de setembro e está tendo desdobramentos até hoje.

O gabinete apresentou renúncia coletiva e deixou em liberdade o general-presidente para que nomeasse um novo. Entre os renunciantes, quatro não foram ratificados, o que significou uma momentânea vitória para Bermudez, na medida em que se desfez das figuras que, no gabinete, vinham tomando posições contrárias ao Plano de Recuperação Financeira, uma criação do ministro da Economia e Finanças, Javier Silva Ruete.

O ex-ministro da Indústria, Comércio, Turismo e Integração, Gabriel, Lanata Piaggio, dirigente de grandes empresas industriais e vinculado ao mundo financeiro do país, sustentara, particularmente, uma dura polêmica com o ministro da Economia. Juntamente com a reacionária Sociedade de Indústrias, Lanata defendia a desestatização da Indústria do Cimento e uma política mais liberal por parte do Estado. Os outros ministros que deixaram o gabinete — da Educação, Saúde e Fazenda, respectivamente membros do Exército, Força Aérea e Marinha — se retiraram não só por suas afinidades com Lanata como também devido à desastrosa intervenção que tiveram nas manifestações dos professores e funcionários do setor de saúde, que realizaram importantes greves em prol de reivindicações econômicas e democráticas.

Os golpes continuam

Poucos dias após a recomposição do gabinete, acrescido de quatro ministros militares em sua maioria vinculados a Bermudez, o governo baixou um pacote de aumentos de preços, com incidência direta na economia popular. Os aumentos atingem os preços das passagens nos transportes (cerca de 50%), gás doméstico (25%), querosene (14%) e petróleo (15%), o que evidencia que, em breve, também o preço da gasolina será majorado.

O pacote foi baixado tão logo deixara Lima uma delegação de alto nível, presidida pelo ministro da Economia, com destino à França, a fim de tentar renegociar o financiamento da dívida externa peruana que, como se sabe, já comprometeu mais da metade do valor das exportações do país. O pacote faz parte também dos acordos entre o regime peruano e o Fundo Monetário Internacional, que garantiram ao Peru as divisas necessárias para o cumprimento de seus compromissos internacionais vencidos neste ano.

No dia seguinte ao do pacote, Bermudez, numa entrevista à imprensa nacional e estrangeira, tentou impressionar a opinião pública com uma imagem de grande abertura e tolerância, visando, sem dúvida, as negociações de Paris.

Reações num quadro agitado

A resposta popular às elevações dos preços foi imediata. Os primeiros a se manifestar nas ruas foram os estudantes secundaristas, alunos dos colégios estatais da capital. Nos dias 18 e 19 do mês passado, ocorreram grandes passeatas nas ruas centrais. Dias depois, 23 e 24, o centro de Lima voltou a ser palco de duros enfrentamentos entre os secundaristas e a polícia do regime.

Enquanto isso, as organizações sindicais e os partidos políticos da esquerda peruana preparavam suas coordenações para dar uma resposta de envergadura ao pacote de aumentos de Bermudez. Mais uma vez, a greve nacional se apresentava como uma alternativa viável. Preparava-se um novo **paro nacional**.

A Assembléia Constituinte, dominada de modo prepotente pela aliança entre o APRA, o partido do octogenário Haya de la Torre (que estabeleceu um pacto com o regime militar), e o Partido Popular Cristão, dirigido pelo advogado e empresário Luis Bedoya Reyes, por sua vez, limitava-se a aprovar uma tímida moção de protesto contra o pacote de aumentos, assim mesmo devido à insistência da esquerda representada na Assembléia. Novamente, a maioria na Constituinte fazia vista grossa diante de um grave problema nacional, exatamente como já o fizera quando da greve dos mineiros e da ameaça de demissão que estiveram expostos milhares de funcionários públicos.



Manifestação dos professores em Lima

As primeiras manifestações de protesto lideradas pelos estudantes se deram num contexto de intensas mobilizações e avanços na organização de outros setores populares. Os camponeses, organizados na Confederação Camponesa do Peru, realizaram no fim de agosto o seu V Congresso Nacional, numa comunidade localizada a poucos quilômetros de Cuzco, a antiga capital do império Inca. Dias após o encerramento do Congresso, mais de mil camponeses ocuparam terras naquela região do país.

No dia 6 de setembro, Lima foi palco de uma vitória e de uma derrota das forças populares. Milhares de funcionários públicos, ameaçados de demissão, viviam o segundo dia de sua greve e realizavam passeatas pela centro da capital. Na mesma madrugada, mais de 5 mil trabalhadores mineiros, que chegaram a Lima depois de realizar uma marcha de mais de 100 quilômetros, acompanhados de mulheres e filhos, eram desalojados a força da Universidade em que se encontravam, sendo obrigados a retornar, de trem, aos seus acampamentos andinos.

Enquanto os mineiros eram obrigados a deixar a capital sem terem obtido sua reivindicação de que fossem readmitidos mais de 300 operários, os funcionários públicos avançavam em sua organização até construir, no dia 10 de outubro, a Confederação Intersectorial de Trabalhadores Estatais (CITE), que reúne quase a totalidade dos funcionários públicos peruanos. A CITE soma-se, assim, como um poderoso contingente, às fileiras do movimento popular. A própria Confederação dos Trabalhadores Estatais apresentou suas reivindicações no Palácio do Governo, no dia 24 último, exigindo, entre outros pontos, o direito de sindicalização para os empregados estatais, o reconhecimento legal da Confederação, e um aumento salarial de 15 mil soles (cerca de mil e 500 cruzeiros). A CITE deu um prazo ao governo até o último dia 8 para receber uma resposta.

Como pano de fundo dessas ações, as recentes medidas econômicas do governo e a iminência de novos aumentos, que desencadearia uma onda de aumento do custo de vida, constituem poderosos elementos de mobilização, que, sem dúvida, encontram contundentes respostas por parte das organizações representativas do povo, organizações que sentem e acompanham, com merdiana clareza, a incapacidade do regime militar de responder à profunda situação de crise que prejudica de modo especial aos trabalhadores em geral.

07. de novembro de 1978
Manuel Manrique C.

Nota: Manrique é jornalista e sociólogo peruano, ex-membro do corpo editorial da revista *Marka*, correspondente do EM TEMPO em Lima, e se encontra atualmente em visita ao Brasil.



V Congresso da Confederação dos Camponeses do Peru Foto: Luis Garcia C.



ÁFRICA

Pelo fim de Ian Smith



Smith, racismo e violência

O mais feroz ataque do governo racista da Rodésia desde 1972, quando as guerrilhas nacionalistas começaram a lutar contra o governo de Ian Smith, foi realizado em 20 de outubro. Os atacantes anunciaram a cifra de 1700 guerrilheiros mortos, enquanto o dirigente guerrilheiro Joshua Komo informou que as baixas foram de 120 pessoas, inclusive civis inocentes. Seja qual for a cifra, o certo é que os ataques obedecem a um plano deliberado de Smith, dentro da política que as principais potências vêm desenvolvendo em relação ao racismo na região do sul da África.

Com efeito, a posição de Smith nas condições atuais é desesperada. Acossado pela opinião pública internacional, especialmente dos países da Europa e dos Estados Unidos, que teme com razão que se inicie um conflito de grande envergadura e de consequências imprevisíveis, Smith realizou uma viagem aos EUA em busca de um precário apoio que lhe permita manter-se no poder. Apesar de que em primeira instância o visto de entrada lhe tenha sido negado, conseguiu entrar no país pelo beneplácito dos senadores republicanos que o convidaram contra a vontade dos diplomatas e observadores, especialmente das Nações Unidas, que acusaram o Departamento de Estado de violar as sanções impostas contra a Rodésia por este organismo. Não obstante, os ataques recentes contra os guerrilheiros da Frente Patriótica, permitem deduzir que Smith preferiu o caminho da resposta militar em grande escala ao de fazer novas concessões aos movimentos nacionalistas.

Desmoralização

Mas não existe apenas a questão da pressão internacional. No interior de seu próprio país, os 230 mil habitantes brancos estão cada vez mais desmoralizados diante da perspectiva de desmoronamento do regime, cercados por uma população negra de quase 7 milhões. A emigração branca para a Europa e a África do Sul é contínua e a hostilidade da população que apoia decididamente as forças da Frente Patriótica é tão patente que apenas um enorme aparelho re-



A confiança dos guerrilheiros

pressivo tem permitido conter, em certos limites, a luta contra a opressão racista. Em março desse ano, Smith concordou em formar um governo de coalizão com três líderes nacionalistas negros para melhorar a imagem e recentemente determinou a não discriminação em escolas, hospitais e outras instituições públicas. Não obstante, para todo mundo é claro que se trata de uma comédia na qual, os três líderes negros, Abel Muzorewa, Ndabaningi Sithole e Jeremiah Chirau, desempenharam o papel de títeres fazendo o jogo de Smith. O mesmo não ocorreu com Mugabe e Komo, os dirigentes da Frente Patriótica, que desde o princípio rechaçaram os acordos de Salisbury.

O serviço civil, a polícia, o aparelho judicial e as forças militares estão manejados pelos brancos, estas últimas sob o controle de um conselho de guerra de cinco membros sob ordens diretas de Smith, que ademais conserva o direito de veto em todas as decisões que o Conselho Executivo, do qual os três negros participam, possa adotar. A perspectiva para 31 de dezembro, quando supõe-se que o controle majoritário deva passar para as mãos dos negros, é que estes continuem despojados da maior parte dos privilégios da minoria branca. Isto sem mencionar o controle da terra, as minas, fábricas e demais fontes de trabalho, intocáveis segundo uma garantia contra a desprivatização da propriedade, quando não for sob "adequada compensação e rápido pagamento". A metade da terra está reservada para ocupação de colonos brancos, seis mil das quais controlam a maior parte dela. Os trabalhadores negros que vivem fechados em guetos, ganham uma média anual de 517 dólares rodésianos contra 5583 dos colonos brancos.

Assassinios

Por outro lado, os massacres não são novidade na Rodésia. Na noite de 14 de maio deste ano, as tropas rodésianas desbarataram uma concentração política, matando cerca de 100 africanos. Nos cinco primeiros meses do acordo de 3 de março, 1787 negros foram assassinados, sem contar os 1000 mortos anteriores ao acordo. Centenas estão refugiados nos países limítrofes como Moçambique, onde se calculam 70 mil refugiados, 40% dos quais chegaram neste ano.

O equilíbrio

É claro que para o imperialismo, a Rodésia ocupa uma posição estratégica no sul da África. Se cair este bastião racista, o regime da África do Sul se encontraria completamente cercado pelos países chamados da Linha de Frente (Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, Botswana e Angola), o que romperia perigosamente o equilíbrio na região. E por isso que o imperialismo faz todo o possível para que se chegue a uma solução pacífica, intermediária, que está muito longe de realizar-se. O último comunicado da Inglaterra dá ciência de que ajudará a Zâmbia com mísseis e outros tipos de arma para que esta se defenda dos ataques da Rodésia, só para impedir que se cumpra as ameaças do presidente desse país, Keneth Kaunda, de pedir ajuda a Cuba para defender-se dos ataques dos mercenários de Ian Smith.

Este não é o único ponto explosivo no cone sul africano. Namíbia, país situado a oeste da África do Sul, e ocupado ilegalmente por tropas sul-africanas, deve tornar-se independente da tutela de Pretória. Um acordo do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a realização de eleições para abril do próximo ano, supervisionadas por esse organismo. Apesar disso, a África do Sul impôs a realização de eleições antes do fim do ano, numa flagrante violação da decisão da ONU, com o objetivo de manter o controle do país e impedir uma eventual vitória do SWAPO, grupo guerrilheiro que vem lutando pela libertação desse território há vários anos.

Com o objetivo de impedir que se dê um conflito de maiores proporções, os primeiros

ministros da Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá e Alemanha se reuniram na Namíbia para chegar a um acordo com Pieter Botha, novo primeiro ministro da África do Sul. Ao que parece, não se conseguiu nenhum acordo e a possibilidade de um conflito permanece latente. Se se desencadear na Rodésia ou na Namíbia uma rebelião generalizada, ocorreria, sem dúvida, uma situação de consequências imprevisíveis para os enclaves racistas no cone sul-africano. (Da revista colombiana *Alternativa*, editada por Gabriel Garcia Marquez)

FUNARI



Dep. Est. São Paulo
MDB - Nº 1538
ANTÔNIO FUNARI

● ex-presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE-SP
● ex-coordenador da Campanha de Alfabetização de Adultos (método Paulo Freire) em Ribeirão Preto

A greve metalúrgica

Em Guarulhos, sindicato desativa o movimento.

Em Osasco, governo força passo atrás.



Paralisação na Mannesmann.



A metalúrgica da Olivetti, contra a proposta patronal.



Assembleia dos três mil.



Edmilson, o presidente.

(Fotos de J. E. Raduan)

Dos 30 mil grevistas de Guarulhos, 1326 apenas decidiram o fim do movimento, consumando uma manobra da diretoria do sindicato, que à semelhança de Joaquim dos Santos Andrade, impôs à categoria o escrutínio secreto das cartas ma cadas do baralho patronal. A história que ainda não foi contada, é o relato a seguir.

No fundamental, a manobra da diretoria do Sindicato Metalúrgico de Guarulhos para abrir mão da reivindicação de 73% de aumento salarial, aceitar a contra-proposta patronal (de 58% e anulação das conquistas das greves do meio do ano) e desativar a greve, não diferiu muito do caso de São Paulo. Mas ao contrário da capital, a ausência de um setor de oposição mais articulado facilitou ao presidente Edmilson Neri a imposição sem traumas do escrutínio secreto, que terminou por decretar o fim das paralisações.

Na noite de terça-feira, o segundo dia da greve, a assembleia estava marcada para as 19 h, mas só começou uma hora depois, pois todos esperavam a chegada dos representantes sindicais das últimas negociações na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp.

A massa de três mil pessoas se compunha no interior e na entrada do auditório da entidade. Havia disparidade na expectativa: os membros do sindicato e seus adeptos avaliavam que tudo foi muito bom e o movimento já conquistara grandes saltos até aquele momento; já a grande massa de metalúrgicos aguardava ansiosamente o cumprimento das reivindicações para só então discutir a volta ao trabalho. Essas expectativas vieram a se chocar no desenrolar da assembleia.

"Esta é uma hora em que temos de pensar muito e de cabeça fria", introduz o tesoureiro do sindicato Vicente Gonçalves Filho, ao apresentar a proposta em negociação. "Saímos da negociação - prossegue ele - com um sine-qua-no e nossa posição tem que ser política acima de tudo. Está preparada uma intervenção nos Sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Podem haver prisões, suspensões e demissões de muitos de vocês". Enfim, mostra a proposta - nem o espectro da repressão acenado com insistência e muito menos o resultado da negociação agradou os presentes. Muito burburinho. Do lado da assembleia, uma disposição de prosseguir na luta, ainda que dispersa, mas claramente manifestada com palmas e vaias a cada passo. Do lado dos representantes do sindicato, a correria e os conchavos para decidir como fazer sair dali sua proposta - de apoiar os 58% de aumento para quem ganha até três salários mínimos, e desconto das conquistas das greves de junho.

O golpe do microfone

Sucedem-se os pronunciamentos no microfone. O ponto alto se dá quando uma metalúrgica da Olivetti subiu na mesa e defendeu: "o problema do índice é menor. Isto podemos negociar. Mas o saldo das comissões de fábricas temos que ter. Isto sim será a consolidação de nossa organização para garan-

tirmos o cumprimento das reivindicações e a continuidade da luta".

Neste momento, o microfone foi desligado. Ela tenta continuar sem ele e volta o som: "Não concordo em adiar a decisão conforme querem os membros do sindicato, devemos tomá-la agora aqui".

Edmilson afirma que sem querer a própria metalúrgica havia desligado o microfone - "aqui todos podem falar". Em seguida, Arnaldo Rodrigues Paixão, ex-diretor do sindicato, toma a palavra: "dizer que temos que continuar é fácil, mas quem falou não conseguiu parar sua fábrica". A metalúrgica da Olivetti sobe imediatamente a seu lado na mesa, cruzando os braços. Paixão assusta-se e tenta prosseguir, mas por mais de três minutos é vaiado - por fim desiste, pois a assembleia não deixa falar uma das figuras de maior peso na diretoria da entidade.

Outro metalúrgico, nitidamente nervoso, aponta ao seu lado a pessoa que desligara o microfone: "eu vi, enquanto a companheira falava, este aqui desligou o microfone". A massa vaia intensamente. Continua: "cada um sabe o que pensa e faz. O sindicato determinou a deflagração da greve. Falou e está escrito lá na porta, eles mesmo escreveram - com a greve até o final. Eu estou decepcionado, porque aqueles que preparam os 70%, falam agora em 58%. Estamos com a vitória final nas mãos!". O plenário responde em coro: "não!".

O orador tenta prosseguir mas novamente o microfone aparece desligado. Ele vira o "off" para o plenário, para que todos comprovassem que não fora ele quem desligou. Volta o som: "hoje devemos decidir se vamos prosseguir ou não com o interesse da categoria. Com greve até o final!". Os trabalhadores aplaudem demoradamente.

Imposição

Com muita dificuldade, o presidente Edmilson anuncia a necessidade de decidir logo. De seu lado, um insistente buchicho-votar só amanhã, de manhã, com escrutínio secreto. Ele retoma o fôlego e anuncia a questão já fechada. O plenário reage contra. Confusão no ambiente. Continuam os discursos.

"O sindicato é nossa casa - argumenta outro membro da diretoria do sindicato - se o governo intervir, quem lutará por vocês? É preferível que os companheiros tenham um sindicato de portas abertas, do que um sindicato com interventor. Nós saímos de uma eleição onde os companheiros puderam notar que desde este dia as portas do sindicato estão abertas para todos, para as comissões de fábrica, para todos os companheiros que querem se organizar no sindicato".

Aproximadamente 22 h, o plená-

rio esvaziado de pelo menos 40% pela exaustão (havia muitos que ali estavam desde 14h), Edmilson retoma a palavra e sem consulta ao plenário declara: "amanhã de sete às doze horas, votação por escrutínio para decidir se a greve continua ou não. Só vota sindicalizado. Obrigado e boa noite". Desligam o microfone e sai.

No dia seguinte, quarta-feira, os resultados das urnas não foram outros. A categoria tem mais de 13 mil sindicalizados. Só no primeiro dia mais de 30 mil metalúrgicos entraram em greve. Mas o número de votantes foi de 1587. Desses, 1326 decidiram pela proposta patronal de 58% e anulação das conquistas anteriores; 241 pela proposta de continuidade da greve; 18 nulos e 2 brancos. De acordo com um dos mesários, metalúrgico da Olivetti, "quem veio votar mesmo é quem ganha bem. Este gasta muito e participa mais. Quem ganha pouco só quer saber de confusão, na hora H falta". Estava sacramentada a desmobilização da greve em Guarulhos.

Avaliação

A seguir, dois depoimentos de operários avaliando os resultados. Foram colhidos logo após a divulgação dos resultados da escrutínio secreto. Ambos tiveram participação de destaque nas assembleias:

Metalúrgica da Olivetti - "Acho que foi uma manobra tudo isto. Pra assembleia eles (os membros do sindicato) já vieram preparados pra negociar os 58%. Por exemplo, o local da mesa na assembleia foi cercado e lá só entrava pessoal deles. Organizaram pessoas pela assembleia pra vaiar, gritar, aplaudir. Além disto usaram da manobra do Joaquim de desligar o microfone. A gente que tá aqui há 4 anos não esperava outra coisa. Na votação da assembleia a velha tática: primeiro falam os oradores deles, dizendo que devemos manter o sindicato aberto.

Hoje pra esta votação os portões estão fechados. Eles querem é manter seus empregos. Agora, o resultado desta votação por escrutínio secreto e pra sindicalizado era já esperado: as urnas eram vigiadas por eles. Não tá certo. O sindicato é representante de todo mundo. A vitória deles é que conseguiram se organizar pra pixar, tachar, manter a situação. A nossa vitória, a vitória dos metalúrgicos é que a categoria viu que se o sindicato parecia mais aberto, não é verdade. Quer dizer, viram que eles querem amaciar desde que mantenha as posições deles. Ficou claro que de nosso lado ele não é".

Metalúrgico da Mannesmann - "Ontem na assembleia a turma do sindicato já veio pronta. Se votasse aqui, iam confirmar, a greve ia continuar. A cédula vocês viram, ao invés de 58% ou 70%, tiveram medo, obrigando o pessoal a escolher aumento ou greve. O pessoal que precisa, tem medo. Acho que o resultado geral foi negativo porque geralmente quem ganha é quem tem mais força. Quem tá lá em baixo não conseguiu subir. Não lutaram porque não se planejou, dando apoio e incentivo. Foi na hora e ficaram indecisos. Isto mostra que democracia na palavra é uma e na verdade é outra coisa diferente".

Segundo Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, "é preferível dar um passo para trás, e depois, no momento certo, darmos dois ou mais passos para frente". Ele se refere à decisão tomada pela diretoria da entidade, ao receber ameaças e advertências do governo, pelo fato dos metalúrgicos dessa cidade continuarem firmes na greve, mesmo depois de realizado o acordo no Tribunal Regional do Trabalho, entre os sindicatos de São Paulo e Guarulhos e os patrões, o famoso "acordo da traição" como está sendo chamado. Assim, a greve em Osasco terminou na última segunda-feira, dia 6.

Das três cidades onde os metalúrgicos estiveram em greve, Osasco apresentou um desdobramento singular. Lá, não causou maiores controvérsias a exigência do Tribunal Regional do Trabalho de que fosse realizado um escrutínio secreto (votação) em urna, de acordo com a legislação trabalhista) para deliberar sobre a aceitação da contra proposta patronal ou da continuidade da greve.

Um acordo preliminar estabelecido entre a diretoria do Sindicato, presidida por Henos Amorina, e a Comissão de Salário, da qual fez parte Zé Pedro da Silva, um dos líderes da oposição Sindical, assegurou uma votação honesta na manhã de quarta-feira dia 1º. Dos 20 mil grevistas, 2.694 compareceram para votar, associados ou não. 2630 optaram pela continuidade das paralizações, apenas 35 votaram a favor do acordo patronal, e houve 6 cédulas nulas e 3 em branco.

Como havia previsto Zé Pedro, na noite anterior, pouco depois da assembleia que ratificou o acordo, "aqui não tem zo zo zo", disse ele numa rápida entrevista a este semanário.

Na noite de quarta-feira, às 19 h, começou uma assembleia com cerca de mil metalúrgicos, com caráter mais informativo. Henos Amorina rejeitou o acordo feito por São Paulo e Guarulhos e homologado naquela tarde pelo Tribunal Regional do Trabalho, embora tivesse sido estendido também por este órgão a Osasco, mesmo com a ausência do Sindicato da região. Zé Pedro denunciou os pelegos de São Paulo e Guarulhos e enfatizou a perspectiva de que a unidade do movimento operário deve ser feita pela base. Decisão unânime da assembleia: a greve continua.

Na noite de sexta-feira, apesar da intensa chuva, dois mil trabalhadores voltaram a se encontrar em assembleia e mais uma vez decidiram manter a greve. Osasco prosseguiu assim praticamente sozinha na decisão de manter o movimento, já que os sindicatos de São Paulo e Guarulhos manobram para desativar a greve.

Ameaças & advertências

E realmente, na manhã de segunda-feira, dia 6, a greve persistiu em Osasco, na volta dos feriados e do fim de semana. Mas, o governo agiu ameaçadoramente para desarticular as paralisações, lançando advertências ao sindicato, acenando com a aplicação da Lei de Segrencia Nacional e até mesmo de prisões. Isso foi feito através da Delegacia Regional do Trabalho.

Num clima de muita tensão, gerado pelas pressões da DRT, a assembleia decisiva, na noite de segunda-feira, começou com 45 minutos de atraso. Dentro do plenário, 1500 metalúrgicos se aglomeraram; fora 2 mil. A diretoria da entidade ainda está ausente, a mesa é formada pelo segundo escalão, mais o caldeireiro Zé Pedro. A mesa solicita que apenas permaneçam no interior do sindicato aqueles trabalhadores que portarem carteirinhas ou substitutivo fornecido pela secretaria da entidade. A imprensa também é chamada a retirar-se.

Lá fora, em meio ao entusiasmo, abrem-se várias faixas que pregam "todos unidos contra o governo, contra o patrão", defendem os 74% de aumento, exigem "estabilidade para as comissões de fábrica", propõem o "comando geral da greve", e até mesmo "abaixo a ditadura". A mesa informa que os diretores do sindicato não estão presentes porque foram intimados a comparecer à DRT, acusados de infringir a lei anti-greve (4330/64). "A situação está preta", é a frase mais repetida.

Finalmente, chega Henos Amorina, e a comitiva, que mostra-se surpreso com o impedimento ao trabalho da imprensa no interior do sindicato. A permissão da volta dos jornalistas é aplaudida.

Henos inicia o relato do depoimento prestado na DRT, onde os representantes do governo deixaram claro que a votação por escrutínio secreto, na manhã da quarta-feira anterior, era ilegal, pois participaram também os não asso-

ciados, o que contrariava a lei 4330. Disse também que havia sido instaurado um processo administrativo contra a direção do sindicato: "isso significa que através do TRT será considerada ilegal a atitude tomada pelos metalúrgicos e poderá haver enquadramento na Lei de Segurança Nacional". Lá fora a massa reage com vaias às ameaças da DRT.

No fio da navalha

Amorina sustenta que o movimento de paralisações é justo, mas que por estar fora da lei, a partir de segunda-feira os trabalhadores começariam a ser despedidos por justa causa. Para ele resta promover outra eleição, apenas com os associados do sindicato. "As empresas sob a orientação da Fiesp se recusam a retomar as negociações. Estamos em cima do fio da navalha", declara para o plenário.

Dramaticamente, o presidente do Sindicato Metalúrgico de Osasco chama atenção para a importância da entidade em si mesma, independente da sua diretoria: "o sindicato é mais importante que a diretoria, a diretoria passa e o sindicato permanece. Companheiros não tenham dó da diretoria, mas a categoria deve zelar por sua casa". E mais: "se o movimento continuar seremos completamente enquadrados nesta lei anti-greve".

Com a ameaça de intervenção no Sindicato, pela DRT, às 21 h15, a assembleia é suspensa e forma-se uma comprida fila dos associados para votar novamente se a greve continua ou não. Às 22h55 encerra-se a votação. No interior do prédio, umas 300 pessoas aguardam o resultado, fora umas 400. Consta-se então que o número total de votantes foi de 519, o que não perfaz o total necessário nem para um segundo escrutínio, de acordo com a legislação, que é de 1780.

A diretoria retira-se para reunião. Após quase uma hora, Henos dirige-se aos que ainda aguardam o resultado, cerca de cem pessoas: "os inspetores da DRT exigiram quorum e nós não conseguimos. Estamos dando os primeiros passos para abertura sindical. Falamos com o pessoal de vanguarda e achamos melhor dar um passo atrás. O prazo é até amanhã ao meio dia. O furo não foi nosso, mas do Joaquim e outros. Não vamos conseguir os 1780 votos com o pessoal trabalhando e até amanhã de manhã. Não há possibilidade de botar a votação na fábrica. Então é melhor dar um passo atrás. Essa diretoria nunca negou a deliberação de uma assembleia - é a primeira vez. Amanhã iremos à delegacia tratar dos problemas para que os companheiros percam o mínimo possível. É claro que estou colocando aqui que devemos voltar a trabalhar".

Pouco depois fala Zé Pedro: "a luta continua, hoje estamos dando um passo atrás, mas amanhã avançaremos".

Em São Paulo, começam as demissões.

Em São Paulo, a volta dos feriados e do fim de semana contrariou as expectativas de que a greve metalúrgica ainda se manteria pelo menos nas grandes empresas, mesmo depois de firmado o "acordo da traição", em que o super-pego Joaquim dos Santos Andrade vendeu a reivindicação de 70% de aumento salarial e o direito de greve por um ano, Caterpillar, Villares e Guttman foram as três fábricas que permaneceram paradas reivindicando sobretudo a permanência das conquistas das greves de maio e junho e o pagamento dos dias paralisados.

As pressões e intimidações patronais, generalizadas pelas fábricas, e o policiamento ostensivo em muitas delas, através da circulação de viaturas, ajudaram Joaquim a desmobilizar o movimento. E começaram as demissões, cujo número ainda é difícil de avaliar, mas que se situa na casa das centenas. Em Osasco, o Sindicato divulgou que houve 112 demissões. No momento esta é uma das preocupações principais da Oposição Sindical: organizar a defesa dos demitidos; para isso

já procurou apoio da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo.

Em muitas firmas, há revolta contra o sindicato. Informa-se, por exemplo, que na Beretta, 60 sindicalizados rasgaram a carteira da entidade. Em algumas fábricas, participantes da Oposição Sindical que foram distribuir boletim na manhã de segunda-feira sentiram a pressão dos operários, que os identificaram com a diretoria do sindicato, pelo fato de terem distribuído boletins com o timbre da entidade, dias antes, convocando a greve.

Segundo dados recebidos do Dieese, entre os 300 mil metalúrgicos paulistas, foi a seguinte a distribuição do aumento salarial: 222 mil receberam 58%, pois estão na faixa entre 1 e 3 salários mínimos regionais; 57 mil terão 54%, pois se situam entre 3 e 6 mínimos; 12 mil contarão com 50%; isto é, aqueles entre 6 e 10 mínimos; e finalmente, 9 mil, que são os que ganham acima de 10 salários mínimos, receberão apenas o índice oficial de 43%.

De acordo com estes dados, 30 mil metalúrgicos paulistas terão os 43% oficiais e mais os aumentos reais consequentes às greves de junho, isto é, entre 10% e 15%, independente das faixas em que se situam, a nível da empresa.

A avaliação do movimento grevista já começou a ser feita pelos metalúrgicos. A Oposição Sindical por exemplo pretende desenvolver um estudo sobre isso. Há uma concordância unânime quanto à traição do super-pego Joaquim. Ao avaliar seu próprio desempenho, a Oposição tende a constatar falhas de organização. Por outro lado, há os que buscam em episódios específicos como a definição do escrutínio secreto, todas as mazelas da campanha salarial. Entretanto, é importante notar que a estrutura sindical, da qual Joaquim é usuário e vezeiro, foi o entrave maior para o desenvolvimento da greve. Apenas aprofundando por este caminho de discussão, se poderá chegar a uma análise dos impasses do movimento, para daí extrair lições que possam ser úteis para o futuro imediato do movimento operário.



“Derrotar a ditadura e Chagas Freitas”

No Rio, é fundamental separar os opositoristas autênticos do chaguismo, mesmo que isso implique represálias na formação do futuro governo estadual.

Os candidatos populares entendem que, nas próximas eleições, a ênfase principal deve ser colocada na participação popular, assegurando intervenção de todos os setores na formulação do projeto político brasileiro. A característica principal da ditadura que se instalou no país é a negação dessa participação popular em todos os níveis. Isso foi demonstrado pela escolha de quem sucede a quem se encontra na Presidência sem consulta a ninguém. A substituição no poder se dará sob a inspiração do AI-5 e do Pacote de Abril, desprezando-se a vontade de 110 milhões de brasileiros.

Enquanto pratica o afastamento do povo, o governo fala em reformas e abertura, mas sem encaminhar o fundamental: a volta ao Estado de Direito, a que está ligada a participação popular, sobretudo dos trabalhadores. Isso não está na ordem do dia das reformas.

Ora, para se avaliar o estado em que se encontra uma sociedade, é preciso saber, antes de tudo, como estão sendo tratados os espoliados e oprimidos. E como são tratados os trabalhadores nesse país?

A situação é de desespero. As massas trabalhadoras têm de fazer ginástica para sobreviver com salários de fome, enquanto se assiste à impune manipulação dos preços pelo capital financeiro, com juros de até 106% ao ano nos crediários, e o custo de vida disparando, com o kg da carne sendo vendido a 90 cruzeiros, os alugueis tornando a moradia impossível e os financiamentos do BNH comprometidos pela correção monetária.

A ditadura submete os trabalhadores a todo tipo de cerceamento, negando-lhes autonomia sindical e di-

reito de greve, tentando esmagar as lideranças emergentes, através do fortalecimento dos pelegos e da intimidação das categorias mais combativas.

Revolta popular

Assistimos, porém, a uma generalizada revolta popular. Os trabalhadores estão inquietos e começam a exigir melhores salários, através das greves, independente das leis de exceção. 1978 foi marcado pelo ascenso das massas: mais de 500 mil trabalhadores conseguiram aumentos antecipados, por meio de sua grande arma — A GREVE! 14 anos depois do golpe militar, os empresários são forçados a negociar diretamente e já começam a ceder.

Aos candidatos da oposição cabe registrar que o processo eleitoral já não é, como em 74, a única forma de manifestação popular. Houve avanços à medida que a ditadura foi questionada em suas leis repressivas, pelos trabalhadores que fizeram greves; pelos estudantes que exigem a reorganização da UNE; pela classe média que não aceita mais sua espoliação — médicos e professores fizeram greves, tomando seus sindicatos e Conselhos Regionais, dando um sinal de avanço. As donas de casa e todo o povo se organizam no MOVIMENTO CONTRA O CUSTO DE VIDA, em associações de bairro, clubes de mães, enquanto um milhão e 500 mil brasileiros, sob a orientação consequente de uma Igreja nova, volta para a teologia de libertação, se organizam em ativas comunidades de base.

Não tem sentido, portanto, dar ao pleito eleitoral um caráter plebiscitário genérico. Não se pode chamar o povo a

simplesmente votar no MDB porque o povo já sabe que existe, no MDB ao lado dos mais combativos, aqueles que só querem aproveitar-se do descontentamento geral para fazer carreira política.

Homem da ditadura

O povo deste sofrido Estado do Rio sabe que o MDB fluminense foi tomado de assalto pelo sr. Chagas Freitas, homem da ditadura, graças à anulação de 30 mil fichas de novos membros. Ele submete o MDB a seus interesses, os interesses dos exploradores e das forças mais reacionárias do Estado. Esse foi o apoio que ele teve para ser governador de proveta, com os votos de quase toda a Arena e de quase todo o MDB. Nos seus órgãos de imprensa de sangue, de mentira e empulhação popular, Chagas Freitas falsifica estatísticas para minimizar a surra eleitoral que vai levar na eleição majoritária para o Senado. Não vai poder cumprir a promessa que fez a Figueiredo, de eleger Sandra Cavalcanti, além de dar grande votação a Célio Borja. São poucos os opositoristas combativos que se recusaram a endossar o nome de quem sempre se identificou com a repressão e a violência, as cassações dos opositoristas e a prisão dos que lutavam para livrar o país do regime de opressão.

Mas por ter avançado muito nesses últimos anos, é o povo inteiro que não aceita nenhum tipo de composição, sob qualquer pretexto, com o chaguismo, que é o equivalente da ditadura no Estado do Rio. Se hoje alguns candidatos chagistas repetem frases de encomenda, tentando criar uma falsa imagem de partidários das melhores condições de vida para o povo, da democracia e da liberdade, o povo sabe que, uma vez no poder, eles traem, colocando-se à disposição do grupo palaciano. Sabe, também que o chaguismo é hoje a base política do futuro partido que será

comandado por Golbery e pelo Palácio do Planalto.

Risco de represálias

E sabe que, apesar do chaguismo, há um combativo setor da oposição tentando utilizar o processo eleitoral para discutir as questões principais, não apenas pelo encaminhamento de programas autênticos, mas pela simultânea organização do povo para depois de 15 de novembro. E sabe que é para esse grupo reduzido e autêntico que seu voto deve ser canalizado. É fundamental separar os opositoristas autênticos do chaguismo, mesmo que isso implique represálias na formação do futuro governo chagista. Porque a sofringuidade de impor uma derrota eleitoral ao governo às custas de uma aliança com o chaguismo (que também é ditadura) implicará a diminuição do dinamismo das comunidades de base, das organizações de bairro, das oposições sindicais e dos próprios comitês eleitorais formados, não apenas para 15 de novembro. Tais organizações é que são, na realidade, preocupação prioritária de todos os grupos que lutam pela libertação do país e pela efetiva participação do povo.

No momento em que são retomadas as posições opositoristas mais legítimas não há razão para composições que, no fundo, representam retrocesso. Marchar ao lado dos delegados da ditadura no Estado do Rio só serviria para iludir, mistificar e trair os interesses populares.

Somente muita ingenuidade ou muita má fé poderão explicar as alegações de que a vitória do chaguismo não será manipulada pela ditadura. As composições e arranjos feitos até agora, que levaram o partido da oposição a cair na armadilha do senador biônico e ao sacrifício de alguns companheiros, como a combativa Rosalice Fernandes, presa e, agora, cassada de fato, pelas manobras do próprio presidente da As-

ssembléia, o chagista Claudio Moacyr, a negação da legenda a valorosos companheiros e concessão da mesma a policiais torturadores e corruptos, demonstram que o preço de certas alianças é muito alto e pode ser até o da traição ao povo.

A história dos nossos dias é a história do povo unido contra a ditadura e o chaguismo. As urnas, com os candidatos populares!

(a) assinado:

Candidatos a deputado federal:
deputado J. G. de Araújo Jorge
deputado Edson Khair
deputado Francisco Amaral
deputado Flores da Cunha
Paulo Faria
Candidatos a deputado estadual:
José Eudes
Raimundo de Oliveira
mais: vereador Antônio Carlos de Carvalho e deputada Rosalice Fernandes



Contagem

Muita intimidação, pressões e até mesmo pancada sobre os operários foram os métodos utilizados pelos empresários e pela polícia para acabar mais depressa com as paralisações do trabalho em Minas.

“Hoje você não vai receber, não! Filho da puta, nenhum recebe aqui se eu não quiser” — berrava o chefe da seção de prensas da Fiat. “Você só quer saber de ficar aqui provocando greve. Então vai embora vagabundo!” — e mandava os palavrões de costume.

Jadir Bueno dos Santos, 24 anos e operário da oficina 61 há mais de dois anos não é de ir se conformando assim sem mais nem menos, só por causa de uns gritos de um capataz qualquer dos patrões: “Eu trabalhei igual todo mundo e só saio daqui com meu dinheiro”. Foi o suficiente para começar a agressão. O chefe e mais dois vigilantes agarraram Jadir pelo pescoço e pelos braços, aplicando golpes de imobilização, tomaram todos os seus documentos e o arrastaram até à rua. Os braços de Jadir ficaram cobertos de marcas. “Jogaram ele na rua como se fosse um leitão”, comentava depois um seu colega, revoltado. “O DOPS foi embora, mas a vigilância da Fiat é até pior, mais violenta. Só hoje quatro colegas da montagem de motores e dois das prensas já foram despedidos e atirados fora da fábrica pela vigilância”, completava.

Era terça-feira, dia 31, e a fábrica já estava quase toda trabalhando, sob intensa pressão dos vigilantes. Só as prensas e o setor de pintura resistiam.

“As vezes recomçavam o trabalho, mas logo voltavam a parar. Na Krupp, o trabalho já era praticamente normal e

na FMB apenas a ferramentaria conseguia se manter firme, não tendo mais movido uma peça desde a deflagração da greve.

Como começaram os furos da greve

Na sexta-feira anterior, dia 27, os trabalhadores pareciam mais uma vez ter rejeitado as propostas dos patrões, de no máximo 12% de aumento além do índice oficial. No plebiscito realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, 4682 votaram não, enquanto apenas 512 disseram sim ao acordo. Mas no mesmo dia a Justiça do Trabalho tomava uma decisão inédita: declarou a greve ilegal, mas na sentença arbitrou um índice acima do oficial, assumindo a proposta patronal. Enquanto isso a FMB promovia reunião do pessoal com os gerentes, “para um diálogo”, transmitindo a impressão de que a empresa ia ceder. No fim da semana, a Rede Globo divulgou o fim do movimento, conseguindo desmobilizar bastante.

Na segunda-feira, dia 30, logo na entrada, as empresas distribuíram notas divulgando a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, mostrando uma tabela de reajustamento dos salários, com o índice de 43%, mais os percentuais além do índice e as antecipações prometidas para janeiro, abril e julho. Somava tudo, omitindo que uma parte já seria compensada das antecipações

anteriores, fazendo parecer que o aumento era até maior que o pedido. Mas era a mesma proposta anterior, apresentada de forma diferente, conseguindo confundir a maioria dos operários. Do Sindicato não partiu nenhuma nota de esclarecimento.

Na FMB o pessoal marcava os cartões é era encaminhado ao restaurante, onde um alto funcionário da Empresa, Italo Canivarra, dizia que de acordo com o TRT o pessoal tinha que trabalhar. Quem não quisesse, poderia pedir uma saída. Assim, muitos dos mais combativos que não trabalharam, ficaram fora da fábrica, e a pressão foi intensa sobre os mais vacilantes, geralmente o pessoal menos qualificado. Aos poucos o trabalho foi sendo retomado, às vezes com próprias chefias começando a produzir ou levando um operário pelo braço até a máquina.



As prensas na FIAT

Na FIAT os métodos eram sempre mais violentos, e a empresa contava com um importante aliado: a perspectiva da fome. Já estava chegando o dia do adiantamento e o pessoal estava despreparado, muitas famílias passando aperto financeiro. Quando saiu a nota da empresa divulgando a decisão da justiça, a empresa liberou o pagamento de 80 horas para cada um e ameaçava não pagar a quem não trabalhasse. Ao mesmo tempo faziam outros tipos de pressão: advogados da empresa, junto com os encarregados, passavam nas seções dizendo que a justiça já tinha decidido e quem não trabalhasse seria levado pelo carro de segurança, sem dizer para onde. Os chefes ligavam as máquinas, puxavam os trabalhadores pelo braço, tentavam convencer, ou ameaçavam. Conseguiram a produção de algumas peças, pas-

savam a pressionar a linha seguinte: “Ai já tem peça pra vocês trabalharem. Se os outros já estão produzindo, por que é que só vocês é que vão ficar aí parados?” Impediam as comunicações entre as seções e aplicavam as outras formas de pressão.

No final da manhã pegaram os operários que estavam resistindo mais, das seções mais importantes, e chamaram para uma conversa com a psicóloga no galpão 14. Mas lá não estava psicóloga nenhuma, estavam eram as chefias e a segurança. Propuseram o diálogo, falaram das vantagens do acordo e terminaram ameaçando: “se não voltarem ao trabalho haverá uma decisão pior, serão tomadas medidas de maior energia”. E efetivamente, depois disso, começaram as dispensas e os pescoções para botar os operários despedidos para fora da fábrica. E o trabalho foi sendo retomado.

Solidariedade

As notícias sobre as pressões econômicas para que os operários da FIAT voltassem ao trabalho provocaram imediata solidariedade dos mais diversos setores. Algumas Associações de Bairro e núcleos de metalúrgicos de Contagem iniciaram coletas para construir um fundo de sustentação da greve. Em Belo Horizonte, o DCE da UFMG, fez uma campanha de finanças nos restaurantes da faculdade e o CBA e o MPPA fizeram circular a notícia que estavam recebendo doativos, em dinheiro ou gêneros alimentícios: em apenas uma tarde mais de Cr\$20.000,00 e 200 kg de gêneros haviam chegado a casa de D. Helena Greco, presidente do Movimento Feminino pela Anistia em

Belo Horizonte. Segundo ela “este apoio aos grevistas é também uma forma de lutar pela Anistia A solidariedade aos operários não é apenas dos movimentos pela anistia em Minas, mas de todo o país. “ Núcleos de médicos, de professores e de outras profissões também se mobilizaram. Os fundos obtidos serão utilizados para apoio às famílias dos operários despedidos. A construção de um fundo permanente de solidariedade centralizado pelos movimentos de anistia, também deverá nascer a partir dessa greve.

“A greve voltará a se espalhar”

Nas assembleias feitas pelo sindicato na segunda e terça feira, já com as fábricas funcionando em grande parte, as propostas ainda vinham em um só sentido: retomar o movimento grevista, lutar pela readmissão dos desaparecidos, pelo pagamento das horas paradas e pelos 20% acima do início oficial. Apesar das assembleias estarem bastante esvaziadas — pouco mais de 200 pessoas, contra mais de 2500 na assembleia da semana anterior — pois o pessoal estava bastante intimidado, muitos operários faziam um balanço positivo do movimento: “Aumentamos bastante nossa organização pela base durante a greve. Aprendemos muito com ela. Durante uma semana houve uma resistência heróica. O Sindicato e a Federação falharam no momento decisivo, não esclareceu o pessoal, ficaram foi elogiando a decisão da justiça, mas a disposição geral é pela luta. Agora sabemos que muita coisa precisa ser organizada e estamos organizando, nas bases. A greve voltará a se espalhar”.

Manoel da Conceição escreve para apoiar candidatos populares

Impossibilitado de participar diretamente no processo político brasileiro, por encontrar-se exilado, Manoel da Conceição — líder camponês que foi preso três vezes e que perdeu uma perna por lutar ao lado de posseiros do Maranhão — divulga agora uma carta na qual manifesta o seu apoio em geral aos candidatos populares e indica alguns destes candidatos em diversos Estados.

“Senhor diretor:

Mesmo no exílio, e apesar de estar marginalizado da vida política nacional, acompanho com interesse o atual processo eleitoral. Tenho a convicção de que nas próximas eleições os trabalhadores e demais camadas populares vão impor uma derrota ao regime, por estarem cansadas da exploração e opressão que nestes 14 anos se abateu sobre o povo brasileiro.

Sei que é importante votar no MDB para derrotar o regime. Mas não basta votar o MDB indistintamente. É necessário escolher no partido de oposição quais são os candidatos capazes de usar o seu mandato a serviço das causas populares, denunciando no parlamento a extrema miséria em que vive o nosso povo, as restrições às liberdades públicas e dando a sua ajuda para que as camadas populares se organizem e se conscientizem. É necessário distinguir tais candidatos daqueles que se utilizam da legenda do MDB apenas para se elegerem e depois traem o seu compromisso com o povo se compoem com o Governo.

O que conheço do passado e o conhecimento que tenho do desenvolvimento de diversas campanhas e das plataformas apresentadas pelos candidatos,

cheguei a conclusão que entre os candidatos populares que hoje procuram dar a sua contribuição através da sua participação eleitoral alguns nomes merecem o meu apoio pessoal.

São eles: Freitas Diniz — candidato a deputado federal pelo Estado do Maranhão; Jarbas Vasconcelos — candidato a senador por Pernambuco; Francisco Pinto — candidato a deputado federal e Adelfo Oliveira — candidato a deputado estadual, ambos da Bahia; José Eudes — candidato a deputado estadual pelo Rio de Janeiro; Ailton Soares — candidato a deputado federal e Geraldo Siqueira Filho, candidato a deputado estadual, ambos de São Paulo; Edgard Amorim — candidato a deputado federal por Minas Gerais; Cássio Gonçalves — candidato a deputado estadual por Minas Gerais.

Estes são candidatos autênticos e populares. Tenho a certeza que no parlamento, e fora dele, manterão seu compromisso com a causa do nosso povo, contribuindo para o avanço que os trabalhadores e demais camadas travam para pôr um fim no regime militar. É por isto que recomendo que neles se vote.”

Manoel da Conceição — Paris

“Peleia”: uma análise do movimento estudantil em Porto Alegre.

“Peleia”, tendência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, comenta e retifica o artigo “Estudantes gaúchos realizam eleições”, publicado no EM TEMPO nº 33.

“Ao Jornal EM TEMPO”

Para nós de Peleia (tendência estudantil da UFRGS e integrante da Tendência Socialista do MDB), a matéria de EM TEMPO sobre as eleições para Diretórios Acadêmicos aqui na Universidade deixa muito a desejar tanto no que se refere aos dados apresentados como no que toca à análise do impasse que vive o Movimento Estudantil (ME).

Dizer que o número de votos estabilizou ou diminuiu é ficar restrito à observação dos DAs de cursos com maior tradição de lutas, diga-se, DAs que contribuíram para dar uma nova qualidade ao movimento estudantil em 77 e que agora passam por uma certa crise de direção em via de ser solucionada. Se olharmos para os DAs onde a direita gravaça e neste ano concorreram chapas congregando uma oposição democrática, não só estas chapas saíram vitoriosas, como o debate político dentro da escola e o número de votos nas urnas aumentou. É o caso da Odontologia, Veterinária e Enfermagem.

Outro ponto a avaliar é que a direita continua presente no DAECA (Economia, Administração e Contábeis), ameaçou na Engenharia, vai para o 2º ano na Agronomia, sem contar DAs menores como o da Educação Física e a recente conquista do da Biologia.

Concordamos que Liberdade e Luta saiu desgastada nessas eleições, perdendo o DABINCO (Jornalismo e Biblioteconomia) para uma chapa

onde participam quadros da Tendência Socialista do MDB. Avaliamos que o abandono das entidades e a “fé” em que de mobilização em mobilização o ME avançou levou Liberdade e Luta a estas derrotas.

Unidade, apesar de estar na diretoria do DCE, com sua prática burocrática e seu programa populista, não conseguiu ao menos lançar a chapa de situação no DAFA (Arquitetura) onde a chapa 2, hegemônica por Peleia, concorreu como única fazendo expressivo número de votos numa eleição com maior participação que no ano anterior.

Estes são alguns exemplos que trazemos. Mais que isto, reivindicamos que os novos caminhos que o texto aponta como sendo portas abertas pela Tendência Socialista, Peleia defende em seu programa e procura pautar a sua atuação em cima desta orientação. Sem dúvida, a constituição do Comitê da Tendência Socialista na UFRGS oferece um componente novo para o movimento estudantil, qual seja a existência de um referencial externo, que permite o avanço do movimento organicamente vinculado a outros setores da sociedade. Peleia entende que a sua intervenção passa por fortalecer a Tendência Socialista, defender o seu programa. O entendimento que a Universidade reproduz as contradições vividas em toda a sociedade e que se o centro tático de intervenção é hoje a Luta pela Democracia, cabe aos estudantes

no seu local específico de atuação colocar as suas lutas neste eixo. Democratizar a Universidade, fazer com que todos os projetos políticos encontrem expressão na escola, que se polarizem os blocos antagonísticos e se avance no sentido de transformar a crítica à Universi-

dade de contestação à sociedade burguesa, à ordem capitalista. Além disso, a procura de um projeto para a Universidade que interesse realmente aos trabalhadores e ao seu projeto histórico — o socialismo”.

Tendência Peleia - Porto Alegre.

Errata

Na página 3 do nosso suplemento **Em tempo de cultura** nº 1, publicado na semana passada, na entrevista do prof. Antonio Cândido, onde está

“Mas nossa meta é trazer de volta os colegas excluídos, restabelecer o equilíbrio intelectual e moral da universidade. Só assim nos sentiremos como sobreviventes da vergonha”

leia-se:

“Mas nossa meta é trazer de volta os colegas excluídos, restabelecer o equilíbrio intelectual e moral da universidade. Só assim **não** nos sentiremos como sobreviventes da vergonha”.



QUE EMANCIPAÇÃO QUE NADA

"A luta pela emancipação não será feita pelo governo nem pelo Ministro do Interior ou quem quer que seja. Essa emancipação, ela será feita por nós mesmos, nós índios. Da mesma forma que as classes oprimidas estão formando sua consciência, nós estamos empenhando em formar nossa consciência para exigir nossos direitos. A emancipação é uma arma mortífera que simplesmente nos tirará todo e qualquer arma para reclamarmos nossos direitos. Talvez não possamos mais fazer nossas assembleias porque se emancipação for aprovada nós também seremos taxados na banca daqueles que são chamados de subversivos".

As 2.500 pessoas que lotavam o auditório do TUCA no último dia 8 em São Paulo aplaudiram de pé as palavras de Daniel Pareci, representante de comunidades indígenas do norte de Mato Grosso. Foi o ponto culminante de uma noite de depoimentos e denúncias de antropólogos e missionários, pronunciamentos de membros de várias comunidades indígenas e comentários de diversas personalidade. A mesa dos trabalhos, presidida pela professora Carmen Junqueira, recebeu 120 nomes de apoio de entidades e 60 de pessoas de destaque nacional e internacional.

Em seu parecer sobre o projeto de emancipação do índio o jurista Dalmo Dalari, membro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo assinou o aspecto contraditório da ini-

ciativa governamental: enquanto a integração do índio deveria ser pré-requisito de sua emancipação, o projeto pretende emancipar para integrar. Mas naturalmente, a contradição não é gratuita. Uma vez que pela Constituição, a União, através da FUNAI, é responsável pela tutela dos índios ela é proprietária das terras por eles habitantes.

Como estas terras são inalienáveis, e os índios têm o direito a sua posse e usufruto, é fácil perceber que a emancipação liminaria um obstáculo aos interesses nacionais multinacionais: se o índio deixa legalmente de ser índio, a União se desobriga a assegurar-lhe a posse da terra.

Isto explica também porque a Funai, embora tendo um prazo até dezembro de 78 para demarcar as terras indígenas ainda não demarcou mais que um terço delas.

Arelada às diretrizes da política de desenvolvimento e segurança impostas pelos governo, a Funai, tutora legal dos índios, passa a atuar contra eles. Conforme lembrou Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, "com a emancipação, além de perder suas terras o índio estaria sujeito às leis penais e ao enquadramento na lei de segurança nacional."

Enfim: quem explica o empenho do governo em "emancipar os índios, quando nega a emancipação a 120 milhões de brancos e negros?"



EM TEMPO:



O extermínio oficial dos índios Nanbikwára

Depoimento do padre Antônio Iasi, do CIMI, lido no ato público de repúdio "ao sigiloso projeto de emancipação de comunidades indígenas", em São Paulo:

"Entendemos por Nanbikwára os diversos grupos indígenas que, ligados por parentesco ou afinidade linguística, se localizam a Noroeste de Mato Grosso, próximo ao território de Rondônia.

As duas dezenas de aldeias com um total de pouco mais de 600 indivíduos – a décima parte dos que existiam no início do século – encontram-se em duas áreas totalmente diferentes quanto às características ecológicas, legais e situação de contato com a população envolvente: uma é o cerrado semi-árido à margem direita da estrada Cuiabá-Porto Velho, BR 364, na altura do km 650, reserva indígena desde 1968, posteriormente diminuída por decreto e, sem intrusos dentro da área, salvo possivelmente num trecho junto à estrada, onde os limites não estão bem definidos (um pequeno ocupante no interior da área foi expulso desumanamente); outra é o fértil Vale do Rio Guaporé, confrontando com a anterior, com apenas uma pequena área interditada e uma dezena de estudos e projetos de antropólogos ou funcionários da Funai, numa tentativa sempre frustrada de delimitar uma ou mais áreas para os índios. A área está totalmente tomada por projetos agropecuários, a maior parte deles gozando de incentivos fiscais carreados da Sudam ou de outros órgãos, que só os liberam quando a Funai, mediante certidões negativas, atestar a não existência de índios na respectiva área. A população fixa ou flutuante dentro da terra dos índios atinge a vários milhares de pessoas em contato indiscriminado com os mesmos. As duas áreas em questão retratam também a ambivalente atitude da Funai: forte e prepotente com os fracos; débil e pusilânime com os poderosos grupos econômicos ou simples pessoas ligadas a esses grupos.

Vamos enfocar, de modo especial, a situação dos índios que se encontram no Vale do Guaporé. É uma situação grave! Talvez esta seja uma das últimas oportunidades que temos de denunciar esta situação. Dentro de pouco tempo, os índios já terão morrido.

Tal é a situação desses índios que o médico sueco Bo Akerrén, membro da Comissão da Cruz Vermelha Internacional, ao chegar ao Vale do Guaporé, disse: "A vida destes índios é uma vergonha não só para o Brasil, mas para a humanidade." (Diário de Brasília, 28/3/1973).

E para que isto não pareça uma calúnia levantada por estrangeiros, como se costuma dizer, é bom lembrar as palavras do superintendente da Sudeco, Nelson Jairo Faria: "A situação dos Nanbikwára só é comparável dosexilados da Biafra". (Correio Brasileiro, 10/9/1974)

Nanbikwára não existem!

O extermínio dos índios Nanbikwára vem de longa data, quando eram dizimados às dezenas por rajadas de metralhadoras, segundo denúncia feita pelo ex-funcionário da Funai, Ramis Bucair. (J. do Brasil, 28/4/1968). Mas, por incrível que pareça, foi a partir do aparecimento da Funai e sobretudo na gestão do Gen. Bandeira de Melo, que esse extermínio se tornou oficial, mediante o fornecimento de certidões negativas autorizando a implantação de projetos agropecuários na terra dos índios. Essas certidões negativas têm sido o aval do órgão de proteção ao índio para que os incentivos fiscais – dinheiro do povo – sejam aplicados contra a camada mais desprotegida do próprio povo, os índios.

Seria longo, enfadonho e nauseante repetir, aqui, a lista de pessoas físicas ou jurídicas que receberam certidões negativas da Funai. Isto já o fizemos no ano passado, ao depor na CPI do Índio e pode ser lido no Diário do Congresso Nacional de 17/6/1978, pág. 95. Mas nunca é demais lembrar que um dos contemplados por essas certidões foi o próprio filho do então Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, responsável indireto, quando não direto, por todos os desmandos da gestão Bandeira de Melo, de quem já foi dito que "criou a maneira mais rápida e eficaz de extinguir o índio brasileiro". A denúncia dessa facilidade de pai para filho já nos custou até uma humilhante passagem pela delegacia da Polícia Federal em Cuiabá.

Em novembro de 1973, durante o Simpósio Funai-Missões, tentamos levantar a problemática em que se encontravam os índios Nanbikwára, mas o então superintendente da Funai, auxiliar imediato do Gen. Bandeira de Melo e hoje presidente do órgão, Gen. Ismarth de Araújo Oliveira, numa das suas hábeis escamoteações da verdade, alegou não estar a par do que acontecia com esses índios, o que motivou a retirada de vários missionários do recinto

do simpósio, como protesto a essa fingida e vergonhosa "ignorância".

Um ano mais tarde, o Gen. Ismarth, já presidente da Funai, anuncia a interdição de uma área no Vale do Guaporé e dizia ser "a maior vitória de sua administração (O Estado de São Paulo, 7/9/1974). Foi uma vitória apenas aparente, uma vez que essa interdição não se manteve senão reduzida à décima parte e os intrusos permaneceram dentro da área dos índios.

Descuido intencional

No ano passado, quando visitados por jornalistas e deputados da CPI do Índio, os Nanbikwára se queixavam de nem sequer terem água para beber, pois estavam poluídas por estrume de boi.

Isto está acontecendo a poucos metros da sede da Agro-Pecuária Vale do Guaporé S/A, que possui até banheiro de acrílico e outras sofisticadas como avião somente para serviço interno. Esta fazenda de 100.000 ha. pertence a José Luiz Zilo, diretor secretário da Coopersucar, que até se dá ao luxo de aceitar (ou aplicar) apenas uma parte dos incentivos fiscais.

Tomo a liberdade de ler algumas linhas do meu depoimento na CPI do Índio.

"Hoje, os índios se encontram junto às fazendas, que se implantaram no Vale do Guaporé. O caso mais doloroso é o dos índios que vivem ou vegetam na total dependência da Fazenda Agropecuária Vale do Guaporé S/A. Esta fazenda, na impossibilidade de se livrar dos índios por meios mais diretos, optou por um plano de genocídio por descuido intencional.

Uma bem equipada enfermaria, na sede da fazenda, fica a menos de 500 metros da aldeia indígena; entretanto o administrador da fazenda, Sr. Max Mosman, suíço, a partir de fins de 1975, proibiu que a enfermaria atendesse os índios.

Em começo de 1976, já haviam morrido duas índias. Uma delas mãe de três crianças. As duas índias morreram apenas de gripe.

Denunciamos estes fatos à opinião pública... para ver se a Funai tomara alguma providência. Isto nos custou ameaça de morte e espancamento por parte do Sr. Max Mosman". (Diário do Congresso Nacional, 17/6/78, pp. 95-96)

Para justificar o fornecimento de certidões negativas durante sua gestão, o primeiro presidente da Funai, José de

Queirós Campos, informou, em seu depoimento na CPI do Índio, que ele ignorava a presença de índio nessa área. (Diário do Congresso Nacional, 17/6/1978, pág. 152).

Posteriormente, a Funai descobre o erro, isto é, descobre que havia índio na área mas o fornecimento de certidões negativas continuou.

Vergonha nacional

Na tentativa de salvar os Nanbikwára de uma morte certa, a Funai procura transferir os índios do fértil Vale do Guaporé para o árido cerrado ou do Norte para o Sul da mesma área. Tudo resultou num fracasso porque os índios contrairam várias doenças, como o sarampo, que vitimou toda a população infantil de uma aldeia, sem contar os adultos que faleceram.

Os índios tentam voltar para suas terras. Perambulam desnudos e famintos pelas estradas, como eu os pude ver ainda em fins de 1976, mas suas terras estão tomadas. Cria-se, então, uma das mais violentas situações de contato interétnico, que, no dizer do antropólogo Pedro Agostinho "é das coisas mais compulsivas e mais violentas a que já assisti". (Diário do Congresso Nacional, 17/6/78, pág. 227)

O mesmo antropólogo no seu depoimento na CPI do Índio refere alguns fatos para ilustrar essa situação: os trabalhadores de uma das fazendas pertencente ao grupo Bamerindus Agropastoril embebedam os índios de uma aldeia para depois violentarem as mulheres; a Fazenda Sapé-Sararé lança desfolhante de avião que arrastado pelo vento foi atingir parte dos mangabais dos índios. As queimadas a perder de vista destroem milhares de espécies vegetais, o capim semeado de avião invade a lavoura dos índios, a caça desaparece e o peixe morre (...).

Para terminar, sirvo-me das palavras dos antropólogos convocados pela Funai para estudar o problema Nanbikwára: "O Vale do Guaporé está, hoje em dia, praticamente, nas mãos de particulares, quase todos com certidões negativas da própria Funai, confirmando a ausência de grupos indígenas na área. Isto mostra que nem a lei nem a própria Constituição foi observada e os órgãos aos quais competia a execução da lei não tinham o poder ou o interesse de cumpri-la. E concluem: A situação do índio Nanbikwára é uma vergonha nacional". (O Estado de São Paulo, 28/10/75)".

“Emancipação”, a proposta camuflada e enganadora.

Entrevista com o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), padre Egidio Schwade.



Padre Egidio: a política de emancipação do governo significa nada mais, nada menos, do que a transferência das terras indígenas para o latifúndio.

No dia 30 desse mês o Ministro do Interior entregou ao Presidente da República o decreto de emancipação do índio, o qual tem sido denunciado por diversos antropólogos - como Darci Ribeiro - e mesmo pelo CIMI. Nós gostaríamos que o senhor falasse sobre ele, do significado que ele vai ter para o índio brasileiro.

Durante praticamente todo o período da FUNAI, principalmente a partir do momento em que se começou uma nova atitude por parte de missionários e antropólogos, no momento em que começou uma movimentação indígena mais forte, no sentido de reassumirem sua vida, e que reaparece essa política de emancipação, inicialmente chamada de política de reintegração do índio brasileiro. Isso certamente não veio por acaso, caído do céu. Pelo contrário, obedece a uma linha política clara, com relação às comunidades indígenas, e que vem sendo mais fortemente adotada pela atual gestão do Ministério do Interior, à frente do qual está o senhor Rangel Reis.

Em seu primeiro discurso, em 1974, referindo-se à questão indígena, ele falava claramente em integração dos índios como fator de unidade nacional. Como a terminologia "integração", a partir dali, começou a ser desgastada pela opinião pública, ele passou a usar uma terminologia mais camuflada, enganadora, de "emancipação", e que no fundo significa a mesma coisa.

O que seria essa política de emancipação, do ponto de vista do governo?

Política de emancipação ou integração do índio significa nada mais, nada menos, do que a emancipação das terras indígenas. Ou, em outras palavras, a transferência dessas mesmas terras para o latifúndio. Transformará os índios de homens livres em peões; em mão-de-obra barata desses mesmos latifúndios. Esta é a finalidade do decreto de emancipação. E aliás, o presidente da FUNAI, general Ismarth de Araújo, não esconde isso ao se referir à integração. Sobretudo quando se refere aquelas comunidades indígenas que estariam em condições de ser emancipadas. Concretamente ele se refere a duas comunidades que são a dos índios Terena, no sul do Mato Grosso e os Tupiniquins, no Espírito Santo. Com relação a esses últimos, até há pouco tempo eles possuíam 40 mil hectares de terra, os quais, segundo a Constituição brasileira, a eles deveriam pertencer até hoje. No entanto elas foram griladas pelo governo do Espírito Santo e doadas - ou vendidas por um preço irrisório - para uma multinacional chamada Aracruz Celulose. Quer dizer que as terras foram "emancipadas" para a Aracruz e os índios lá empregados também se emanciparam, isto é, se transformaram em mão-de-obra barata da multinacional. E, inclusive, interessante acompanhar como foi feito o processo de emancipação do índio. Quando a Aracruz já tinha as terras nas mãos os novos proprietários começaram a perguntar ao índio, diretamente: "Você é índio?" Ora! Só com essa pergunta mais da metade deixou de ser índio, porque eles diziam: "Não, não sou". "Bom, então vamos fazer a sua carteira de trabalho". Aos que respondiam sim, eles diziam: "Então, nesse caso, nós não podemos, segundo a lei, dar a carteira de trabalho para vocês. Isto é questão de outros organismos". Dessa forma cerca de quinhentos índios tupiniquins praticamente foram empregados e assim "emancipados" para a Aracruz.

O projeto de emancipação não pode ser visto como um capricho do Ministro do Interior, existem fortes interesses que estão por trás de tudo isto. Segundo se soube, esse projeto passou pelo Conselho de Segurança Nacional, levando-nos a crer que no caso da emancipação do índio o Ministro é apenas um cumpridor de ordens. E o próprio presidente Geisel, assinando este projeto (incluído dentro do programa de regulamentação do Estatuto do Índio) também não passará de um mero cumpridor de ordens, haja visto que o poder econômico

co está por trás. Tanto o poder econômico nacional como o multinacional.

Mas o próprio antropólogo Darci Ribeiro fez denúncias nesse sentido, mostrando os interesses específicos do Ministro Rangel Reis...

Exatamente. Sobretudo com relação ao arrendamento feito pela FUNAI de terras pertencentes aos índios do sul do Mato Grosso. Talvez as únicas terras indígenas, no país inteiro, que nem sequer a União poderia usurpar, porque os índios têm título, conforme foi amplamente demonstrado, e a FUNAI sabia disso. As terras eram dos índios e não da FUNAI. No entanto ela se arrogou do direito de novamente ferir o estatuto do índio e arrendar as terras. E é por aí que se nota um segundo objetivo dessa tal de emancipação do índio. Ou seja: expira-se este ano o prazo legal para a demarcação das terras indígenas.

Por que é que esse ano expira o prazo de demarcação?

É que a pressão para a conservação das terras indígenas, na época em que foi feito o Estatuto do Índio, ou seja, em 1973, era muito grande e o governo teve então que dar uma resposta à opinião pública. Deste modo ele marcou para si mesmo o prazo de cinco anos para realizar toda a demarcação de terras. O artigo 65, do Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973) define isto.

Esgotado o prazo o que acontece?

É justamente aí que esse decreto de emancipação se adianta. Quer dizer: pra que demarcar as terras se elas terão outra finalidade? Nós não vamos emancipar os índios? Para que então proteger a cultura do índio se amanhã ele está sujeito a ser transformado num peão, se ele vai ser mão-de-obra barata, para os capitalistas do campo. Então todo o programa da FUNAI, de emancipação do índio, cai por terra, é para enganar a opinião pública. A FUNAI vai ensinar ao índio técnicas da nossa civilização, para serem aplicados em coisas que massacrem a sua cultura, a sua comunidade. Um programa de fornecer enchadas, tratores, todo um aparato instrumental que os levem forçosamente a ser mão-de-obra um pouquinho mais qualificada.

O senhor poderia enumerar alguns casos de expropriações de terras, ou mesmo questões pendentes, mais recentes?

Para não ficar só no caso da Aracruz, que a gente já citou, poderíamos falar no caso lá do Acre. Por exemplo, da fazenda ou projeto de desenvolvimento Nova Oeste, que pertence ao Grupo Atlântica Boa Vista (Brasdesc). Eles possuem uma certidão negativa da FUNAI, ou seja, uma certidão que diz que naquela região não tem indígenas. Mas a verdade é que tem os índios Kulina. Eu mesmo os visitei, tenho fotos da comunidade deles. No entanto foi concedida uma certidão negativa pelo atual presidente da FUNAI, como se lá não existissem índios. E quem é o diretor do empreendimento é o ex-presidente da FUNAI, general Bandeira de Melo. Esse é um caso evidente. Há outros casos, como a Fazenda São Marcos, a que foi redemarcada em 1917 pelo Marechal Rondon para os índios. Agora nesta gestão do Ismarth na Funai ela foi redemarcada, deixando fora dela a maior parte dos índios, e entregando as terras alienadas para um dos maiores latifundiários da região.

No Mato Grosso, em Rondonópolis, as terras dos índios Bororós foram redemarcadas em função de um latifundiário que se chama José Figueiredo Ferraz, ex-prefeito de São Paulo, deixando os índios com as piores terras. E poderíamos ir adiante com o programa de estradas. Por que elas têm que invadir as terras de índios? Porque diversas barragens estão sendo construídas exatamente em terras indígenas, como as de Balbina e Tucuruí, ambas financiadas pelo governo da França. Sabe-se que nas terras que serão inundadas pelas águas da Barragem de Tucuruí ainda tem índios arredios e eles não puderam se manifestar sobre a conveniência ou não de tal projeto, portanto tudo isto é uma agressão das mais brutais.

(Sucursal de Belo Horizonte)